

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 672
13 de Novembro de 1986
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

REFORÇO DO PCP NA BEIRA LITORAL



Coimbra e Aveiro: o reforço do PCP e o progresso dos distritos no centro dos trabalhos das Assembleias

- Organizações distritais de Aveiro e Coimbra realizaram no passado fim-de-semana as suas primeiras Assembleias em que participou o camarada Álvaro Cunhal

Págs. 1, 2, 3, 4 e 5/Semana

ENCONTRO EXTRAORDINÁRIO DA REFORMA AGRÁRIA

- Mais de mil delegados reúnem-se amanhã em Montemor-o-Novo para analisarem a situação criada pelas mais recentes ofensivas do Governo

Pág. 11/Semana



O encontro realizado em Almeirim no passado sábado reuniu muitas dezenas de agricultores

ORGANIZAÇÕES DO PCP PROMOVERAM DEBATE SOBRE A PRODUÇÃO DE TOMATE

Pág. 11/Semana

União dos Sindicatos do Porto convoca manifestação contra política de Cavaco

Pág. 9/Semana

Sábado, às 9 e 30 da manhã, começará no Pavilhão dos Desportos de Lisboa um debate nacional sem paralelo no nosso país.

Vivem em Portugal 5 009 100 mulheres e 4 679 000 homens.

Numa população activa de 4 504 100 pessoas, 1 884 400 são mulheres; a taxa de actividade feminina é de 37,6 por cento.

«A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril», é o tema desse debate em forma de Conferência, devidamente preparada nas centenas de reuniões, plenários e assembleias de militantes do PCP, que debateram o documento-base e elegeram os cerca de 1200 delegados (mais de metade mulheres) que sábado convergirão para a conhecida sala do Parque Eduardo VII.



Em 1980, 37 por cento das mulheres utilizavam métodos contraceptivos, mas apenas 7 por cento recorriam aos serviços de saúde (Inquérito à Fertilidade do INE).

No mesmo ano, cerca de 16 por cento das gestações não produziram um nascimento vivo.

A Conferência funcionará em **sessões plenárias e em secções**, com o seguinte horário:

- das 9.30 às 13.00 — sessão plenária de abertura;
- das 15.00 às 17.00 — secções;
- das 18.00 às 19.30 — sessão plenária de encerramento.

Apenas 10,8 por cento dos directores e quadros superiores administrativos são mulheres.

Em 1984, em 17 por cento do total dos nascimentos (cerca de 24 mil crianças) as mães têm entre 12 e 20 anos.

As secções da Conferência (em que podem intervir **delegados e convidados**) são as seguintes:

- 1 — O processo de emancipação.
A mulher no Portugal de Abril.
- 2 — A mulher na vida política, social e na família.
A mudança das mentalidades.
- 3 — A mulher e o trabalho.
- 4 — As mulheres como força organizada.
O PCP e as mulheres.

As mulheres constituem cerca de 60 por cento da população portuguesa desempregada.

Cinquenta por cento das mulheres empregadas trabalham na agricultura e 23 por cento na indústria.

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, intervirá cerca das 18 horas na sessão plenária de encerramento.

Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII
N.º 672
13 de Novembro de 1986
1.º Caderno
Não pode ser vendido
separadamente

O Partido lançado para a frente

No passado fim-de-semana realizaram-se em Coimbra e Aveiro as primeiras assembleias das respectivas organizações do PCP.

Nas páginas deste número do «Avante!» dá-se conta dos debates a que se procedeu e chama-se a atenção de um aspecto que convém sublinhar — não tanto por qualquer originalidade, mas, pelo contrário, pela sua persistência: tratando-se de assembleias de comunistas, não foi para dentro que elas essencialmente se viraram, não foi para a exclusiva análise de problemas internos e orgânicos do Partido que elas se debruçaram.

Pelo contrário, o mais desprevenido dos observadores verifica a cuidada atenção para os problemas gerais das regiões onde aqueles militantes comunistas vivem e trabalham, o conhecimento das realidades locais que transparece de documentos e debates, a preocupação em avançar propostas concretas para a melhoria das condições de vida das populações dos distritos de Coimbra e Aveiro.

Não se trata, de facto, de uma originalidade. Se as centenas de assembleias de organização que constituem hoje uma peça essencial do funcionamento do grande colectivo partidário que é o PCP deixam transparecer com evidente clareza a vitalidade e pujança da organização do Partido, a coesão das suas fileiras assente numa constante e fraterna prática democrática, a verdade é que dessas reuniões ressam igualmente a constante preocupação de dotar o trabalho do Partido e dos seus militantes com um conhecimento atento, próximo e exacto da realidade económica, social, política do País, de cada uma das suas regiões, de cada um dos seus sectores sociais.

E não só de um conhecimento, mas sim de um conhecimento que frutifique no trabalho em torno de propostas concretas, de eixos de acção que cimentem a actividade dos comunistas tanto quanto constituem respostas efectivas aos problemas e anseios das populações.

Tratando-se de assembleias iguais às outras, naturalmente que também teriam de ser diferentes das outras!

Imporia essa diferença a própria diversidade das realidades locais das regiões de Coimbra e Aveiro, a especificidade dos seus problemas. As questões agrícolas da região do Baixo Mondego ou os graves problemas sociais da região industrial de Águeda, os proble-

mas dos incêndios florestais ou a sobrevivência da ria de Aveiro seguramente que são outros tantos pontos de individualização de um debate que, como sempre, os comunistas desejam e asseguram estar ancorado na realidade, no concreto, na intervenção efectiva.

Mas constitui ainda elemento de novidade o facto de se tratar das primeiras assembleias daquelas organizações, do que parece possível extrair duas conclusões. Por um lado, é uma evidência que se revela assim o fortalecimento e crescimento das organizações de Coimbra e Aveiro. A própria realização do Indiciário, mas os dados apresentados e divulgados durante os trabalhos são esclarecedores sobre o assunto: o PCP alarga quantitativamente a sua influência na região da Beira Litoral por fortalecimento das suas fileiras, mas também por uma melhor e mais larga estruturação do seu trabalho e da sua intervenção política.

Em segundo lugar e de uma perspectiva mais vasta, convém reter que, com naturalidade e persistência, prossegue assim a realização de assembleias das organizações: primeiras onde a realidade só agora as acolhe, segundas e terceiras em muitos outros pontos do País. Tratando-se de evidentes manifestações de preocupação com o reforço orgânico do partido, tais iniciativas concretizam ainda outros aspectos: o constante empenhamento no trabalho colectivo, a efectividade de uma vida e de métodos de trabalho assentes numa vivificante democracia interna.

Assinala o «Avante!» que se realizou no passado fim-de-semana um conjunto de iniciativas importantes e significativas da vida partidária e, no mesmo número, assinala que outras — e não menos importantes — se realizarão no próximo fim-de-semana!

É, com efeito, no próximo sábado que o Pavilhão dos Desportos de Lisboa acolherá as delegadas e delegados à Conferência do PCP sobre a Emancipação da Mulher no Portugal de Abril.

Por muito que se tenha já dito, não parece inútil repetir que não se vislumbra que outra força partidária se pudesse abalançar, sob todos os pontos de vista, à concretização de um tal debate. Aqui, pode dizer-se que o problema até não será fundamentalmente o da capacidade de organização ou de mobilização — factos adquiridos em quanto ao nosso Partido diz respeito: caberá sim perguntar se qualquer outra força política portuguesa estaria em condições políticas e ideológicas de aprofundar um conjunto de problemas de tão evidente importância como complexidade como são os levantados pela problemática da emancipação da mulher.

Neste campo, a iniciativa responsável por parte dos comunistas não constitui novidade: ao grupo parlamentar do PCP coube a apresentação no parlamento do Portugal de Abril do conjunto de leis que corajosamente enfrentaram um dos mais dramáticos e sentidos problemas da mulher: a assistência à maternidade, a interrupção voluntária da gravidez, a educação sexual.

Seria só por si significativo e digno de nota esta capacidade de iniciativa dos comunistas neste campo: ela revelaria — como revela — o empenhamento na resolução de graves problemas específicos de um determinante sector da população, a coragem de enfrentar mesmo as mais delicadas sequelas culturais, ideológicas e afectivas de séculos de dominação e exploração.

Mas se tal posição seria em qualquer caso louvável e respeitável, a verdade é que a sua real eficácia, o seu papel efectivamente libertador e efectivamente actuante requer um rigor, uma consciência, um conhecimento aprofundado, uma sensibilidade e um sentido das responsabilidades que têm estado presentes em todo o nosso trabalho.

A Conferência do próximo sábado constitui o corolário de um vasto trabalho de estudo e debate realizado no Partido, dentro e fora das suas fileiras. Será possível talvez verificar que a magnitude dos problemas exigiria que tivesse sido mais larga esta análise, que para tanto tivesse sido requerido mais tempo, talvez também aqui e ali mais dinamismo e audácia; mas, mesmo antes de se abrirem as portas da Conferência, é uma evidência que se deram importantíssimos passos, se desbravou determinante terreno, se esclareceram dúvidas erróneas, se defrontaram preconceitos retrógrados, se debateram desvios paralisantes.

É uma importante etapa da nossa vida e do nosso trabalho a que será concretizada no próximo sábado. Importante para o trabalho prático e concreto dos militantes comunistas, importante para o aprofundamento de questões ideológicas fulcrais da vida social e política.

Mas a questão é que o «Avante!» deverá ainda sublinhar outra realização desta feita ainda para o fim do mês! Trata-se do Encontro de Quadros

do PCP sobre os problemas da Comunicação Social.

Muito do que anteriormente ficou dito sobre as Assembleias de Coimbra e Aveiro, sobre a Conferência, se poderia repetir quanto a esta outra iniciativa.

Ai temos o empenhamento organizado no estudo de problemas básicos da sociedade portuguesa, ai temos a capacidade orgânica, a iniciativa, a capacidade de diálogo e de estudo, o conhecimento e a ligação à realidade.

Ai temos a determinação de aprofundar questões tão importantes ao trabalho político quanto ideologicamente armadilhadas por inimigos e adversários, a capacidade de trazer à consideração e aprofundamento dos problemas diversos sectores profissionais e sociais a ele ligados, mas tendencialmente afastados entre si pelas metodologias da exploração.

Tudo isto se poderá justamente aplicar igualmente ao Encontro sobre Comunicação Social, mas será de aproveitar o seu a propósito para, concluindo, sublinhar um último aspecto.

Escreve Álvaro Cunhal páginas tantas de «O Partido com paredes de vidro» que «o PCP não é nem será tal como o anticomunismo e o oportunismo queriam, mas tal como os seus militantes e toda a sua história determinaram que fosse».

Vem isto a propósito de que a mais recente área entoada por inimigos e adversários que se referem ao PCP é o da sua «paralisação ideológica», «atraso idem» e etc. dentro da mesma via. Desanimados que se quedaram com as sucessivamente falhadas previsões de enfraquecimento orgânico, desanimados que se quedaram com as sucessivamente falhadas previsões de colapsos eleitorais, desanimados que se quedaram com as sucessivamente falhadas previsões de dramáticas dissensões internas e o mais que se fica pela memória, os críticos e analistas descobriram a «paralisia ideológica».

Que necessidade havia de aprofundar situações e fenómenos novos e diferentes forjados pelo próprio evoluir da vida de que não somos observadores mas protagonistas — constataram-no os comunistas, constato-o colectivamente o seu Partido, assinalou-o clara e frontalmente o seu Comité Central.

Face a problemas concretos — medidas concretas. Que se estão a tomar e dar os seus frutos não como o anticomunismo e o oportunismo queriam, mas tal como querem os militantes comunistas e toda a história do PCP.

Resumo

5
Quarta-feira

É revelado que a UTG recebeu 6 mil contos do «Conselho Permanente de Concertação Social» ■ Trabalhadores da INDEP exigem em plenário a viabilização da empresa ■ Presidente da Comissão Parlamentar de Poder Local afirma que as finanças locais são o ponto mais polémico do Orçamento ■ Delegações do PCP e do MDP reúnem no Porto ■ Inicia-se na Fundação Gulbenkian os VII Encontros de Literatura para a Juventude, que têm como tema dominante o Ano Internacional da Paz ■ URSS propõe em Viena conferência para debater o «pacote 3» da Acta Final de Helsínquia, respeitante aos contactos humanos, informática, cultura e educação ■ Reúnem-se na capital austríaca George Shultz e Eduard Chevardnadze ■ Primeiro-ministro do Zimbabué acusa a África do Sul de possuir uma lista de dirigentes africanos a assassinar ■ Secretário-geral da Organização de Estados Americanos afirma que pode vir a ser convocada uma reunião extraordinária para discutir a questão das Malvinas ■ Nas competições europeias de futebol mantém-se o FC do Porto e o Vitória de Guimarães.

6
Quinta-feira

Governo faz um ano, com aplausos da direita e do patronato ■ PCP denuncia acção da Câmara de Setúbal ■ Apagar um mural é um acto censório próprio do fascismo ■ Enfermeiros realizam vigília junto à residência do Primeiro-Ministro ■ Reúne plenário de Comissões de Trabalhadores do distrito de Lisboa ■ Trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos cortam o trânsito entre Nelas e Carregal do Sal, protestando contra a má gestão da empresa ■ Estudo do Instituto de Defesa do Consumidor revela que Portugal é um dos países europeus com maiores desigualdades internas de consumo ■ Joaquim Chissano, após tomar posse como Presidente de Moçambique, refere o combate



Joaquim Chissano

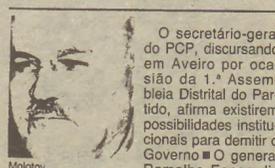
aos terroristas da Renamo como «a mais sagrada e fundamental das tarefas» ■ Dirigentes democráticos prometem viragem na política externa dos EUA ■ Chevardnadze afirma, comentando os encontros com Shultz em Viena, que Washington quer «renunciar definitivamente ao que foi alcançado em Reikjavik».

7
Sexta-feira

O 69.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro comemora-se em todo o Mundo. Na URSS, as comemorações decorrem sob o signo do Trabalho e

da Paz ■ O presidente do MDP/CDE, em entrevista a um matutino, afirma que o seu partido deseja «repensar» a coligação com o PCP ■ O embaixador da República Popular de Angola anuncia que o Presidente da RPA visitará Portugal no próximo ano ■ A agência Angop revela que as FAPLAS repelem tropas racistas no sul de Angola ■ A gasolina volta a baixar em Espanha ■ Depoimento suscito afirma no parlamento do seu país que os serviços secretos dos Estados Unidos estão envolvidos no assassinio de Olof Palme ■ O «Washington Times» divulga declarações atribuídas a Chirac em que o primeiro-ministro francês acusa Israel de ter montado uma provocação contra o avião de El Al, em Londres. Chirac, por seu turno, desmente as afirmações que lhe são atribuídas ■ Em Amarante, trabalhadores da Tabopan voltam a cortar a estrada, em luta pelo pagamento de salários em atraso.

8
Sábado



Molotov

O secretário-geral do PCP, discursando em Aveiro por ocasião da 1.ª Assembleia Distrital do Partido, afirma existirem possibilidades institucionais para demitir o Governo ■ O general Ramalho Eanes diz aos jornalistas, no encerramento das II Jornadas Parlamentares do PRD, que o seu partido não teme eleições ■ Tem início em Setúbal uma conferência sobre a situação social e económica do concelho, promovida por iniciativa da Assembleia Municipal ■ Em Manila, a imprensa revela que o chefe das forças armadas das Filipinas fez abortar um golpe que estaria a ser preparado pelo ministro da Defesa daquele país ■ O governo do Zimbabué desmente acusações da África do Sul de que estaria em preparação um acordo com Moçambique para derrubar o governo do Malawi ■ Termina em Tróia o Festival de Cinema, tendo o «Grande Prémio» sido atribuído ao filme «Fool for Love», de Robert Altman ■ Morre em Moscovo, com 96 anos de idade, o veterano do movimento revolucionário de 1917, Molotov, que veio a presidir ao Governo Soviético ■ A Frente Sandinista de Libertação Nacional comemora o 25.º aniversário com desfile militar a que assistem mais de 100 mil nicaraguenses.



Frente Sandinista

9
Domingo

Em Coimbra, onde se desloca para assistir à 1.ª Assembleia Distrital do PCP, Álvaro Cunhal sublinha de novo a necessidade da convergência na acção das forças democráticas com vista à substituição do Governo ■ António Guterres critica em Se-

túbal as alianças locais entre o PS e o PSD ■ George Shultz ameaça demitir-se, afirma o «New York Times», se a Casa Branca confirmar o fornecimento de armas ao Irão ■ Visita não oficial de Pieter Botha à França provoca protestos, enquanto Chirac não se nega a recebê-lo ■ A presidenta filipina ordena às forças armadas que protejam as autoridades e apela ao povo que saia à rua para se opor a um eventual golpe de Estado ■ Mubarak nomeia novo primeiro-ministro para o Egipto, Ataf Sidki ■ Começa em Bissau o IV Congresso do PAIGC ■ Aurora Cunha vence em Lisboa



Aurora Cunha

pela terceira vez o mundial de estrada feminino.

10
Segunda-feira

Denunciando as ilegalidades cometidas contra a Reforma Agrária, os trabalhadores de Mora cortam a estrada que conduz a Lisboa ■ A imprensa dos EUA revela que as armas para o Irão foram transacionadas através de Israel. Dirigentes democráticos anunciam inquérito a abrir pelo Congresso ■ PCP, PS e UDP protestam contra a visita de Botha à Madeira a convite de João Jardim ■ Forças Armadas e polícia das Filipinas são colocadas em estado de alerta máximo ■ Chefe da aliança do aeroporto de Pádua Rubras anuncia terem sido apreendidos mais de 8 quilos de cocaína a um passageiro peruano, droga avaliada em cerca de 160 mil contos ■ Câmara Municipal de Évora protesta contra cedência ilegal do Hospital da cidade à Misericórdia ■ Cerca de 5 mil caçadores começam a ser submetidos a exame para obtenção da respectiva carta.

11
Terça-feira

Maioria da AR condena visita de Botha à Madeira: PS, PRD, PCP, MDP e Verdes apresentam voto de protesto ■ Dois mil agricultores impedem fecho do Matadouro de Bragança ■ Rector da Universidade de Coimbra revela, na abertura das aulas, que este ano há mais estudantes, mas poderão diminuir as licenciaturas, chamando a atenção para o aproveitamento relativamente baixo de algumas áreas ■ O projecto de Carta Pastoral que está em discussão na Conferência Episcopal norte-americana considera «um escândalo social e moral» ignorar a pobreza nos EUA ■ O excedente comercial do Japão com os EUA continua a aumentar, enquanto diminui espectacularmente no tocante à CEE, segundo dados relativos a Outubro ■ Líbia suspende compra de armas à CEE e apela aos restantes países árabes para protestarem de forma idêntica contra o embargo imposto pelo Mercado Comum à Síria.

Avante!

Projetanos de todos os países UNI-VOS

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 76 93 45
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Centro Distribuidor de Aveiro: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 06/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 5 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 94 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Vendas Novas - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tragem média do mês de Setembro: 30 213



AVEIRO

E COIMBRA

1.ªS ASSEMBLEIAS DO PCP

IMPORTANTES REALIZAÇÕES PARA O REFORÇO DO PARTIDO E O PROGRESSO DOS DISTRITOS ➔

Efectuaram-se no fim-de-semana passado as primeiras Assembleias da Organização Distrital de Aveiro e da Organização Distrital de Coimbra do PCP. Uma e outra contaram com a participação do secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal» que interveio nas sessões públicas de encerramento.

Estas Assembleias, como salientou Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC, «depois da realização no passado mês de Junho da Assembleia de Organização do distrito de Viseu, completam no decorrer deste ano uma tarefa de mais alta importância para a Organização do Partido nos três distritos que integram a Organização Regional da Beira Litoral do PCP».

«A realização destas Assembleias Distritais não traduz apenas o cumprimento por parte da DORBL duma obrigação estatutária que exige a eleição de todos os organismos dirigentes do Partido da base ao topo» – salientou o camarada Jaime Serra.

As Assembleias, como foi afirmado no Pavilhão das Feiras e Exposições de Aveiro e no Pavilhão da Palmeira, em Coimbra, e como se sentiu nitidamente ao longo dos trabalhos no sábado e no domingo, correspondem a uma exigência da evolução do Partido em cada distrito e na região.

Uma realidade para mudar

A realização das Assembleias permitiu às organizações distritais fazer uma análise bastante detalhada da realidade económica, social e política de Aveiro e Coimbra.

Sem deixarem de fazer referência a aspectos ligados à

luta contra o fascismo e mesmo a períodos anteriores da história dos distritos, as Assembleias trataram sobretudo as transformações operadas com a Revolução de Abril, a ofensiva contra-revolucionária e os efeitos da recuperação capitalista na vida dos trabalhadores e do povo.

As lutas de massas, com os seus êxitos e dificuldades ao longo do tempo e no momento presente, tiveram uma presença destacada nas intervenções e nas resoluções políticas.

As próprias Assembleias foram em si actos de luta, sublinhando a necessidade da substituição do Governo e da mudança de política e a determinação dos comunistas de Aveiro e de Coimbra em tornar realidade a palavra de ordem «A luta continua, Cavaco para a rua!».

A necessidade do reforço do PCP, como condição indispensável para a defesa do regime democrático e dos interesses dos trabalhadores e das populações de cada um dos distritos, foi uma ideia que marcou as Assembleias desde a altura em que foi decidida a sua realização.

Que esse reforço é um facto ficou demonstrado nas reuniões magnas dos comunistas aveirenses e coimbrões, nomeadamente com a eleição, pela primeira vez, dos respectivos organismos dirigentes. A Comissão Distrital de Aveiro e a Comissão Distrital de Coimbra foram significativamente alargadas.

Tal é também a conclusão principal das Assembleias de sábado e domingo: o Partido está agora mais forte e tem mais capacidade para continuar a lutar pelo progresso da região no quadro de uma política de verdadeiro desenvolvimento nacional.

■ DM



**De novo
à venda**

**ROSA minha irmã ROSA de Alice
Vieira**

7.ª edição

VENDA

PCP

Aveiro: com o povo pelo distrito um partido mais forte!

Bodo aos pobres

Se os aniversariantes se tivessem ficado pelos bolinhos e pelos brindes na paz recatada e fofa dos gabinetes, ninguém teria levado a mal. O comum dos eleitores nem se teria apercebido da data, deitando contas à vida a este malfadado mês de Novembro que nem o Verão de S. Martinho animou, abalado desde o início com o saldo negativo do anterior, o tal do regresso às aulas que afinal ainda não foi desta que foi para todos.

Mas não. Com a fome de publicidade que se conhece o governo não resistiu a vir à ribalta, que é como quem diz à televisão, rádios e jornais, informar os portugueses como são felizes por terem um governo assim tão escorreito e decidido ao fim de um ano inteirinho de governação. Fê-lo, como é óbvio, pela pessoa do seu 1.º, não fosse alguém duvidar da suprema autoridade do que ao público devia ser dito. Ouvidas que foram as loas de um ano de governação, a que certamente para encurtar razões e não saturar os ouvintes se passou em branco pelos salários em atraso, encerramento de empresas, despedimentos em massa, actuações repressivas, o 1.º sorriu às massas e anunciou a intenção de abrir os cordões à bolsa da nação. Os beneficiários escolhidos foram os pensionistas, desta vez os agrícolas, que passarão a ser integrados no regime geral, acabando assim (?) a indignidade de cidadãos de primeira e de segunda no que a pensões diz respeito.

Quem ouviu deve ter ficado com a impressão de que o 1.º descobriu a pólvora ao lembrar-se de tal coisa, como se nunca ninguém até à data se tivesse lembrado de denunciar tal injustiça e exigir a sua correcção.

Não há como a televisão e as governamentais figuras para passar uma esponja sobre reivindicações antigas e lutas persistentes a fim de apresentar como benesse o que em verdade é uma vitória dos trabalhadores.

Mas quem ouviu também é capaz de se ter lembrado de outras promessas — como por exemplo aquela do salário às donas de casa — que nem ficaram no papel com força de lei. E outras mais, legalmente consagradas e que nem por isso chegaram a ser cumpridas. É que, ironia das ironias, no mesmíssimo dia em que o Governo anunciava o aumento das pensões vinha a público que dezenas de milhar de pensionistas continuavam sem receber o que lhes é devido. Como se já não chegasse o escândalo dos salários em atraso, Portugal ameaça tornar-se pioneiro das pensões em atraso.

Assim sendo, a dúvida (ou a certeza?) instalou-se: será que o Governo vai aumentar as pensões ou aumentar os atrasos?

Para o caso tanto dá. O que é preciso é propaganda e promessas não custam muito. Sobretudo se são de cumprimento contingente, se escapam ao controlo público e não são alvo da atenção dos grandes meios de informação.

É claro que o Governo beneficia de circunstâncias altamente favoráveis a nível internacional (queda do preço do petróleo, descida do dólar, entre outras) que lhe permitem sem que para tal tenha contribuído de algum modo arrecadar uns tantos milhões. Fazer «flores» com tais fundos, género bodo aos pobres, nem sequer representa grande habilidade política. É pura demagogia qb.

O grande bolo vai para clientes amigos, em forma de empresas reprivatizadas, despedimentos colectivos, empréstimos a fundo perdido ou malparado, retribuições várias.

Para esses, como obriga a discrição, não se fazem anúncios públicos nem nas datas de aniversário. Cumprem-se.

■ A.F.

Quem passava, no sábado, às dez da manhã, pela «Ponte de Pau» ou por qualquer outro local nas proximidades do Pavilhão de Feiras e Exposições de Aveiro ouviu algo mais que o ruído do trânsito ou o apito da mulher-polícia que punha ordem no movimento automóvel; dentro do Pavilhão mais de três centenas de delegados e convidados saudavam a abertura dos trabalhos da I Assembleia da Organização Distrital do PCP.

A Assembleia realizou-se porque, conforme se salienta na Resolução Política aprovada, «não obstante as dificuldades e deficiências, o Partido cresceu, alargou a sua influência e prestígio no distrito, exigindo nas actuais condições medidas de consolidação dos avanços verificados». Presentes além de outras organizações sociais e personalidades convidadas, estiveram delegações dos organismos distritais do PS e do MDP.

Entre os objectivos desta iniciativa figuravam, naturalmente, e além da apreciação do trabalho até agora levado a cabo pelo Partido no distrito de Aveiro e da definição das linhas de orientação para o futuro, a análise das consequências da política de recuperação capitalista e a elaboração de propostas para o desenvolvimento regional.

A luta dos trabalhadores pela viragem política que se impõe e, antes do mais, pela substituição do Governo PSD/Cavaco Silva, não poderia deixar de ser discutida numa iniciativa que foi justamente qualificada como a mais importante realização partidária até agora levada a cabo no distrito.

O trabalho preparatório da Assembleia, em que se inseriram 170 plenários e reuniões, foi, só por si, uma campanha de reforço do Partido: contactos com militantes desligados, recolha e aumento de quotas, dinamização e ampliação da estrutura partidária e 175 novos recrutamentos demonstram-no bem.

O mais amplo debate sobre a realidade do distrito

O significado desta iniciativa e a sua importância para a vida do distrito ultrapassam no entanto o

âmbito do Partido. A Resolução Política, elaborada e discutida ao longo de três meses e submetida a um conjunto de alterações que ultrapassa as cinco centenas, é disso um bom exemplo.

Nela se faz o balanço da actividade do PCP e da luta do povo no distrito antes e após o 25 de Abril. Traçam-se as grandes linhas de orientação para o reforço do Partido e para a melhoria

das condições de vida da população. Caracteriza-se, e para isso contribuem em muito os dados incluídos nos anexos da Resolução, a realidade do distrito nos seus vários aspectos.

Nas mais de cinquenta páginas deste documento os comunistas de Aveiro falam da resistência ao fascismo e da luta pela liberdade e a democracia; do 25 de Abril e das transformações democráticas; da política de recuperação capitalista e do retrocesso nas perspectivas de desenvolvimento regional; da luta da classe operária e dos trabalhadores, do movimento campo-

pologista tem tido consequências desastrosas no desenvolvimento do distrito de Aveiro. São disso reflexo o desemprego, os contratos a prazo e outras formas de trabalho precário, o recurso à mão-de-obra infantil, a intensificação da exploração dos trabalhadores.

«Na agricultura — referiu o camarada Vidal Pinto, suplente da Comissão Política do CC e membro da DORBL — as potencialidades do distrito são desaproveitadas» (...) «Tudo se degrada com a política dos governos de direita: o ensino, a saú-



de, todo o campo social» — frisou.

«É grande a instabilidade — afirmou ainda Vidal Pinto. — Avoluma-se o encerramento de empresas, é escuro o horizonte para muitas unidades industriais. Um a um, vão caindo os projectos e infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento regional».

A política de direita

A política de recuperação ca-

Agudizam-se os problemas sociais

As questões sociais do distrito agravaram-se e surgiram mesmo novos problemas que abrangem mais e mais trabalhadores e gente de outros sectores e camadas sociais.

«De todos estes problemas — referiu o camarada Mário Gandra, da Comissão Distrital de Aveiro — podemos afirmar que neste momento o maior flagelo social é, sem dúvida, o desemprego e os despedimentos». E foram apontadas situações concretas.

A 2217 trabalhadores de 24 empresas são devidos 620 mil contos de salários ou subsídios em atraso. Os casos mais escandalosos são os das empresas Nova Vouga, Lopes da Cruz, Marialva e Frapil, que foram encerradas, lançando no desemprego centenas de trabalhadores



PCP

PCP
ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO
DISTRITAL DE AVEIRO

COM O POVO PELO DISTRITO
UM PARTIDO FORTE

que continuam sem receber meses e anos de salários atrasados.

Neste quadro de que aqui apenas damos os contornos, não restou outro recurso que não fosse o desenvolvimento da luta popular que, como foi sublinhado na Assembleia, «tem permitido não só resolver inúmeros problemas pontuais e imediatos, como tem contribuído para a defesa das conquistas de Abril e evitado consequências ainda mais graves da política dos sucessivos governos de direita».

Um PCP mais forte para a alternativa necessária

A política alternativa que o PCP propõe é um tema que, subdividido em 22 pontos, ocupa quase um terço da Resolução Política e deve merecer um estudo atento por parte de todos os que se preocupam com os destinos do distrito de Aveiro.

A realidade mostra — e a Assembleia afirmou — que também em Aveiro o desenvolvimento e o progresso são possíveis com uma política realista, que tenha em conta as grandes transformações do 25 de Abril e os interesses do povo.

A luta pela política alternativa exige o reforço do Partido no distrito. Na Resolução Política, aprovada na Assembleia por unanimidade e aclamação, referem-se as linhas principais desse trabalho.

Actualmente apenas num dos 19 concelhos de Aveiro o PCP tem menos de trinta militantes, enquanto há três anos estavam quatro nessas circunstâncias. Das 207 freguesias não há militantes do Partido em 28, enquanto no início de 1983 estas eram 44. O número de camaradas inscritos é hoje quatro vezes superior ao do final de 1974 e o dobro do de 1977.

A Assembleia chamou também a atenção para algumas deficiências.

«Se estamos certos que — disse o camarada António Salavessa, membro do Secretariado da Comissão Distrital de Aveiro —, para outros partidos seria fabuloso ter ligados e com actividades 64% dos seus inscritos, já não podemos aceitar passivamente que um terço dos nossos camaradas estejam desorganizados».

Quatro exemplos: na Resolução Política afirma-se a dado passo que «o recrutamento, tarefa altamente subestimada, de forma alguma tem correspondido às potencialidades amplamente reconhecidas e, de resto, confirmadas sempre que lançada campanha específica».

A I Assembleia da Organização Distrital de Aveiro do PCP demonstrou que aqui, como no país, os comunistas conhecem as realidades, estão intimamente ligados às massas populares e lutam consequentemente pelos interesses dos trabalhadores e das populações.

Coimbra: reforçar o PCP por Abril e pelo progresso do distrito

Na rua Direita e em toda a zona mais próxima do Pavilhão da Palmeira, desde a sede dos Bombeiros Voluntários até à entrada para a rua da Sofia, notou-se no dia 9, logo desde a manhã, um movimento pouco habitual para um domingo coimbrão.

Após mais de um mês de trabalho preparatório, realizou-se a I Assembleia da Organização Distrital de Coimbra do PCP. Considerada como o corolário da actividade do Partido no distrito após o 25 de Abril, a Assembleia teve como objectivos fazer o balanço do trabalho e da luta nestes últimos anos, apreciar os seus aspectos positivos e negativos e definir orientações para o trabalho futuro; analisar a situação social, económica e política do distrito e apontar medidas para o seu desenvolvimento; analisar a acção do PCP, os êxitos e as deficiências e definir orientações para o reforço da organização; e eleger, pela primeira vez, a Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

Na Assembleia participaram 365 delegados. Além do secretário-geral do PCP, deram também o seu contributo Jaime Serra, António Santo, Carlos Fraião, Sofia Ferreira, Vasco Paiva, Vítor Costa e outros camaradas de organismos dirigentes do Partido, nomeadamente da DORBL e da Comissão Distrital de Coimbra.

Entre os convidados encontravam-se camaradas de várias organizações regionais do Partido, personalidades prestigiadas nos meios democráticos e intelectuais do distrito, delegações do MDP/CDE, da União dos Sindicatos de Coimbra, do Ateneu.

Dos documentos da Assembleia fazia parte uma brochura com os principais elementos para a caracterização do distrito. Na Resolução Política, aprovada por unanimidade e aclamação, apontam-se as propostas dos comunistas para o desenvolvimento do distrito de Coimbra.

Pelo progresso do distrito

O projecto de Resolução foi elaborado pela Comissão Distrital e um colectivo de mais de 60 camaradas. Durante o mês de Outubro esse projecto foi discutido na Organização, surgindo 204 propostas de emenda ou alteração. Já no decorrer da Assembleia foram ainda apresentadas mais 21 propostas. As alterações implicaram em alguns casos a inclusão de novos sub-capítulos.

As intervenções feitas na Assembleia voltaram a referir, concretizando com exemplos dos 17 concelhos de Coimbra e de vários sectores de actividade, a situação que aqui se vive.

«Até agora — sublinhou o camarada Vasco Paiva, membro do CC, da DORBL e da Comissão Distrital de Coimbra — ninguém, nem nenhuma outra força política, tratou com detalhe, com esta profundidade, as questões que se colocam ao aproveitamento dos recursos naturais e das potencialidades do distrito e o que pode levar ao seu desenvolvimento, quer quanto à indústria, quer quanto à agricultura, às pescas, ao porto comercial da Figueira da Foz, ao turismo, ao património cultural e histórico e ao meio ambiente, às vias de co-



municação, ensino, saúde, estruturas sociais e regionalização».

A Assembleia insere-se num período de crescimento da organização e da implantação do Partido no distrito, como o comprovam a maior capacidade de actuação e as iniciativas realizadas — recordemos o seminário sobre o desenvolvimento do Baixo Mondego e o debate sobre



florestas, incêndios e economia serrana, bem como diversas assembleias concelhias — e até, no plano eleitoral e de uma forma bem visível, os resultados das eleições autárquicas; a APU tinha a presidência em duas freguesias, agora tem-na em sete, duas das quais com maioria absoluta; tinha dois vereadores, passou para cinco.



De Julho de 1974 a Agosto de 1986 o total de militantes do Partido no distrito passou de 405 para 4777; a organização alargou-se a todos os concelhos, implantando-se significativamente nos de Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova e Penacova.

«Nestes últimos 12 meses — afirmou o camarada Mário Prata — foram muitas e diversificadas as lutas em que os trabalhadores e o movimento sindical do distrito tiveram que se empenhar, para fazer face à política anti-operária do Governo». Realçou as lutas dos trabalhadores da CP, da RN, das cimenteiras, e da banca, pela sua combatividade e pelo seu espírito de luta.

No momento actual importantes batalhas se colocam ao Movimento Sindical. Na Assembleia Distrital de Coimbra foi sublinhada a necessidade de combater o desemprego, que atinge mais de 20 mil pessoas e aumenta de dia para dia; é grave a situação dos 2 mil trabalhadores a quem o patronato deve mais de meio milhão de contos.

Foi referida ainda a luta contra os contratos a prazo, o trabalho precário e o aluguer de mão-de-obra, considerados «flagelos que se tornaram as únicas formas de obter algum trabalho».

A agricultura também sofre com a política de direita

Os trabalhadores assalariados não são, nem de perto, nem de longe, os únicos a sofrerem na carne os efeitos desastrosos da política de recuperação capitalista dos últimos anos.

A agricultura, os agricultores e os seus problemas foram muito

grícola das obras do Mondego a favor do abastecimento de água às celuloses. Referiu a produção do leite e da carne de bovino, o arranque de vinhas que ameaça numerosos pequenos agricultores da zona de Cantanhede.

E, como se os motivos de preocupação não fossem já bastantes, soma-se a isto «a actuação do Governo Cavaco que, na continuação dos anteriores, está a provocar profundas alterações no sistema produtivo, capitulando perante as exigências da CEE sem ter em conta a população agrícola».

Campanha de recrutamento

O crescimento do Partido é, também no distrito de Coimbra, uma exigência da situação política e uma condição indispensável para que cheguem depressa as «melhores marés» por que lutamos, recordando a expressão de um pescador ao falar na tribuna da Assembleia.

Jorge Raposo, membro da CD de Coimbra do PCP, apontou na sua intervenção sobre a actividade do Partido, uma conclusão que já se pressentia noutras intervenções e no projecto de Resolução Política; a necessidade de efectuar no distrito «uma campanha de recrutamento que, no ano de 1987, contribua para colmatar os nossos atrasos em importantes sectores profissionais, em concelhos e em freguesias situadas no interior do distrito, que traga ao Partido um maior número de jovens, mulheres, camponeses e pescadores».

Também em 1987, conforme as decisões desta primeira Assembleia, realizou-se-á uma campanha para a divulgação do «Avante!», d' «O Militante» e de toda a imprensa do Partido, após a apresentação da nova Comissão Distrital eleita por unanimidade e aclamação, «continua nas lutas do dia-a-dia. A Resolução Política só será realmente válida se trabalharmos para a levar à prática».

E esse trabalho já começou.

PCP

Álvaro Cunhal em Aveiro e Coimbra

● Este Governo compromete a independência nacional

(...) É uma acusação que nós fazemos com fundamento a este Governo: está a comprometer a independência nacional. Compromete-a no terreno económico, com a dominação das multinacionais sobre a nossa economia; no terreno diplomático e político, tomando uma posição seguidista em relação à política do imperialismo norte-americano ou dos países da CEE; no terreno militar, alargando as facilidades militares que só podem comportar para o nosso país perigos — e perigos certos — à nossa segurança, à nossa independência e à paz em que os portugueses desejam viver.

É na verdade uma política que combatemos e, em relação a este Governo, a urgência da sua substituição advém das suas ofensivas contra as conquistas democráticas de Abril, das suas ofensivas contra a democracia política e de uma política de concessões ao estrangeiro que está, desde já, reforçando os laços de independência da nossa pátria em relação aos Estados Unidos e em relação aos países da CEE.

Daí a urgência da sua substituição, antes que ele leve por diante esta política de destruição e de miséria (...).

● As declarações de Mota Amaral

(...) Nós, comunistas, somos pela autonomia regional, concretamente dos Açores e Madeira, a qual constitui uma importante conquista da Revolução de Abril. Mas autonomia regional no quadro da unidade nacional. Portugal é um só Estado e uma só nação e, por isso, não só criticamos, como condenamos, por serem antinacionais, quaisquer tendências separatistas (...).

Como podemos nós aceitar que tenham altos cargos de responsabilidade no Estado português, seja no Governo central, seja nos Governos regionais, dirigentes políticos que, num dado momento da História do nosso país, admitem que o rumo da política nacional pode não ser o rumo da política dos seus partidos e encaram a separação do território, encaram a divisão da nação e do Estado portugueses e a proclamação da independência de tal ou tal parte da nossa pátria?

Pensamos que é legítima uma censura, e uma grave censura, a um dirigente político que é Presidente de um Governo regional e que acaba de confessar — não desmentiu ainda — que esteve ligado ao movimento separatista dos Açores e que pensou na proclamação da independência dos Açores no caso da política nacional não seguir o rumo que desejava que seguisse.

(...) Consideramos também inaceitável para o Estado português que o Presidente do Governo regional da Madeira, João Jardim, tenha, não só insultado o Presidente da República Popular de Moçambique que acabava de morrer e por quem tinha sido decretado luto oficial, como tenha admitido que na Assembleia Regional tenham sido proferidos os maiores insultos em relação a um nosso camarada morto e, neste caso, em relação a um chefe de Estado de um país com o qual temos relações de amizade.

Daí pensarmos que acontecimentos como estes não podem esquecer-se, não podem passar em branco, sem o protesto enérgico do nosso Partido, em nome dos interesses do nosso país, da pátria portuguesa, da unidade nacional (...).

● Insistimos na convergência dos partidos democráticos

(...) Na Assembleia da República temos actualmente 140 deputados de partidos democráticos — eu digo quais são: PCP, PS, PRD, MDP/CDE e «Os Verdes» — e o PSD tem 88. Há possibilidades institucionais para demitir este Governo e dar a base parlamentar para a formação de um governo democrático. Daí nós insistirmos na necessidade da convergência entre os partidos democráticos.

(...) Da parte do PS, nos resultados do seu Congresso, põe-se como objectivo para poder governar a queda dos outros partidos democráticos e não há uma palavra sobre a queda dos partidos da direita.

(...) Também se diz que a eleição de Mário Soares provou que o Partido Socialista pode liderar a esquerda. Nós temos uma ideia contrária. Temos ideia que a eleição de Mário Soares prova e provou que não pode em Portugal haver uma oposição eficaz à direita sem o Partido Comunista Português.

(...) Nós lutamos, pois, pela convergência democrática. E essa convergência é também com o Partido Socialista. Mas é nosso dever esclarecer posições e opiniões que podem prejudicar, comprometer ou dificultar essa convergência.

(...) Quanto ao PRD (...) pensamos que é uma ideia perigosa, na situação actual, um partido que se propõe ser Governo apenas quando liderar o processo e não um partido que se proponha participar no Governo desde que seja necessária a formação de um governo democrático para contrariar esta política de direita.

(...) Não só é irrealista, mas é perigoso, que num momento em que é absolutamente necessária a convergência dos partidos democráticos haja vontade de desistir dessa convergência, cada qual procurando por si hegemonizar o processo, liderar o processo, em vez de procurarmos, todos os democratas juntos, entrar numa plataforma e numa solução que permita substituir este Governo o mais depressa possível por um governo que resolva os problemas nacionais.

As primeiras Assembleias da Organização Distrital de Aveiro e da Organização Distrital de Coimbra do PCP terminaram com sessões públicas de encerramento.

O Pavilhão das Feiras e Exposições e o Pavilhão da Palmeira, foram cenário de magníficas realizações políticas que tiveram nas sessões de encerramento momentos significativos.

Pode-se dizer que as iniciativas de sábado e domingo chegaram ao fim da melhor forma: mobilizando a organização e os trabalhadores, para o cumprimento das tarefas que acabavam de ser definidas.

Em ambas as realizações participou o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, que fez questão de salientar o significado destas «grandes Assembleias do Partido» e o esforço dos camaradas dos distritos de Aveiro e Coimbra.

Numa e noutra iniciativa Álvaro Cunhal interveio no encerramento, de improviso. Pela sua importância, publicamos alguns extractos em que o secretário-geral do Partido se refere à situação política actual.

● Raízes na classe operária

(...) Mas, ao lembrar o passado, é na luta presente que estamos empenhados e é o futuro que temos como alvo da nossa acção: o futuro de democracia, independência nacional e paz no quadro do regime consagrado na Constituição da República tendo sempre no horizonte a ulterior construção em Portugal de uma sociedade socialista, de uma sociedade em que serão abolidas todas as formas de exploração e opressão. (...)

(...) A 1.ª Assembleia mostrou que a organização do Partido está enraizada na classe operária, no campesinato, nos intelectuais.

Trata-se de uma característica fundamental da natureza, da política e da acção do Partido.

Sem tais raízes, o Partido estaria irremediavelmente condenado a estiar e a morrer. (...)

(...) Podem outros partidos deixar correr livremente as ofensivas antidemocráticas do Governo.

Podem outros partidos preferir a divisão à unidade democrática ou à convergência democrática.

Nós insistiremos na luta pela unidade e a convergência.

E permitam-me ainda algumas observações:

Qualquer partido democrático que não tenha em conta estas experiências (ou lições);

— qualquer partido democrático que proponha como caminho para fazer o país sair da crise, não uma viragem democrática na política nacional, mas a continuação da guerra contra os trabalhadores e a continuação das ofensivas contra as conquistas de Abril;

— qualquer partido democrático que considere que pode tirar lucro político de alianças e coligações com a direita;

— qualquer partido democrático que afirme que se pode pôr fim à política de direita e realizar uma política democrática sem o PCP e mesmo contra o PCP;

— tal partido democrático estará incapacitado de contribuir para pôr fim ao processo contra-revolucionário conduzido pela direita e para concretizar uma alternativa democrática ao governo actual e à política actual.

As posições dos outros partidos democráticos põem ainda com maior evidência que o reforço do PCP é condição necessária e indispensável para concretizar uma alternativa democrática. (...)



PCP

LISBOA

Comité Local pronuncia-se sobre política municipal situação social e reforço do PCP

Política municipal, situação social e reforço do Partido foram os temas em foco na última reunião do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP. No final, este organismo de direcção divulgou uma breve nota aos órgãos de Comunicação Social em que apresenta uma síntese das conclusões a que chegou.

Depois de constatar «a contínua degradação da cidade de Lisboa e a inoperância da coligação CDS/PSD sustentada pelo PS para resolver os seus graves problemas», o CLL «alerta desde já para a tentativa de desvirtuar o inicial projecto de recuperação de Alfama procurando-se, contra o sentimento e aspirações da população, uma pseudo-recuperação que iria expulsar deste bairro popular os seus actuais habitantes».

Ainda no âmbito da política municipal, o Comité Local de Lisboa do PCP, ao mesmo tempo que «declara o seu protesto pela aplicação da tarifa/imposto camarário sobre a água e apela ao desenvolvimento da luta pela sua revogação», congratula-se com a iniciativa da APU de apre-

O CLL saúda a população de dez freguesias APU que no fim-de-semana de 25 e 26 de Outubro levaram a cabo mais de 2000 horas de trabalho voluntário na construção e recuperação de parques infantis, lavagem de ruas, arranjos urbanísticos e reparação de instalações várias.

ração diária das condições de vida e de trabalho do povo de Lisboa.

Destaque ainda para a saudação do Comité Local do Partido aos trabalhadores em luta, nomeadamente das empresas Centrel, Indep, Batista Russo, Eugénio Severino e Guérin, na defesa dos seus postos de trabalho, pelo pagamento dos salários em atraso e pela recuperação das empresas.

Noutra passagem, a nota diri-

ganda para dar subsídios no valor médio de 710\$00, a 11 000 pessoas, não faz esconder a degradação contínua do parque habitacional, a paralisação da construção civil, a falta de qualquer investimento no campo da habitação social».

Em jeito de conclusão, o CLL aponta a necessidade de «alterar este estado de coisas». «Como os factos o demonstram, o Governo PSD de Cavaco Silva governa mal» e por isso «é ur-

ganda para dar subsídios no valor médio de 710\$00, a 11 000 pessoas, não faz esconder a degradação contínua do parque habitacional, a paralisação da construção civil, a falta de qualquer investimento no campo da habitação social».

ganda para dar subsídios no valor médio de 710\$00, a 11 000 pessoas, não faz esconder a degradação contínua do parque habitacional, a paralisação da construção civil, a falta de qualquer investimento no campo da habitação social».

ganda para dar subsídios no valor médio de 710\$00, a 11 000 pessoas, não faz esconder a degradação contínua do parque habitacional, a paralisação da construção civil, a falta de qualquer investimento no campo da habitação social».

ganda para dar subsídios no valor médio de 710\$00, a 11 000 pessoas, não faz esconder a degradação contínua do parque habitacional, a paralisação da construção civil, a falta de qualquer investimento no campo da habitação social».



Estremoz

1.ª Assembleia concelhia no dia 22

Prossegue em bom ritmo a actividade preparatória da 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Estremoz, do Partido Comunista Português. Marcada para o próximo dia 22, na Escola Secundária da cidade, a Assembleia decorrerá sob o lema «reforçar o Partido, continuar Abril».

Em contacto com a nossa Redacção, a Comissão Concelhia de Estremoz refere os objectivos

da iniciativa: prestar contas à organização, fazer o balanço do trabalho do Partido e dos seus militantes no concelho, apontar medidas para desenvolver e reforçar a organização, analisar a situação social e económica do concelho, apresentando propostas para a superação dos problemas e o desenvolvimento de todas as capacidades humanas e materiais do concelho e, finalmente, eleger o organismo que

dirigirá a actividade do PCP até à próxima Assembleia: a Comissão Concelhia.

Além dos delegados, foram dirigidos convites a todas as Comissões Concelhias do distrito, à Comissão Distrital de Évora, à Direcção Regional, à direcção do Partido e ainda a vários independentes eleitos nas listas da APU e a outros democratas deste concelho alentejano.

Nota da SIP do PCP

Vivo repúdio dos democratas pela visita de P. Botha à Madeira

1. A anunciada visita do chefe do regime racista de Pretória, P. Botha, à Região Autónoma da Madeira constitui mais um exemplo expressivo da política de alinhamento do Governo do PSD e do próprio PSD (tanto no plano nacional como nas Regiões Autónomas) pelos sectores mais retrógrados do imperialismo internacional, o que suscita o mais vivo repúdio e protesto de todos os democratas portugueses.

2. A visita de Botha à Madeira — bem como a recepção calorosa que lhe reserva o chefe do Governo Regional, Alberto João Jardim — não podem desligar-se da indecorosa atitude as-

sumida pelo PSD na Assembleia Regional da Madeira, aquando da morte de Samora Machel; de destacada e activa participação do Governo português — através do secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros — em todas as operações destinadas a impedir a aplicação de sanções económicas contra o regime racista de Pretória; nem tão-pouco das sucessivas operações de promoção que na Comunicação Social estatizada continuam a ser feitas dos bandos armados que, às ordens do regime racista de Pretória, actuam contra as Repúblicas Populares de Angola e Moçambique. Este conjunto de iniciativas e comportamentos políticos do PSD demonstram a hipocrisia

política do Governo Cavaco Silva quando propagandeia, insistentemente, a sua vontade de melhorar as relações de Portugal com a RPA e a RPM.

3. A política externa do Governo Cavaco Silva, cada vez mais alinhada e dependente de interesses alheios a Portugal, constitui uma demonstração exemplar da necessidade e urgência da sua demissão e substituição por um Governo democrático capaz de realizar uma política que prestigie Portugal e defenda os verdadeiros interesses nacionais.

10.11.86
A SIP do PCP



sentar em reunião de Câmara a proposta de defesa do património do Bairro Alto.

Em 13 empresas 6 mil empregos ameaçados

«Num levantamento de apenas 13 empresas, com sede ou actividade em Lisboa, estão ameaçados mais de 6000 postos de trabalho», revela o CLL no breve apontamento sobre a situação social na cidade, onde chama a atenção para a deterio-

gida à Comunicação Social refere:

«Apesar da Lei dos Salários em Atraso, aprovada na AR, o Governo coloca-se à sua margem. Em 19 empresas da cidade estão nesta situação 6000 trabalhadores aos quais o patronato tem uma dívida de cerca de 100 00 contos».

Duas referências finais no quadro da situação social no concelho de Lisboa:

«No Ensino, a situação é também caótica. Para além dos alunos ainda sem aulas, as condições de ensino são preocupantes, turmas superlotadas, falta de

gente a sua demissão». A democracia tem força bastante para impor uma alternativa política e um governo democrático, garante o CLL.

Encontro de quadros em Fevereiro de 1987

No capítulo da vida interna do PCP, e virando as conclusões da reunião para as tarefas de reforço da organização, o Comité Local de Lisboa manifestou a sua satisfação pela forma como têm decorrido os debates nas diver-

Viana, Porto, Santarém

O ano escolar e as consequências da política educativa do Governo

Muitas escolas por abrir mesmo várias semanas depois do «início» oficial do ano lectivo 1986/87, carências a todos os níveis nos estabelecimentos de ensino (pessoal, equipamento, cantinas, salas, bibliotecas e outras estruturas), demagogia do Ministério, desmotivação dos alunos, preocupação entre as famílias — estes alguns traços do panorama escolar, vividos e confirmados por todos quantos, de uma ou de outra forma, estão ligados aos problemas do ensino no nosso País: professores, jovens, crianças, encarregados de educação, trabalhadores do sector, etc.

Um pouco por todo o País, também os professores comunistas têm alertado para aquelas situações, tentando, na medida do possível, informar a opinião pública e desmascarar a incompetência e a demagogia de João de Deus Pinheiro e da sua política. Das posições já chegadas à nossa Redacção, destacamos de seguida alguns apontamentos breves dos professores comunistas de **Viana do Castelo**, do **Porto** (direcção da Organização) e de **Santarém** (Comissão Distrital).

Viana do Castelo

- Persiste, o que agrava a situação, a inexistência de cantinas escolares nas escolas primárias. O concelho de Viana tem uma a funcionar e à custa da conjugação de esforços dos professores, pais e autarquia.

- Os jardins de infância oficiais não existem e os que existem (privados) são em número reduzidíssimo.

- Falta o apoio à integração da criança deficiente nas escolas regulares.

- Os Conselhos Directivos das Escolas do CPES e ES e os directores das escolas do ensino primário têm que gerir orçamentos demasiado baixos para as necessidades, o que os impede de criar nas escolas condições de trabalho. No ensino primário a situação é particularmente gritante. Refira-se, a título de exemplo, que há casos em que os professores, para além de todas as outras tarefas, têm que se ocupar da limpeza das salas de aula.

- Os Conselhos Directivos vêm-se a braços com graves problemas no sector administrativo, decorrentes da abertura do concurso para pessoal administrativo em cima do início do ano escolar.

- Professores e alunos trabalham em condições anormais com as escolas e turmas superlotadas. Há casos em que gabinetes de trabalho e biblio-



tecas são utilizados para salas de aula.

- Os professores comunistas analisaram também o arrastar do problema da localização da nova escola C+S (ensino preparatório e secundário) a ser implantada na margem esquerda do Lima e estranham o facto de no **Diário da República II Série de 6.10.986 - Suplemento**, a mesma ser designada por escola do **Monte da Ola**. Depois de todos os Conselhos

● Professores comunistas tomam posição

Directivos das escolas da cidade e largas dezenas de professores se terem pronunciado inequivocamente pela instalação da nova escola na freguesia de Darque, pelas razões que então foram sobejamente explicitadas, só razões de estreito e cego partidarismo por parte do PSD de Viana do Castelo podem aconselhar a localização da futura escola no Monte da Ola e só por traficância política ela poderá aí ser instalada.

Porto

- A forma como se desenrolou a abertura das aulas e as condições de ensino e trabalho a que estão sujeitos alunos e professores, justificam sérias preocupações relativamente aos resultados do presente ano lectivo e confirmam mais uma vez a total incapacidade do Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva para resolver as graves carências do sistema educativo.

- A realidade escolar na região do Porto encarregou-se de desmentir as previsões e apreciações optimistas e demagógicas do ministro João de Deus Pinheiro, proferidas antes da abertura das aulas e no âmbito de uma vasta e bem montada operação de propaganda eleitoralista do Governo.

- Numa região como o Porto, em que apenas 21% das crianças frequentam a educação pré-escolar, em que os índices de repetência no ensino primário, preparatório e secundário rondam, em média, os 30%, em que se acentua a tendência para o abandono escolar e em que aumentam as taxas de analfabetismo, mesmo entre a população jovem, impunha-se a tomada de um vasto conjunto de medidas que permitissem enfrentar a gravidade da situação. Na abertura de um novo ano lectivo podemos constatar que mais uma vez tal não se verificou.

- O PSD, que há sete anos conse-

cutivos domina o Ministério da Educação, é o principal responsável por esta situação alarmante. Prosseguindo, no essencial, a mesma política para o ensino, o actual Governo minoritário do PSD de Cavaco Silva provoca o agravamento dos problemas do ensino e acentua a degradação do sistema educativo.

A grave situação criada no campo do ensino acrescenta-se às nefastas consequências sociais, económicas e políticas da acção antipopular e antinacional do Governo, tornando imperativa e urgente a sua demissão.

- Existe a possibilidade real não só de demitir o Governo como de assegurar a suficiente base de apoio para a formação de um Governo democrático, uma vez que os partidos democráticos dispõem de uma larga maioria na Assembleia da República.

Uma alternativa política — um governo democrático, é condição indispensável para uma política democrática alternativa para o ensino, capaz de enfrentar com sucesso a grave situação criada na área da educação por sucessivos governos de direita.

A direcção da Organização de Professores do Porto do PCP apela aos professores, aos alunos e suas famílias, e a todos aqueles que são atingidos pela política educativa do Governo Cavaco Silva, para o reforço da sua unidade e a intensificação do protesto e da acção em defesa dos seus interesses e direitos, pela democratização do ensino e pela demissão do Governo.

Santarém

- O insucesso escolar que atinge números elevados, quer a nível nacional, quer a nível distrital, não pode ser combatido só com manobras demagógicas viradas para a opinião pública (tipo da legislação recentemente saída sobre a disciplina de **Português**), mas passa pela resolução de numerosos aspectos que vão desde as cons-

truções escolares, ao número de alunos por turma, ao funcionamento das cantinas, aos magros subsídios sociais da Acção Social Escolar e à formação de professores, para já não falar de outras medidas de fundo a nível de política económica e social, uma vez que os trabalhadores continuam a ser flagelados com o desemprego, os salários em atraso e a progressiva perda do poder de compra, o que se traduz num cercear de oportunidades de sucesso para a grande maioria dos seus filhos que, logo à partida, são colocados numa situação de profunda desigualdade.

- Os jovens entram completamente desmotivados para as escolas (e esta é outra das causas do insucesso), já que continuam sem vislumbrar quaisquer esperanças no seu horizonte, uma vez que o acesso ao Ensino Superior continua a ser cada vez mais «afunilado» (as promessas do ministro apontam para uma maior abertura do «numerus clausus» no ano de... 1995!) e as oportunidades de emprego são praticamente inexistentes. A ocupação temporária dos tempos livres e o **cartão jovem** não passam de «tapa-olhos» destinados a tentar fazer esquecer uma realidade que é profundamente injusta e revoltante para a juventude, fruto de uma política virada para os interesses do grande capital e das clientelas partidárias do PSD e que nada tem a ver com as necessidades e as realidades de um desenvolvimento nacional conforme com os ideais democráticos de Abril, expressos na Constituição.

Neste contexto, os professores comunistas do distrito de Santarém não podem deixar de denunciar a demagogia e a irresponsabilidade da política educativa do actual Governo e consideram que a primeira condição para uma mudança deste estado de coisas é a substituição deste Governo minoritário por um outro que sirva os reais interesses do Povo português, da democracia e do Portugal de Abril.

BAIÃO

● Inaugurado o 39.º CT do Partido no distrito do Porto

Foi inaugurado no passado sábado, dia 8, o Centro de Trabalho do PCP em Baião. Passa a ser o 39.º no distrito do Porto. Presentes camaradas, militantes e amigos do Partido que se juntaram para dar início à vida de um novo Centro de Trabalho, uma ampla sala no centro da vila de Baião, uma casa que, como referiu o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, no acto da inauguração, passará a estar inteiramente ao serviço da luta dos trabalhadores, dos agricultores e de todo o povo laborioso do concelho de Baião.

Na inauguração usou ainda da palavra o camarada António Gomes, da Comissão Concelhia de Baião.

Foi uma jornada de júbilo e alegria para todos os comunistas, que terminou com um animado magusto de confraternização.

Sector de Serviços

Realizou-se no passado sábado um plenário de militantes dos sectores de Serviços e do Comité dos Grandes Serviços do Por-

to, do PCP, que analisou a situação política e social, a participação na manifestação do próximo dia 29 de Novembro na «Baixa» do Porto e debateu questões relativas ao reforço do Partido.

Também no passado sábado, no CT da Boavista, realizou-se um magusto-convívio dos militantes do sector de Serviços e Grandes Serviços integrado na campanha de fundos do Natal. Durante o convívio foi realizado um leilão de ofertas cujo produto reverte para o cumprimento da meta de 1500 contos que o sector tem dentro da campanha de Natal.

SETÚBAL

Já com projecto aprovado em sessão de Câmara, o novo Centro de Trabalho do PCP na capital do Sado continua a suscitar numerosas iniciativas em todo o distrito. O objectivo, como nos referia pelo telefone um camarada da Direcção Regional, é aproveitar da melhor maneira os dias que ainda restam a este ano de 1986 e planejar desde já o trabalho para 1987. No concelho de Setúbal, por exemplo, estão programadas, entre dezenas de outras iniciativas, uma excursão a Badajoz em 1 de Dezembro promovida pela organização da freguesia de **São Sebastião** (3 autocarros já estão cheios e as inscrições continuam apenas por mil escudos) e um jantar-convívio de comerciantes no próximo dia 28 a partir das 19.30 h no restaurante **Caravela**. Recolha



de géneros, cartões dos mil, postais, sorteios, excursões, bancas, rifas do Cabaz do Natal e do Fim de Ano, magustos, recolha de papelão, abordagens e

os «porta-a-porta», contam-se entre as múltiplas iniciativas da campanha, a que nos referiremos com mais pormenor nas próximas semanas.

Trabalhadores

CNP (Função Pública)

Não há trabalhadores a mais Há é responsabilidade a menos

Numa breve troca de impressões com Vítor Duarte, o «Avante!» teve oportunidade de confirmar que uma das montras mais caras à propaganda do Governo é a Segurança Social. Mas de fora ficam os trabalhadores desta importante área da Função Pública, que servem de bodes expiatórios às arremetidas demagógicas do Governo Cavaco e da equipa PSD, que há mais de oito anos se mantém como primeira responsável pela Segurança Social.

— É verdade que nessa propaganda se expõem as «virtudes» de um mau Governo, diz aquele dirigente do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

Atulhado (não é exagero) na coordenação das próximas eleições no STFSA (dia 26) o camarada Vítor Duarte recordou-nos as acções mais recentes naquela área sindical, que unitariamente representa a quase totalidade dos sindicalizados da Segurança Social. Dessas acções, nas quais se destacam um plenário recente no Centro Nacional de Pensões, com 500 presenças, e o debate sobre o emprego na Função Pública realizado em Lisboa no sábado passado, ao qual daremos algum destaque na próxima semana, bem como as diligências junto de ministros e secretários de Estado, como os do Trabalho e da

Segurança Social, por parte do Sindicato, dos delegados e outros representantes sindicais da área, deve resultar um maior empenho dos trabalhadores da Segurança Social no seu conjunto, apoiando as diligências e os contactos do Sindicato e de outros órgãos representativos, nomeadamente a Comissão de Trabalhadores do Centro Nacional de Pensões e os delegados sindicais.

— A insistência no CNP não é casual, afirma Vítor Duarte. Há anos que esse local de trabalho, em pleno centro de Lisboa, se encontra numa situação indefinida quanto aos seus 1200 trabalhadores, que nas últimas semanas têm sido indirecta e às vezes directamente atacados por falhas e responsabilidades que não lhes cabem, como pessoas e

como trabalhadores.

— A secretária de Estado da Segurança Social e o seu secretário Pinto Sancho estarão realmente na disposição de desmantelar o Centro Nacional de Pensões?

— Pensamos ter apoio e força para evitar o desmantelamento. As organizações representativas, as ORTs, do CNP já tomaram por mais de uma vez posições públicas sobre o assunto do atraso na atribuição de pensões.

Cabe sublinhar aqui que a grande responsabilidade pelos atrasos, devida a factores diversos, cabe à irresponsabilidade de governantes que de uma semana para a outra se referem em jornais a números tão diferentes que levam a pensar não estarem pelo menos muito certos das realidades sobre as quais se pronunciam.

— Concretamente?
— O secretário de Estado da Segurança Social, Pinto Sancho, referiu-se numa entrevista a um vespertino de Lisboa que havia atrasos na atribuição de 150 mil pensões de reforma. Dias depois, esse número descaía umas 60 mil unidades, fi-

xando-se em 96 mil processos atrasados, sem uma única referência já não digo ao número anterior, mas à verdadeira responsabilidade que cabe ao CNP no caso e principalmente ao facto, como foi referido a tempo pela Comissão de Trabalhadores do CNP, de o acréscimo dos 23 mil processos atrasados de 1985 para 1986 se dever à circunstância de os processos de rurais terem passado a ser da responsabilidade do CNP a partir de Maio de 1985, por força do Decreto-Lei 81/85 publicado nesse ano.

— Justifica-se de qualquer modo o desmantelamento do CNP?

— Não cremos que o desmantelamento resolvesse o que quer que fosse. O CNP está em «regime de instalação» desde Abril de 1981. Como já dissemos em conferência de imprensa no dia 29 do mês passado, a passagem das funções que desempenha para os Centros Regionais só servirá para dividir o problema sem o resolver. Como foi dito na altura, se a medida do Go-



Vítor Duarte

verno for por diante, transforma-se «um problema nacional em 18 problemas distritais».

— E mais nada?

— E mais 1200 trabalhadores já com o emprego ameaçado, ficariam ainda mais numa situação de instabilidade e muito perto do desemprego. Refiro-me aos 1200 trabalhadores do CNP, onde número idêntico já abandonou o Centro desde a vigência, se assim se pode dizer, do «regime de instalação», que o que parece ter feito, pelo menos no que respeita ao pessoal, foi instalar-se a si próprio e à respectiva comissão.

Importa sublinhar, por último, como fez a CT do CNP, que «a Secretaria de Estado da Segurança Social tem sido da responsabilidade do PSD desde 1979, pelo que eventuais problemas existentes resultam da sua incapacidade em lhes dar soluções atempadas».

O desmantelamento do CNP não vem resolver quaisquer problemas, e são muitos, dos que afligem os reformados, pensionistas e idosos. Aumentaria era a instabilidade do emprego, e mesmo a sua precariedade na Função Pública. Mas desse assunto falaremos na semana que vem.

LUTAS E TAREFAS

Banca nacionalizada: Debate no Porto amanhã

A corrente sindical **Unidade e Participação** do Sindicato dos Bancários do Norte promove amanhã, dia 14, um debate aberto sobre «O presente e o futuro da banca nacionalizada», em que deverão participar, se aceitarem o convite, todos os grupos parlamentares. O debate começa às 17 horas no auditório do Sindicato, Praça Humberto Delgado, no Porto.

Não à SARL na UBP

As organizações representativas dos trabalhadores da União de Bancos Portugueses (UBP), reunidas em Coimbra, decidiram intervir no sentido do «**agendamento urgente**» pela Assembleia da República dos pedidos de ratifi-

cação que conduzam à rejeição do decreto governamental redutor daquela instituição bancária nacionalizada a uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. A rejeição do **decreto SARL** é apoiada pelas organizações (ou estruturas) representativas dos trabalhadores do Norte, Centro e Sul e Ilhas, onde a UBP tem instalações correspondentes à organização sindical.

Mantém-se a luta na Tabopan

Na Tabopan continua a luta pelos salários em atraso. Depois de um corte da estrada Porto-Vila Real, no passado dia 5, os 1500 trabalhadores daquela empresa de Amarante e os seus sindicatos representativos exigem o pagamento das dívidas patronais da ordem dos

300 contos a cada trabalhador. O comendador Abreu, patrão da Tabopan, é presidente da associação patronal do sector. Na quarta-feira da semana passada, além dos salários de Junho, Agosto, Setembro e Outubro, continuavam por pagar subsídios de férias e Natal de 1984 e 1985, serviço extra, retroactivos, diuturnidades e subsídios de alimentação.

Fornos Eléctricos: Corte de estrada

Depois do corte de estrada durante duas horas no passado dia 5, os trabalhadores da Companhia de Fornos Eléctricos de Canas de Senhorim (Viseu) decidiram continuar a luta por outros meios. Os 800 trabalhadores da Companhia (CPFE) lembram que a empresa constitui «o **malor grupo metalúrgico privado do nosso país**» e que a sua viabilização é possível, existindo propostas para esse efeito. A degradação diária da sua situação económica e financeira deve-se à má administração. «O **passivo**», afirmavam os trabalhadores no dia 7, **atinge vários milhões de contos, dos quais mais de 13 milhões são de dívidas à banca e à EDP**». Os órgãos de soberania foram alertados para o que se está a passar na Companhia, e os trabalhadores estão dispostos a ajudar a resolver «os problemas que lhes foram criados e para os quais em nada contribuíram», como afirmaram à imprensa depois do corte de estrada entre Nelas e Carregal do Sal.

Inspecção não vê atrasados na CIFA

A Inspecção-Geral do Trabalho, organismo dependente do respectivo Ministério, através da sua delegação no Porto, não conseguiu os elementos necessários à aplicação da lei dos salários em atraso aos trabalhadores da CIFA,

porque a administração da empresa não dispõe dos dados contabilísticos necessários. A CIFA (Mellos) do têxtil, em Valongo, está há dois anos nas condições requeridas pela lei dos salários em atraso. Mas para a IGT os trabalhadores naquelas condições terão de esperar ainda, no mínimo dois meses. O Sindicato do sector, com sede no Porto, divulgava entretanto que, naquele ramo de actividade, «**vinte e seis empresas devem mais de dois milhões de contos a cerca de 9815 trabalhadores, num total de cerca de 125 meses de salários em atraso**».

Enfermeiros podem recorrer à greve

Os sindicatos representativos dos enfermeiros do sul do País e da Madeira podem ir para a greve, se até amanhã, dia 14, o Ministério da Saúde não publicar o acordo assinado em Junho e que prometeu fazer sair oficialmente em Setembro. Quatrocentos enfermeiros fizeram uma vigília em Lisboa na passada quinta-feira. As reivindicações relacionam-se com os tarefas, idade da reforma e classificação profissional (carreiras).

Reivindicações comuns no grupo Siemens

A coordenadora sindical dos trabalhadores do grupo Siemens em Portugal apresentou às gerências um caderno reivindicativo, segundo o qual devem ser cumpridos de maneira uniforme os direitos e regalias sociais nas diversas empresas daquela multinacional alemã (RFA), cujo desafogo económico lhe permite, sublinha a Coordenadora, suportar com «**relativa facilidade o alargamento dos benefícios sociais, de forma a permitir aos trabalhadores minorar os efeitos do aumento desenfreado do custo de vida**».



Trabalhadores

Dia 29 de Novembro

Descontentamento popular sai à rua no Porto

No próximo dia 29 vai realizar-se pelas 15 horas na Praça da Liberdade, no Porto, uma manifestação convocada pela União dos Sindicatos do Porto que, em comunicado divulgado no início desta semana, exorta os trabalhadores a mobilizarem-se para esta acção de luta contra o desemprego, os despedimentos e o trabalho precário, contra os salários em atraso e o boicote do Governo Cavaco à aplicação da lei, contra a repressão, pelos direitos e liberdades constitucionais, por melhores condições de vida e de trabalho, pela defesa das nacionalizações e da Reforma Agrária, por uma política democrática, por outro Governo.

O ponto de partida é a situação real, a vida difícil dos trabalhadores e da população do Porto. Bem diferente da que todos os dias é propagandeada pelo Governo. E uma certeza — a demagogia não resolve os problemas. São cerca de 6000 despedimentos já consumados desde o princípio do ano. São ainda mais 3000 postos de trabalho ameaçados na Siderurgia Nacional, na Utic, na Preh, na Electro-Cerâmica, na Electroalfa, entre outras. E o crescimento dos contratos a prazo. A proliferação da clandestinidade e da ilegalidade na contratação. E o trabalho in-

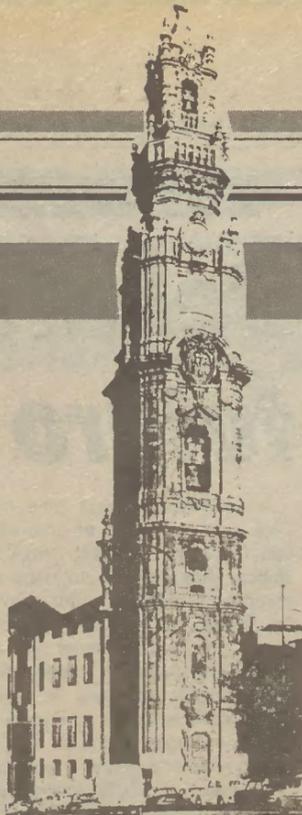
fantil que, vergonhosamente, alastra. São 18 000 trabalhadores com salários em atraso, situação que o Governo Cavaco procura perpetuar e agravar, tudo fazendo para boicotar a aplicação da lei aprovada pela Assembleia da República.

As razões para a luta são muitas. E a luta cresce. É a firmeza e luta dos trabalhadores que tem imposto aumentos salariais e de regalias, estilizando os tectos salariais do Governo, como aconteceu nos têxteis, nos STCP, na Rodoviária Nacional e em outros sectores e empresas. São as primeiras vitórias na luta

pelos 40 horas semanais, na Wandschneider e na Têxtil S. Caetano, luta que alastra neste momento a outras empresas e sectores. É a firmeza e resistência no enfrentar da repressão e dos atentados às liberdades nas empresas, como vem sucedendo na Pré. É a vigilância e a acção em defesa das nacionalizações e das empresas públicas, alvos da ofensiva privilegiada.

Mas são ainda as movimentações que se espalham a crescentes camadas e regiões do distrito. As mulheres do Porto, que através de milhares de assinaturas recolhidas, de concentrações junto ao Governo Civil, exige a baixa dos preços do pão e do leite. As populações de Gondomar e Matosinhos, que se movimentam contra o aumento das tarifas da electricidade. Em Valongo contra as deficientes condições do ensino. Em Felgueiras contra a subida astronómica do preço da água.

Lutas recentes e actuais que se desenvolvem com grande participação. Na Tabopan, nos



CTT, na CP, na Mabor, na Sitenor, na Feruni, nos Laboratórios Estácio. Sectores inteiros que lutam, como no arrasto costeiro. Na função pública e nos médicos.

No dia 29, pelas 15 horas, na Praça da Liberdade, um ponto de encontro está marcado. Com todos os que, nas palavras da União dos Sindicatos do Porto, «tendo em conta a preocupante situação que se vive, fruto da política nefasta do Governo, consideram que é preciso travar esta acção destruidora, é preciso pôr cobro a este Governo que, ao fim de um ano de poder, já mostrou que não serve». Até lá, é passar a palavra. São cada vez mais os que querem manifestar a sua justa exigência de ver resolvidos os graves problemas do País, de pôr fim à demagogia, de reclamar a demissão do Governo, de garantir uma alternativa democrática.

Assembleia da República

Salários continuam em atraso e ministro poupa 10 milhões

O Governo não tinha dinheiro para pagar os subsídios dos salários em atraso, no ano de 1986, mas o Ministério do Trabalho vai ficar com um excedente de 8 a 10 milhões de contos no seu orçamento para este ano, precisamente na rubrica destinada ao pagamento de subsídio de desemprego, salários em atraso, garantia salarial e «lay off».

Foi o próprio ministro do Trabalho que o reconheceu — como revelou perante a Assembleia da República o deputado comunista Jerónimo de Sousa — durante uma sessão com a Comissão Parlamentar de Trabalho.

Aliás, nesse mesmo dia, o Tribunal Constitucional aprovava um acórdão — referiu ainda Jerónimo de Sousa — «no sentido de que a aplicabilidade da lei de combate aos salários em atraso a nível de prestações só poderia ter tido lugar em 1986 se o Governo tivesse deliberado adoptar as respectivas providências orçamentais».

Ao invés disso, o Governo submeteu a referida lei ao parecer do Tribunal fundamentando-se na inconstitucionalidade da mesma.

Dois dias depois, o mesmo ministro, perante a Comissão Parlamentar da Juventude vem dizer que não sabe o que fazer com a verba orçamental inscrita para pagamento dos salários em atraso, no próximo ano de 1987, visto o Tribunal se ter pronunciado pela inconstitucionalidade da lei 17/86.

É o que sucede quando se faz uma leitura apressada e condizente com os nossos desejos. A lei pode ser aplicada em 1987 — aliás já podia ter sido aplicada este ano se existisse vontade política do Governo nesse sentido — e para o facto pediu Jerónimo de Sousa o reforço das verbas inscritas na proposta orçamental para 1987.

«É um imperativo de solidariedade nacional — frisou o deputado comunista — e um compromisso com esses milhares de trabalhadores visando atender às situações mais dramáticas provocadas por esse flagelo» que são os salários em atraso e em relação ao qual a oposição não se pode alhear.

MDF Destruir foi fácil!

A situação dos trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira foi abordada pelo deputado comunista de Santarém, Álvaro Brasileiro, recordando que em virtude da decisão governamental mais de 500 trabalhadores «abandonaram a empresa, alguns dos quais com indemnizações de miséria, sem que a anunciada recuperação da empresa se tenha verificado».

Nos requerimentos feitos posteriormente várias eram as questões que se pretendiam desvendadas pelo Governo, nomeadamente, qual o investimento para a modernização do sector de fundição e mecânica oficial por parte do Ministério da Indústria e Comércio?

Na resposta que entretanto chegou soube-se que a eventual contribuição do Ministério era de 50 000, o que «não asseguraria, só por si, a concretização do projecto», como se pode ler na resposta ao requerimento, já que a própria MDF previa «como sendo indispensável para a viabilização daquele sector a concretização, até 1988, de investimentos programados no montante de 210 900 contos».

No respeitante ao projecto de inovação tecnológica e formação profissional, ao contrário do que estabelecia a Resolução do Conselho de Ministros, também não foram concedidos subsídios a fundo perdido.

O que se passa na empresa — conforme relatou o deputado — é que a mesma está em risco de encerrar as suas portas, se não forem encaradas medidas rápidas para a sua recuperação e salvaguarda dos postos de trabalho. Ainda recentemente a EDP pretendeu cortar o fornecimento de energia eléctrica e a

materia-prima falta. «Tramagal é hoje uma vila fantasma» — rematou Álvaro Brasileiro. Só Cavaco Silva e seus apaniguados conseguem ver melhorias neste País em crise.

Alviela poluído

O Grupo Parlamentar do PCP, por intermédio do deputado Álvaro Brasileiro, fez um requerimento ao Governo, para saber que medidas estão a ser tomadas tendo em vista a despoluição do rio Alviela.

A degradação daquele rio que em tempos deu água a Lisboa é de tal maneira grave que afecta já a saúde dos habitantes daquela zona, nomeadamente nos jovens onde já foram detectadas anomalias de saúde, pelo que se propõe seja efectuado gratuitamente um exame médico geral a toda a população em idade escolar na Vila de Pernes, onde se têm verificado mais casos.

E outras questões são levantadas ao secretário de Estado do Ambiente e Recursos Naturais: para quando o funcionamento da Estação de Tratamento de Alcarenha e que medidas vão ser tomadas para que os industriais façam as ligações à mesma?; que medidas vão ser tomadas no sentido de se evitar as lixeiras causadoras de tantos males e para quando as prometidas obras de limpeza do açude do Mouchão. Porquê, em Pernes?

Se isto fosse um assunto que permitisse uma inauguração dentro em pouco lá teríamos Cavaco Silva pela TV acompanhado.

Como não é, rezeamos que só outro Governo cuide do assunto, vital para a população daquela zona.

CPFE Viabilizar a empresa depois do corte da EDP

Para garantir os postos de trabalho (700) e viabilizar a empresa, continuam os contactos das organizações representativas dos trabalhadores da Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos (CPFE) recentemente encerrada por dívidas à EDP (ver Lutas e Tarefas).

A União dos Sindicatos de Viseu (a empresa tem sede em Canas de Senhorim) adverte que o encerramento da Companhia «terá reflexos incalculáveis nas populações da região» — concelho de Nelas, distrito de Viseu.

Nove milhões de dívidas à EDP

A dívida acumulada à EDP atinge os nove milhões de con-

tos. Os órgãos representativos dos trabalhadores responsabilizam o Governo e os gestores pela situação criada na empresa e intercedem «junto dos principais credores e dos órgãos governamentais, no sentido de clarificar a situação».

Os principais responsáveis pela situação, diz a União dos Sindicatos de Viseu, são os administradores dos Fornos, mas a administração da EDP «não pode ser desresponsabilizada», pois «não levou em conta os prejuízos imediatos de milhares de contos causados à empresa em equipamentos».

A EDP, que cortou a energia à CPFE, na passada quarta-feira, dia 5, como aconteceu, também com a Eurominas, uma empresa de Setúbal, é ainda responsável, segundo a União dos Sindicatos, por lesar os «interesses daqueles que em nada são responsáveis pela situação criada — os trabalhadores».

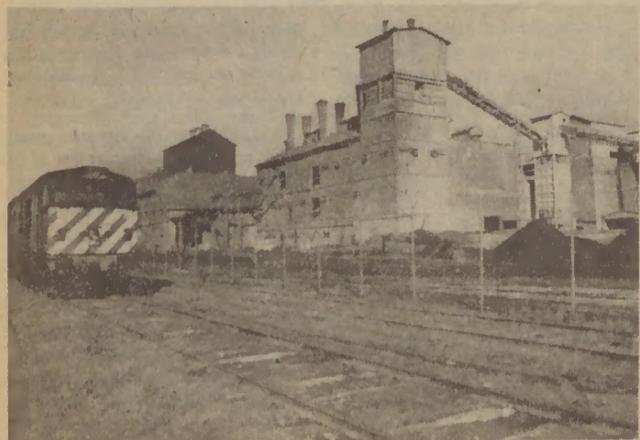
Posição do PCP

A Comissão Distrital de Viseu do PCP dirigia-se entretanto à

população, transcrevendo em comunicado o requerimento que o grupo parlamentar comunista apresentou sobre o assunto na Assembleia da República. Em síntese, o PCP pediu na AR a viabilização da empresa e a salvaguarda dos postos de trabalho.

Política de desastre

Ao manifestar a sua solidariedade para com a luta dos trabalhadores da Companhia dos Fornos, a Comissão Distrital do PCP «condena energeticamente a indiferença criminosa com que o Governo tem assistido ao progressivo agravamento da situação económica e financeira da CPFE e a passividade cúmplice com que agora permitiu o corte de energia eléctrica, demonstrando assim um soberano desprezo pelas condições de sobrevivência de 700 trabalhadores e dos milhares de pessoas que constituem as suas famílias, bem como pelo desenvolvimento da economia nacional em que esta empresa, como o maior grupo privado metalúrgico português, ocupa uma posição estratégica e comprovadamente rentável».



Trabalhadores

Metalurgia de Lisboa

«Falência à vista»

— alerta o Sindicato num documento enviado ao Primeiro-Ministro

As empresas de metalomecânica pesada pertencentes ao sector empresarial do Estado, reduzidas já a 50 por cento dos seus efectivos de pessoal, estão a utilizar os subsídios para manutenção dos postos de trabalho na sua redução. Os casos citados recentemente pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa dizem respeito à **Sorefame, Cometna e Mompur**. Num documento enviado ao Primeiro-Ministro, o Sindicato reclama «medidas imediatas» pois «a falência está à vista» em todo o sector no distrito de Lisboa.

O Sindicato refere-se concretamente ao sector metalúrgico. Nos subsectores que faz depender desse (metalomecânica pesada, construção e reparação naval, e «sector automóvel») são citadas, além daquelas, outras empresas como a **Equimetal** e a **Sorefame-Amora** onde «o Governo, através do IPE (Investimentos e Participações do Estado), com uma pretensa reestruturação deste subsector numa perspectiva global, desarticulou algumas empresas, criando dificuldades à sua continuidade».

Essa reestruturação, segundo o Sindicato, «não visou mais que o despedimento dos trabalhadores em quantidades industriais».

Recorde-se que na **Equimetal** (Barreiro), segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do Sul, se correu à greve na passada sexta-feira, dia 7, «em defesa dos postos de trabalho, pela garantia dos direitos adquiridos, contra a repressão e a chantagem utilizada pela administração da Sociedade Geral de Metalomecânica, pelo cumprimento da legalidade». Os trabalhadores abrangidos pelo pré-aviso dependem do «contrato de cessão de exploração à SGM» — cessão essa que não só abrangeu a **Equimetal**, como a **Sorefame-Amora**, através do IPE que já funciona como grupo privado, como se sabe.

A Casa Hipólito sem matéria-prima

O documento que cita casos concretos e variados, refere, na metalurgia a **Casa Hipólito** de Torres Vedras que é «a maior empresa desta região». O seu nível de emprego, que já atingiu os 1200, está hoje reduzido a 900 sem matéria-prima para trabalhar.

Pergunta o Sindicato: Sendo a **CH** «uma empresa bastante diversificada nos produtos acabados e com possibilidades em mercados potenciais, por que motivo existem, então, salários em atraso e continua a redução drástica dos postos de trabalho?».

Além de casos como o da **UTIC**, que o «Avante!» tem abordado em edições anteriores, o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa acrescenta a **Ecomecânica** (Malveira) que empregava «mais de 150 trabalhadores e hoje está reduzida a pouco mais de 20», sem perspectivas de futuro, como sem futuro parece o próprio grupo **Baptista Russo** de que faz parte.

A destruição de postos de trabalho e o recurso ao emprego precário, sem direitos nem regalias de espécie alguma, é a tônica geral do documento apresentado ao Primeiro-Ministro pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa.

Terra

Debate em Braga questiona futuro do vinho verde

A entrada do nosso país na CEE e os acordos assinados, nomeadamente os respeitantes a vinhos, levantam na produção e comercialização do vinho verde um numeroso conjunto de problemas e condicionantes que a não serem alterados, conduzirão à liquidação inevitável de uma parte significativa da sua produção, com largas e graves repercussões económicas e sociais na região. Esta, uma das principais conclusões a que chegaram os participantes no debate promovido no passado domingo em Braga, pelas Organizações Regionais do Minho e Porto do PCP.

Subordinado ao tema «Entre Douro e Minho, Vinho Verde, que Futuro, que Soluções?» esta iniciativa permitiu diagnosti-

car com rigor a situação do vinho verde, talvez a mais importante fonte de rendimento da agricultura de Entre-Douro e Minho, constituindo ao mesmo tempo um precioso alerta para as desastrosas consequências que advêm da adesão, consequências que uma monumental propaganda assente em hipotéticos financiamentos e reestruturções, procura escamotear e esconder dos agricultores.

«Portugal não pode aceitar uma política que conduzirá à destruição de uma das suas mais significativas riquezas e à invasão do País pela produção estrangeira», afirmou na ocasião o camarada **Ângelo Veloso**, membro da Comissão Política do Comité Central perante os muitos agricultores e técnicos pre-

sentes no auditório do FAOJ.

Procedendo a um balanço, ainda que precário, dos onze meses que nos separam da adesão, **Ângelo Veloso** aludiu entre outras medidas à imposição de normas de qualidade desvalorizadoras de grande parte da nossa produção e à imposição de quotas limites à produção que conduzem à «destruição ou ao baixo preço» de produtos agrícolas, bem como à supressão de subsídios e créditos bonificados.

Referindo-se à necessidade de modernizar a nossa agricultura — objectivo que, todavia, está longe das preocupações das multinacionais da CEE, segundo disse —, o dirigente comunista salientou que tal modernização e apetrechamento tecnológico só serão possíveis «numa perspec-

tiva social correcta e numa visão verdadeiramente nacional, fortemente apoiados pelo Estado em investimento, em crédito, em apoios, em garantia de preços justos e de escoamento».

No decorrer do debate, em que intervieram outros dirigentes do PCP (designadamente **João Fonseca, João Duarte, António Lopes e Agostinho Lopes**), foi aprovado um documento de conclusões onde se afirma a dado passo que «a defesa unânime de aumentos de produtividade, da melhoria da qualidade do vinho, da modernização da agricultura e da vitivinicultura não pode esquecer as consequências económicas e sociais desse processo, a participação e os interesses dos produtores agrícolas».

Bragança

• Mais de 3 mil manifestantes em três grandes iniciativas

Luta firme dos agricultores impede encerramento do matadouro

Confrontados de há uns tempos a esta parte com problemas de vária ordem de conhecidas e graves repercussões nas suas vidas (a exigência de guias para o transporte de gado, multas e apreensões de viaturas e encerramento de feiras), os agricultores e negociantes de gado do concelho de Bragança viram-se recentemente confrontados com uma nova medida que consideram altamente lesiva dos seus interesses — o encerramento do matadouro da cidade —, decisão que desencadeou fortes reacções da sua parte numa resposta firme que só abrandou após compromisso público, na passada semana, do presidente da edilidade, de que o matadouro não seria encerrado.

No curto espaço de uma semana, mais de três mil agricultores mobilizaram-se deste modo em três grandes concentrações junto ao matadouro da cidade e em frente da Câmara Municipal, acções que acolheram a solida-

riedade da população e onde foi manifesta uma grande firmeza e combatividade dos participantes sem as quais não teria sido possível ultrapassar a oposição e as várias resistências entretanto surgidas, designadamente do Governador Civil do distrito.

Nesta luta estava em causa, recorde-se, o encerramento do matadouro de Bragança determinado ao abrigo do dec. Lei 304/84, encerramento que a ir por diante obrigaria milhares de agricultores a deslocarem os seus animais para o Complexo

Agro-Industrial do Cachão situada a cerca de 150 quilómetros das aldeias e freguesias do concelho, com os naturais transtornos de perda de tempo e de agravamento das despesas.

Levando apenas em linha de conta as condições técnico-económicas da actividade industrial de abate, esta medida das autoridades não acautelou os interesses económicos de milhares de agricultores, comerciantes e autarquias, gesto interpretado como mais um ostensivo acto de desprezo pela lavoura.

De acordo com a opinião dos produtores — que manifestaram já a sua intenção de prosseguir a luta caso as suas reclamações não sejam atendidas —, esta medida foi tanto mais injusta quanto é sabido que é possível proceder sem grandes dispêndios de dinheiro às remodelações necessárias para a sua laboração futura, segundo as normas exigidas pela CEE.



Agricultores concentrados em frente ao matadouro de Bragança no passado dia 25 de Outubro

Em jornada de protesto Tractores desfilam em Mortágua



Respondendo a um apelo da União dos Produtores Florestais e Agricultores do concelho de Mortágua realizou-se no final da passada semana um desfile pelas ruas daquela localidade que reuniu trinta e três tractores com mais de 25 anos de utilização, iniciativa destinada a marcar o protesto dos agricultores pela decisão governamental de lhes tirar o subsídio de gasóleo, de acordo com o estabelecido no artigo 3.º da Portaria 429/86.

Com esta acção, os produtores e a sua organização local pretenderam mostrar a injustiça de uma tal medida dado que os

seus velhos tractores, apesar da idade, continuam de facto ao serviço da lavoura, com boa intensidade de trabalho.

No decorrer da jornada, realizada no seguimento de um abaixo-assinado e de diligências junto das autoridades oficiais, os manifestantes aprovaram uma carta dirigida ao ministro **Álvaro Barreto** na qual rebatem os argumentos invocados pelo ministério para a sua decisão, solicitando por outro lado «uma posição menos rígida do Governo» sem a qual, afirmam, o seu «descontentamento e protesto agora expresso só poderá aumentar».

CAMINHO

1.ª edição portuguesa traduzida directamente do russo



Máximo Gorki

o prazer de ter bons livros para ler

Terra

Produção de tomate em debate

Governo e CEE responsabilizados pela grave situação no sector

• Exigidas medidas de apoio

Analisar os problemas surgidos com o tomate na campanha deste ano decorrentes da adesão à CEE, apontar soluções e repensar o futuro desta produção de grande importância económica nalgumas regiões do País, constituíram o eixo de um debate realizado no último sábado, em Benfica do Ribatejo, Almeirim, por iniciativa conjunta das Organizações Regionais do PCP do Alentejo, Setúbal e Santarém. Contando com a presença de mais de 350 produtores de tomate, para além de representantes de vários órgãos autárquicos, organizações da lavoura e do Sindicato da Indústria Alimentar, o Encontro proporcionou um debate bastante animado em torno desta matéria, a partir do qual foi possível efectuar um balanço rigoroso e objectivo da situação em que se encontram os produtores de tomate.

No decorrer dos trabalhos, em que participaram também os camaradas Raimundo Cabral, da Comissão Política, Francisco Lancinha, Miguel João e José Mota, todos membros do Comité Central, os participantes constatarem que uma grande parte da produção ficou a apodrecer nas terras, por colher, responsabilizando por tal facto quer a falta de resposta da indústria quer o encerramento de empresas.

Desfazer ilusões

A juntar a esta verdadeira tragédia que põe em risco a sobrevivência de muitos produtores, vários oradores puseram em destaque, como traços fundamentais da situação presente, as dívidas existentes aos bancos, os atrasos no pagamento aos fornecedores dos factores de produção e o não pagamento pela indústria do tomate recebido.

Atribuindo à política agrícola do Governo Cavaco Silva e às imposições da CEE a responsabilidade por este panorama, os produtores de tomate presentes no Encontro lançaram um alerta aos agricultores portugueses sobre ilusões que persistam relativamente às vantagens da nossa adesão à Comunidade, afirmando mesmo que a «CEE não significa desenvolvimento económico das pequenas e médias produções, mas, sim, a sua morte».

«Há que nos organizarmos de forma a nos defendermos das garras da CEE e dos grandes exploradores portugueses», diria em dada altura um dos participantes, produtor que tal como a maioria dos presentes não só se manifestou preocupado com a situação da campanha de 86 mas também com a do próximo ano, para a qual, segundo afirmaram, não existem estímulos nem garantias.

Ainda a propósito do processo de adesão vale a pena recordar palavras de Raimundo Cabral,

agrários, capitalistas da agricultura, correligionários do senhor comissário Cardoso e Cunha».

Pagar as dívidas

No final dos trabalhos os participantes aprovaram um documento consubstanciando as principais conclusões do debate e no qual se reclamam algumas medidas a curto e médio prazo, quer para a produção quer para a indústria.

buidos ao concentrado de tomate apenas sejam concedidos depois de liquidados integralmente os pagamentos aos produtores ou que, em alternativa, seja previamente deduzida, aos subsídios, a importância correspondente aos referidos pagamentos à produção, garantindo o Estado a sua liquidação imediata.

Neste capítulo é ainda exigida, uma intervenção do Governo nas fábricas que encerraram ou que não receberam o tomate concentrado por forma a garantir o pagamento ao produtor e a liquidação integral dos salários em atraso aos trabalhadores das referidas empresas.

Quanto à próxima campanha os produtores de tomate reclamam que as rendas sejam corrigidas para níveis que não inviabilizem a própria cultura e que seja assegurada a renovação dos contratos de arrendamento de campanha.

Garantir o escoamento à produção dos excedentes em relação às quantidades de tomate contratadas com a indústria; estabelecer até ao mês de Janeiro que precede o início da campanha os preços de tomate a pagar à produção; e implementar um seguro de colheita que garanta a cobertura efectiva dos riscos, são outras tantas reivindicações aprovadas pelos produtores no decorrer do Encontro de Benfica do Ribatejo.

No que diz respeito à indústria, o debate concluiu, entre outros aspectos, pela necessidade das fábricas assegurarem a recepção imediata do tomate, o pagamento de juros de mora a partir de trinta dias após entrada do tomate na fábrica e que a tipologia dos contratos a realizar entre a indústria e a produção seja previamente negociada com as organizações representativas dos produtores de tomate.

Entre as medidas imediatas ao nível da produção exige-se que os subsídios comunitários atri-



Grande parte da produção de tomate na campanha deste ano ficou a apodrecer no terreno, por apanhar, quer pela falta de resposta da indústria quer pelo encerramento de várias empresas

proferidas na intervenção de encerramento, uma chamada de atenção em que se recorda que 78 por cento das explorações agrícolas têm menos de 4 hectares e cerca de 80 por cento das empresas menos de 50 trabalhadores, números que dão uma ideia clara da estrutura da nossa economia, impossibilitada obviamente de qualquer concorrência com os restantes países da CEE.

«A desilusão cresce em torno da demagogia dos chamados financiamentos comunitários».

«Poucos ou mesmo nenhum pequeno ou médio produtor de tomate, de vinho, de milho, de leite, etc., já teve apolos financiamentos da Comunidade», afirmou o dirigente comunista, para concluir: «Esses apolos são canalizados para os grandes



Amanhã, em Montemor-o-Novo Encontro extraordinário da Reforma Agrária

• Mais de 1000 delegados

Convocado para proceder a um balanço dos mais recentes desenvolvimentos da ofensiva em curso, reforçar a mobilização e a solidariedade nacional e internacional e aprovar novas iniciativas de luta, realiza-se amanhã, no Teatro Curvo Semedo, em Montemor-o-Novo, com início às 9.30 horas, um Encontro Extraordinário da Reforma Agrária.

Subordinado ao lema «Fazer parar a destruição da Reforma Agrária, reforçar a solidariedade, demitir o Governo», esta importante realização insere-se num vasto quadro de acções de luta dos trabalhadores agrícolas do Sul destinadas a sustentar a violenta e ilegal ofensiva do Governo de Cavaco Silva contra as UCPs/Cooperativas.

A pretexto de «reservas» e mais «reservas», conforme lem-

bra um comunicado subscrito pelas organizações promotoras do Encontro (Secretariados e Uniões das UCPs/Cooperativas agrícolas e Sindicatos do sector dos cinco distritos da zona de intervenção), o Ministério de Álvaro Barreto tem desferido os mais brutais ataques contra as unidades de produção, ofensiva que se enquadra num propósito manifesto de liquidar por completo a Reforma Agrária, transformação que já demonstrou inequivocamente o seu papel insubstituível ao desenvolvimento da agricultura, à melhoria das condições de vida no campo e à defesa do regime democrático.

No Encontro estarão presentes cerca de mil delegados eleitos entre os trabalhadores e técnicos das UCPs/Cooperativas, para além de várias dezenas de convidados, designadamente representantes da Comissão Executiva da CGTP-IN; Uniões, Federações e Sindicatos; movimento camponês e cooperativo; partidos políticos; grupos e comissões parlamentares; Autarquias; Presidência da República; Assembleia da República; órgãos de Poder Judicial; e ainda diversas organizações e personalidades do movimento democrático e cultural.

Empenhados em defender por todos os meios ao seu alcance os postos de trabalho, a produção e a legalidade, os trabalhadores agrícolas e suas organizações representativas encaram a realização desta iniciativa com um preciso contributo para o reforço da luta e da solidariedade para com a Reforma Agrária, parte integrante do regime democrático e realidade indispensável ao progresso do País.



Poder Local

Por iniciativa da Assembleia Municipal

Concelho de Setúbal analisado em conferência

Promovida pela Assembleia Municipal de Setúbal, realizou-se no passado fim-de-semana no salão nobre da Câmara uma importante conferência «Sobre a Situação Social e Económica do Concelho de Setúbal».

A conferência saldou-se «num efectivo contributo para o estudo e aprofundamento de medidas necessárias e viáveis para a so-

luto e para confessar que a intervenção que «mais lhe agradeu» foi a do núcleo empresarial de Setúbal.

A iniciativa foi assim apresentada pelo organismo promotor:

«A Assembleia Municipal de Setúbal, face à situação socioeconómica cada vez mais grave que se vive no distrito e em particular no concelho, tem vindo a manifestar unanimemente a sua preocupação e a procurar iniciativas que visem contribuir para a elaboração de perspectivas viáveis de solução da crise presente.

«Neste sentido e com o intuito de procurar coligir as informações quantitativas e qualitativas tantas vezes dispersas e as soluções propostas por várias forças políticas, Governo e Parceiros Sociais, analisando os seus pontos comuns, divergências e aplicabilidade, a Assembleia Municipal decidiu realizar uma conferência sobre a situação social e económica no concelho de Setúbal — caracterização e perspectivas.

«Não obstante a conferência vir a ser focalizada no concelho, consideramos ainda de interesse todos os trabalhos sobre a região de Setúbal, em que se insere, sobretudo nos casos em que



A acção política e as iniciativas do PCP (ainda) assustam e incomodam. Que o digam os cidadãos de Setúbal. Correspondendo a ordens da coligação camarária PS/PSD, vários elementos de propaganda do Partido têm sido anulados e arrancados, como sucedeu com panos e murais da Conferência sobre a Mulher. Arrancar panos e tapar murais de propaganda de um partido político — «por acaso» o mais representativo do concelho e do distrito — parece ser uma prioridade na gestão PS/PSD

os indicadores existentes não permitem detalhar os trabalhos ao nível concelhio».

lucção da crise profunda e generalizada em que o concelho e a região se encontram», segundo a opinião do presidente da Assembleia Municipal de Setúbal, **Marino Vicente**, que acrescentou que «não há processo que possa encetar-se com o mínimo de probabilidades de êxito sem o concurso alicerçado em audição e diálogo dos agentes desse desenvolvimento: autarquias locais, associações sindicais, associações patronais, empresas do sector público, privado e cooperativo».

Foram notadas as ausências, neste importante encontro, da governadora civil do distrito e do presidente do Centro Regional de Segurança Social, enquanto o presidente da Câmara Municipal de Setúbal, **Mata Cáceres**, intervinha na sessão de encerramento para «lamentar» que tivessem surgido muitas críticas às medidas governamentais para o dis-

Entre as posições e opiniões contraditórias surgidas na conferência (e que bem se inferem desta posição de Mata Cáceres), há a destacar algumas. O representante da União dos Sindicatos de Setúbal, **Joaquim Pisco**, após referir a disponibilidade dos trabalhadores e das organizações sindicais «para participar na definição de objectivos, planos e medidas que visem satisfazer as principais reivindicações dos trabalhadores que estão, na quase generalidade dos casos, directamente ligados com o desenvolvimento e o progresso económico», salientou que «qualquer perspectiva de desenvolvimento terá de assentar na exploração e optimização de condições próprias existentes na região», nomeadamente «a disponibilidade de mão-de-obra com um apreciável nível de qualificação, e a não menos importante disponibilidade social dos trabalhadores e do movimento sindical unitário para contribuir activamente na procura e concretização de soluções para o desenvolvimento».

Por outro lado, enquanto o dr. **Santos Rodrigues**, da Inspeção-Geral do Trabalho, respondia à pergunta sobre o papel da Inspeção do Trabalho face às empresas que não cumprem as suas obrigações com um «não estou preparado para esclarecer essas questões», **Odete Santos**, deputada do PCP pelo distrito de Setúbal, criticava a Inspeção de Trabalho por não cumprir as suas obrigações quanto à violação da lei dos contratos a prazo, em relação às reformas antecipadas e às rescisões de contrato «por mútuo acordo», «quando ao trabalhador não é dada outra alternativa». A deputada solicitou à Inspeção de Trabalho elementos referentes às carências do próprio organismo, que possa «apresentar propostas na Assembleia da República a esse respeito».

Pedrouços, com a APU

O destino nas mãos

A freguesia de Pedrouços, no concelho da Maia, foi criada em Julho de 1985. Vão agora, em Dezembro, realizar-se as primeiras eleições para a sua Assembleia de Freguesia. A APU apresenta à frente da sua lista um homem bem conhecido, Francisco Dantas, lutador acérrimo pela passagem de Pedrouços a freguesia, há longos anos ligado à luta pela resolução dos problemas locais.

Sobre os motivos da sua candidatura, é Francisco Dantas quem diz que ela resulta de diversas razões. Uma delas é porque está disposto a continuar «a luta que há anos travo pela resolução dos problemas, por estar certo que a lista pela qual me candidato, com homens e mulheres honestos e trabalhadores, é aquela que juntamente com a população será a única capaz de resolver os problemas». E conclui: «Que melhor prova senão o facto de, mesmo contra a vontade de todas as outras forças políticas, a APU, juntamente com a população e ao cabo de 5 anos, ter conseguido ver materializado o grande sonho da população — Pedrouços elevado a freguesia?!».

Fernando Dantas fala também dos projectos e tarefas que considera prioritários na sua acção como presidente da Junta uma vez eleito: o saneamento básico, o bem-estar da população, atra-

vés da construção e melhoramento de balneários, lavadouros e estendais, creches, infantários e parques infantis, e um centro de dia para a terceira idade, um plano de melhoramentos dos arruamentos. Um terreno para a construção do cemitério (objectivo pelo qual a APU se vem batendo desde 1976), o apoio às colectividades e organizações populares que desempenham em Pedrouços um importante papel, havendo também o projecto da criação de um centro cultural na freguesia. E para além dos projectos, Francisco Dantas refere que a acção a desenvolver será sempre em conjunto com a população e as suas estruturas.

«Para já — conclui — um largo trabalho de esclarecimento está em curso. Está ao alcance do povo de Pedrouços tomar o futuro nas suas mãos. Com a APU.»

Revista «Poder Local» Regionalização em foco!

Prossegue, em todo o País, a consulta às Assembleias Municipais sobre o projecto do PCP sobre Regionalização, apresentado na Assembleia da República e enviado pelo seu presidente a todas as Assembleias Municipais para discussão.

Dada a importância desta matéria, é de realçar o importante contributo que continua a ser dado pela revista «Poder Local», em particular o seu último número (de Novembro), à apreciação que mobiliza neste momento as autarquias do País.

Dedicando ao assunto mais de

metade do número, a revista apresenta nada menos que 10 depoimentos: de **Carlos Brito** (O Debate sobre a Regionalização — Aspectos gerais), de **João Amaral** (Sobre as Atribuições das Regiões Administrativas), de **José Magalhães** (O Enquadramento Constitucional da Regionalização), de **Anselmo Anibal** (O Financiamento das Regiões Administrativas), de **Daniel Branco** (As Comissões de Coordenação Regional e a necessidade da Regionalização), de **Leopoldo de Almeida** (A Instituição das Regiões Administrativas e o Planeamento Regional), de

Veiga de Oliveira (Regiões Administrativas e Regiões-Plano), de **Maria da Luz Afonso** (A Criação das Regiões e o Desenvolvimento do Distrito de Lisboa), de **Helder Borges** (Os Transportes e a Regionalização) e de **Luis Sá** (As Áreas das Regiões Administrativas — A base distrital e o caminho para a sua eventual superação).

Desnecessário será dizer que este número da revista «Poder Local» é de leitura indispensável para todos os que estejam interessados no debate sobre Regionalização!



Praça da Liberdade

Um desempate inocente

Uma parte substancial do comércio retalhista de produtos alimentares nas grandes áreas urbanas vai a caminho de estar na mão de meia dúzia de grandes potentados.

O «patrão» destes mastodontes, normalmente, não se sabe quem é e mora não se sabe onde. São sociedades sem rosto. Quando se lhe procura as origens, vai aparecendo um emaranhado de raízes, cada uma delas mais forte, mais profunda. São as multinacionais. São um mundo dirigido ao domínio do homem e nunca à satisfação das suas necessidades.

Não se lhes conhece a «cabeça» mas não é difícil, muitas vezes, reconhecer os agentes locais dos seus interesses.

Há meses, à saída do Porto, instalou-se o Hipermercado Continente, do grupo SONAE, Associado à Promote, multinacional de capital francês do grupo SONAE, capitaneado por Belmiro de Azevedo, homem de mão de Pinto de Magalhães no tempo do fascismo.

A campanha de promoção anunciava um horário de abertura muito convidativo. Convidativo, mas ilegal. O Sindicato do sector solicitou entrevistas com o presidente da Câmara. A entrevista, apadrinhando uma iniciativa cujo êxito assenta na exploração desenfreada de centenas de trabalhadores, na ruína em perspectiva de tantos outros pequenos comerciantes, no domínio almejado do consumidor indefeso. Cerca de três centenas de trabalhadores ao serviço. Quase todos contratados a prazo, cumprindo horários excessivos, sujeitos a uma disciplina férrea.

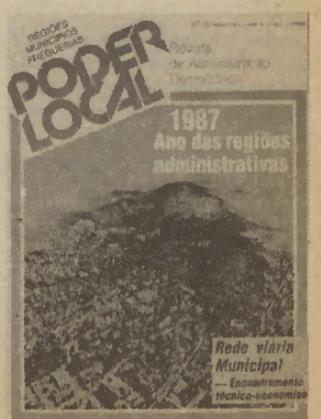
Dezenas de trabalhadores (cerca de 80) alugados à Men Power, empresa fornecedora de mão-de-obra, sem quaisquer garantias, como se de mercadorias se tratasse. Salários abaixo do contrato colectivo.

Uma chusma de ilegalidades. E entre elas a prática de um horário de funcionamento não autorizado. Mas longos meses em prática.

No dia 5 deste mês, a Câmara de Matosinhos, com o senhor Narciso Miranda à frente, resolveu dar um jeito nisto. Acabar com a ilegalidade. E para isso... bem, para isso: *alínea a)* aprovou o livre funcionamento dos centros comerciais das 9 às 24 horas, incluindo aos domingos. *Alínea b)* decretou que o Hipermercado Continente é, afinal, um centro comercial.

Bem visto. Acaba-se a ilegalidade com outra ilegalidade. Os trabalhadores não concordam. Os comerciantes também não. Mas isso não tem importância. O senhor Narciso Miranda sabe que o Continente é um centro comercial. O senhor Narciso Miranda sabe que os consumidores são quem beneficia com aquele horário generoso. O senhor Narciso Miranda lá sabe porque aprovou aquele horário de funcionamento. E para que não haja dúvidas sobre as suas certezas... desempatou o assunto. Tal e qual. Com 4 votos a favor do PS e quatro votos contra da APU e outras forças representadas na Câmara, o senhor presidente desempatou a favor do Continente.

Mal andar quem pense mal de tudo isto. Não faltará quem murmure. Mas é má língua.



Internacional

Nicarágua

— Saudação do PCP

O presidente Reagan deve convencer-se que a Nicarágua jamais será vencida porque tem aqui um povo pronto a fazer face à agressão, de armas na mão — afirmou no passado sábado em Manágua o presidente nicaraguense, Daniel Ortega, num comício integrado nas comemorações do 25.º aniversário da fundação da Frente Sandinista de Libertação Nacional e do 10.º aniversário da morte de Carlos Fonseca, dirigente da FSLN.

As comemorações, em que o povo nicaraguense participou em massa, estiveram presentes delegações de 80 países. O PCP fez-se representar pelo camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, que foi portador da saudação que transcrevemos em separado, na íntegra.

O 25.º aniversário da FSLN ocorre numa situação em que, a par dos intensos esforços das autoridades sandinistas para a contínua melhoria do nível de vida das populações, o governo nicaraguense continua a ser forçado a dispendir esforços gigantescos na guerra que lhe é imposta pelos EUA. Uma guerra, como Daniel Ortega sublinhou no sábado, que causou já a morte de 35 300 pessoas, muitas das quais civis, e prejuízos superiores a 2,8 biliões de dólares.

As tensões provocadas pela política belicista da Administração Reagan na América Central têm vindo no entanto a criar uma

situação insustentável para os próprios aliados dos norte-americanos na região, sobretudo à medida que se agravam os problemas nacionais e cresce a solidariedade para com a Nicarágua, exemplo vivo da dignidade e do direito dos povos à independência e ao progresso. Reflexo disso parece ser a recente recusa das autoridades da Costa Rica, El Salvador e Honduras em permitirem o treino de contra-revolucionários no seu território, o que levou os EUA, segundo o «Washington Post», a criar centros de treino no seu próprio país.

O crescente envolvimento directo dos EUA na guerra não-declarada contra a Nicarágua — acentuado pela cumplicidade de agentes da CIA nas acções criminosas contra a revolução sandinista — preocupa cada vez mais a generalidade dos países da América Central e de todo o mundo, que receiam um conflito global de consequências imprevisíveis para a manutenção da paz mundial.

No 25.º aniversário da FSLN um povo em luta pela paz

Queridos Camaradas

É guiados por profundos sentimentos de fraternal amizade e solidariedade que os comunistas portugueses se associam ao povo nicaraguense nas celebrações do 25.º Aniversário da fundação da sua vanguarda revolucionária, a Frente Sandinista de Libertação Nacional, e do 10.º Aniversário da morte de Carlos Fonseca, fundador da FSLN e herói nacional nicaraguense.

Nesta data histórica o Comité Central do PCP transmite à Direcção Nacional da FSLN, e por seu intermédio a todos os militantes sandinistas e ao povo da Nicarágua, as suas calorosas felicitações e fraternais saudações e confirma-lhes a inteira solidariedade dos comunistas portugueses para com a sua heróica luta pela defesa e consolidação da revolução popular e pela salvaguarda da independência e soberania da pátria, hoje perigosamente ameaçada pela política de autêntico terrorismo de Estado conduzido pelo imperialismo norte-americano contra a Nicarágua.

A história da Nicarágua dos últimos 25 anos é inseparável da história da FSLN. Herdeira das melhores tradições de luta patriótica, anti-imperialista e revolucionária do povo nicaraguense, a FSLN afirmou-se, ao longo de

duros e difíceis combates, como a força revolucionária de vanguarda da classe operária, dos camponeses, do povo da Nicarágua. A história da FSLN encerra importantes ensinamentos para as forças patrióticas e progressistas do mundo inteiro. Na resistência clandestina à ditadura fascista de Somoza, na guerra popular libertadora, na insurrei-

como objectivo principal e decisivo a defesa das conquistas da Revolução do 25 de Abril. Só neste caminho é possível defender a própria liberdade tão duramente conquistada após quase 50 anos de ditadura fascista, só neste caminho é possível defender a independência e soberania nacional hoje fortemente ameaçada pela política de sucessivos

frente a poderosa realidade e a activa política de paz da URSS e dos países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas. São forças poderosas que, se unidas, estão em condições de derrotar os propósitos hegemónicos do imperialismo, defender a paz e assegurar o



ção armada vitoriosa, nas profundas transformações democráticas realizadas, na construção do novo Estado democrático revolucionário, na defesa intransigente da soberania nacional, a FSLN demonstrou a sua identificação profunda com os interesses e aspirações do povo nicaraguense.

A importância e significado da Revolução sandinista não se circunscreve à Nicarágua, projecta-se na América Central e Caraíbas e no mundo inteiro. Ela confirma que nos nossos dias um povo unido e determinado em libertar-se da exploração e da opressão imperialista acaba sempre por vencer. Mostra simultaneamente o grande valor da solidariedade internacional, necessária para obrigar o imperialismo a conformar-se com a vontade do povo nicaraguense de construir uma sociedade livre e progressista para pôr termo à brutal ingerência dos EUA nos assuntos internos do vosso país, para impedir a Administração Reagan de concretizar a ameaça de uma intervenção militar directa em larga escala contra a Nicarágua, pela paz e a segurança na América Central.

Em Portugal a luta dos comunistas portugueses continua a ter

governos de submissão de Portugal ao imperialismo norte-americano e pela desastrosa integração de Portugal na CEE. Ao mesmo tempo vemos a luta da classe operária e do Povo português inserida no processo universal da emancipação dos trabalhadores e dos povos e da luta em defesa da paz e consideramos como dever fundamental agir no plano internacional no sentido do fortalecimento da cooperação e amizade de todas as forças anti-imperialistas, revolucionárias e amantes da paz.

A política agressiva dos EUA em relação à Nicarágua e na América Central constitui uma manifestação particularmente brutal da estratégia global do imperialismo norte-americano visando sustentar a evolução do processo revolucionário e impor ao mundo a sua hegemonia. Com tal propósito a Administração Reagan prossegue numa louca corrida aos armamentos na Terra, prepara a sua extensão ao espaço cósmico, proclama com arrogância o seu direito de intervir por toda a parte onde os seus «interesses vitais» são postos em causa pela luta dos povos. Passou porém o tempo em que o imperialismo ditava a sua lei. O imperialismo encontra pela

prossecução do processo libertador da Humanidade.

Queridos Camaradas

Celebramos o 25.º Aniversário da FSLN e o 10.º Aniversário da morte de Carlos Fonseca com um sentimento de grande apreço pela sua obra libertadora e com uma grande confiança no futuro da revolução sandinista. Na vossa heróica luta em defesa da vossa pátria ameaçada podeis estar certos de contar com a activa solidariedade da classe operária e dos comunistas de Portugal. O PCP continuará a agir para que se reforcem as relações de fraternal amizade, cooperação e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos.

- Viva o 25.º Aniversário da Frente Sandinista de Libertação Nacional!
- Honra à Memória de Carlos Fonseca!
- Viva a Nicarágua Revolucionária!
- Viva a Amizade e a Solidariedade entre o Partido Comunista Português e a Frente Sandinista de Libertação Nacional!

Saudação do PCP ao MPLA-PT

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e ao camarada Presidente José Eduardo dos Santos a seguinte saudação:

Queridos Camaradas

Por motivo do 11.º Aniversário da Proclamação da República Popular de Angola, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho e por seu intermédio, todos os seus militantes e o povo angolano que, de Cabinda ao Cunene, luta em defesa da independência e soberania da sua pátria e trabalha pela edificação de uma nova sociedade orientada para o socialismo.

Ao fazê-lo, exprimimos em primeiro lugar os sentimentos dos comunistas e da classe operária de Portugal, cuja luta, antes e depois da Revolução de Abril, sempre esteve estreitamente vinculada com a luta libertadora do povo angolano. Expressamos ao mesmo tempo, estamos certos disso, os sentimentos da maioria do povo português que, não obstante as campanhas de desinformação sobre a realidade angolana e a real situação na África Austral, aspira ao desenvolvimento de relações de amizade e cooperação entre os nossos dois povos e países.

Ao longo de 11 anos da sua existência a RPA afirmou-se como baluarte da luta dos povos da África Austral contra os planos neo-colonialistas do imperialismo, pela abolição do «apartheid», pelo progresso social e a paz na região, grangeando um grande prestígio e autoridade entre os Estados da Linha da Frente, no Movimento dos Países Não Alinhados, entre todas as forças progressistas e anti-imperialistas.

Ao povo angolano foram e continuam a ser impostos colossais sacrifícios na luta contra a agressão armada dos racistas da África do Sul apoiada pelo imperialismo norte-americano. Estamos porém certos de que o povo angolano, sob a direcção do MPLA-PT, e contando com a solidariedade do campo socialista e de todas as forças progressistas, defenderá a independência e a integridade territorial da sua pátria, consolidará as suas conquistas revolucionárias, avançará pelo caminho que escolheu, o caminho do progresso social e do socialismo. Na vossa luta, queridos camaradas, podeis estar certos de contar, hoje como sempre, com a activa solidariedade dos comunistas portugueses.

A cobertura e activo apoio dado pelo actual governo português às actividades dos bandidos da Unita, em Portugal, é um escândalo nacional a que urge pôr imediatamente termo, e que só uma política de aberta submissão de Portugal ao imperialismo pode justificar.

O PCP considera como seu dever fundamental prosseguir e intensificar a luta contra a política, seguida por sucessivos governos de direita, de activa participação nas manobras neo-colonialistas do imperialismo norte-americano na África Austral, de apoio directo ou indirecto ao regime do «apartheid», de conivência com os lacaios da Unita ao serviço dos racistas e dos imperialistas, de hostilidade para com a RPA e o seu governo legítimo.

Com os votos de melhores sucessos à vossa actividade, reiteramos a nossa vontade de fortalecer os tradicionais laços de profunda amizade, cooperação e solidariedade que unem os nossos dois partidos, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa comum do progresso social, do socialismo e da paz.

Internacional

Laos

Congresso do Partido Popular Revolucionário — Saudação do PCP

Em Vienciane, na República Democrática e Popular do Laos, decorrem nestes dias (de 13 a 15) os trabalhos do IV Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos. O Partido Comunista Português está representado no Congresso pelo camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP. Reproduzimos na íntegra a mensagem enviada pelo CC do PCP ao CC do Partido Popular Revolucionário do Laos.

Queridos Camaradas:

Em nome dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português, saúda fraternal e calorosamente o 4.º Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos e, por intermédio dos seus delegados, os comunistas e o povo trabalhador da República Democrática e Popular do Laos.

Há 11 anos, na sequência da derrota imposta à bárbara agressão imperialista na Indochina, o povo do Laos sob a direcção da sua vanguarda revolucionária, o Partido Popular Revolucionário do Laos, inaugurou uma nova etapa da sua história. Com a proclamação da RDPL o povo laociano lançou-se corajosamente na liquidação da pesada herança legada por um passado semi-feudal, de opressão colonial e de agressão imperialista; empreendeu o caminho de profundas transformações revolucionárias, deu início à construção das ba-

ses técnico-materiais da sociedade socialista evitando a etapa capitalista de desenvolvimento.

As realizações já alcançadas pela RDPL na promoção do bem estar material e espiritual do povo laociano são motivo de profunda alegria para os comunistas portugueses. Elas confirmam que só na via do socialismo é possível aos novos países libertados assegurar a verdadeira independência nacional e encontrar solução para os problemas do povo e do país.

O PCP acompanhou com o maior interesse e espírito solidário a heróica luta de libertação nacional do povo laociano contra o colonialismo francês, o ocupante japonês, o agressor norte-americano. Do mesmo modo o PCP acompanha hoje a actividade do PPRL e do povo laociano na edificação do socialismo, pela conversão do Sudoeste Asiático numa zona de paz, estabilidade e cooperação.

Queridos Camaradas:

A derrota da bárbara agressão dos imperialistas norte-americanos na Indochina, imposta pelos povos do Vietname, Kampuchea e Laos constitui um acontecimento de grande alcance e significado revolucionários que teve uma enorme repercussão na luta libertadora dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo. Ela confirma que, por mais duros que sejam os sacrifícios impostos pela resistência do imperialismo para impedir o avanço do processo revolucionário, o avanço dos povos pelo caminho da independência nacional, da democracia, da paz, do progresso social e do socialismo é irreversível.

O 4.º congresso do PPRL tem lugar numa situação internacional que encerra perigos gravíssimos para a paz e a própria existência da Humanidade. Com o encontro de Reykjavik entre os EUA e a URSS, o mundo pôde uma vez mais comprovar que a causa da corrida aos armamentos e do agravamento da tensão internacional reside na obstinação por parte do imperialismo norte-americano em prosseguir uma política belicista.

A luta em defesa da paz e pelo desarmamento, sempre vinculada com a luta pelo progresso

social, constitui hoje tarefa urgente comum aos trabalhadores e povos de todo o mundo. Na sua acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores e do povo português para pôr fim à corrida aos armamentos e pelo desarmamento, o PCP valoriza altamente as propostas de paz da URSS, nomeadamente as propostas visando a liquidação de todas as armas nucleares até ao fim do século, o fim dos ensaios nucleares, a proibição da militarização do Cosmos. As novas e realistas propostas apresentadas pelo camarada Mikhail Gorbatchov em Reykjavik constituem, na opinião do PCP, uma contribuição da maior importância para a defesa da paz.

O PCP considera que, para fazer frente, com êxito, à política belicista do imperialismo, se torna necessário reforçar a unidade e a coesão do movimento comunista e operário internacional e reforçar a solidariedade e a cooperação entre as grandes forças do progresso social: os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional, os países progressistas.

Queridos Camaradas:

Em Portugal, no momento actual, o objectivo central da luta do povo português é a defesa

das conquistas da Revolução de Abril de 1974, atacadas e duramente golpeadas, ao longo dos últimos dez anos, por sucessivos governos de direita e que corajosamente têm sido defendidas por um poderoso movimento popular de massas, onde o PCP tem uma influência determinante.

No último ano verificaram-se acontecimentos positivos na vida nacional. A demissão do governo PS/PSD, a realização de eleições antecipadas, cujos resultados constituíram uma derrota da direita e da política de direita do PS, a criação de um novo partido democrático e o seu resultado eleitoral, a derrota imposta ao candidato fascizante nas eleições presidenciais de Janeiro, abriram novas e mais favoráveis perspectivas à luta do povo português em defesa do regime democrático.

Combatendo a política de restauração dos monopólios e dos latifúndios, principal responsável pelo agravamento das condições de vida dos trabalhadores portugueses, e que põe em perigo o próprio regime democrático, o PCP luta pelo derrube do actual governo minoritário do PSD e pela cooperação e convergência dos partidos democráticos em maioria na Assembleia da República, com vista a uma alternati-

va democrática que assegure a defesa e prosseguimento do Portugal de Abril.

Sem subestimar as dificuldades e perigos que se levantam nos dias futuros, o PCP confia na luta da classe operária e do povo português para defender o regime consagrado na Constituição da República e às amplas perspectivas por ele abertas.

Queridos Camaradas:

Formulando votos dos maiores sucessos aos trabalhos do 4.º Congresso, bem como à ulterior aplicação das suas decisões, manifestamo-vos a nossa vontade de continuar a agir para que se desenvolvam os laços de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Popular Revolucionário do Laos, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse dos dois povos e países, da paz e do socialismo.

Viva o 4.º Congresso do Partido Popular Revolucionário do Laos!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Popular Revolucionário do Laos!

Viva o internacionalismo proletário!

Guiné-Bissau

IV Congresso do PAIGC

«Enquanto destruímos o inimigo, os seus agentes e as coisas que servem os seus interesses, temos de nos construir a nós mesmos, garantir a satisfação das necessidades do nosso povo, fazer homens e mulheres capazes, melhorar cada dia as condições de vida na nossa terra. Juntamente com a resistência política e a resistência armada, devemos reforçar cada dia a resistência económica, a resistência cultural e a resistência física. Destruir a economia do inimigo e construir a nossa própria economia...»

Muitos anos passaram desde que Amílcar Cabral proferiu aquelas afirmações; muitas transformações se registaram na Guiné-Bissau e no próprio seio do PAIGC, mas a sua mensagem continua válida e actual. Vencida que foi a luta de libertação, uma nova batalha — porventura bem mais complexa — foi desencadeada: a batalha do desenvolvimento.

Com uma população de cerca de 860 000 habitantes e uma população activa de 219 000 pessoas, a Guiné-Bissau continua a viver essencialmente da agricultura, que ocupa cerca de 85 por cento da mão-de-obra disponível. Embora pobre, o país dispõe de algumas potencialidades no domínio da agricultura, pescas, florestas e minérios cujo desenvolvimento é susceptível de aumentar as suas possibilidades económicas. A falta de quadros e a quase inexistência de indústrias — fruto da dominação colonial — têm sido obstáculos a esse desenvolvimento, agravados pela recessão económica internacional, a queda dos preços das matérias-primas e o problema da dívida externa.

Todos aqueles factores têm contribuído para que a Guiné-Bissau se veja a braços com um elevado défice orçamental (31,26 milhões de dólares em 1984), que torna o país altamente dependente da ajuda externa. Não obstante, grandes avanços se têm registado em sectores tão fundamentais como o da saúde, educação e da alimentação. No período colonial, a esperança de vida da população situava-se nos trinta anos e a mortalidade infantil atingia os 60 por cento; em 1982, a esperança de vida aumentara já em mais dez anos. A luta contra o analfabetismo, que à data da independência se situava na ordem dos 95 por cento, tem sido outra das frentes prioritárias. A criação de uma Comissão Nacional de Alfabetização que tem vindo a efectuar campanhas em larga escala, permitiu que em 1982 o analfabetismo tivesse decrescido cerca de 15 por cento.

Todas estas questões e o seu desenvolvimento futuro estiveram em debate nos últimos dias, no âmbito da realização do IV Congresso do PAIGC que hoje termina e em que o PCP se fez

representar pelo camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central.

A este importante aconteci-

Queridos Camaradas

O Comité Central do Partido Comunista Português transmite aos delegados do IV Congresso do PAIGC e, por seu intermédio, a todos os militantes do PAIGC e ao povo irmão guineense as fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao longo da sua história, o PAIGC afirmou-se como força revolucionária de vanguarda do povo da Guiné-Bissau, como instrumento fundamental da sua luta libertadora. Sob a direcção do PAIGC e seguindo o rumo traçado por Amílcar Cabral, esse herói exemplar da revolução africana, o povo guineense alcançou vitórias históricas, pôs fim a séculos de dominação colonial, proclamou a República da Guiné-Bissau independente e soberana, lançou-se na edificação de uma nova sociedade orientada pelos ideais da justiça e do progresso social.

É pois apoiado num rico manancial de experiências que o PAIGC aborda hoje, no seu IV Congresso, difíceis e complexas tarefas de desenvolvimento económico, social e político, assim como do fortalecimento da unidade e do papel dirigente do Partido, tarefas cuja realização é

mento na vida do PAIGC e do povo da Guiné-Bissau o PCP enviou uma mensagem que transcrevemos na íntegra.

da maior importância para o futuro da Guiné-Bissau. Desejando aos trabalhos do vosso Congresso os melhores sucessos queremos reafirmar-vos a activa solidariedade do PCP para com a luta do povo guineense pela consolidação da independência da sua pátria, pelo desenvolvimento económico, pela melhoria do seu nível de vida material e cultural, pelo progresso social, em defesa da paz.

A luta do povo da Guiné-Bissau insere-se no processo geral de emancipação dos trabalhadores e dos povos, que nas últimas décadas se traduziu em extraordinárias realizações que modificaram radicalmente o panorama da África e do mundo. Não é fácil o caminho da libertação nacional e social como o demonstra a própria experiência do povo da Guiné-Bissau e os sacrifícios consentidos na luta pela conquista e consolidação da sua independência. O imperialismo não cede voluntariamente as suas posições, utiliza instrumentos de pressão política e económica sofisticados, recorre às formas de ingerência e agressão mais brutais. A situação na África Austral, a repressão racista contra os povos da África do Sul e da Namíbia e a guerra não de-

clarada contra Angola, Moçambique e outros Estados da Linha da Frente constitui uma expressão particularmente odiosa desta política. Nas suas tentativas desesperadas para impedir o avanço do processo revolucionário e impor ao mundo a sua hegemonia, o imperialismo norte-americano vai mesmo ao ponto de ameaçar o mundo com a guerra nuclear que, hoje, significaria a destruição da humanidade.

O PCP condena e combate firmemente a política militarista e agressiva do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, como o principal inimigo dos povos; expressa a sua solidariedade com todos os povos que lutam pela sua libertação; põe em relevo o papel determinante da URSS e dos países socialistas na luta pelo progresso social e a defesa da paz; considera da mais alta importância a cooperação e amizade de todas as forças revolucionárias, anti-imperialistas e amantes da paz.

Em Portugal a defesa das conquistas da Revolução de Abril e do regime democrático que as consagra continua no centro da actividade dos comunistas portugueses. Prosseguindo a acção dos anteriores governos de direita, o actual governo reacçãoário leva a cabo uma política abertamente antipopular e antinacional que agrava brutalmente as condições de vida dos trabalhadores e do povo, arruina a economia, põe em perigo as liberdades democráticas e a in-

dependência nacional. Combatendo firmemente uma tal política, o PCP luta pela demissão do governo do PSD e pela sua substituição por um governo democrático que salvasse a Constituição, dê solução aos mais agudos problemas nacionais, defenda a independência nacional ameaçada pela sua política de submissão ao imperialismo norte-americano e a ruínoza integração de Portugal na CEE. O PCP fará tudo o que estiver ao seu alcance para lograr a convergência e cooperação dos partidos democráticos e alcançar finalmente a alternativa democrática e patriótica que o nosso povo e o nosso país urgentemente reclamam.

Queridos Camaradas

Entre o PCP e o PAIGC forjaram-se relações de amizade e solidariedade que vêm de tempos duros e difíceis, quando os comunistas e outros democratas lutavam na clandestinidade contra a ditadura fascista e a guerra colonial e na Guiné-Bissau os patriotas e revolucionários guineenses, lutavam de armas na mão pela sua libertação nacional. Agiremos como sempre para que estas relações tradicionais se desenvolvam ainda mais, no interesse dos nossos dois povos e países e da causa de todas as forças anti-imperialistas e amantes da paz.

Viva o IV Congresso do PAIGC! Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o PAIGC!

Internacional

Campanha contra a Síria com apoio da CEE

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da CEE aprovaram na segunda-feira, em Londres, um pacote de sanções contra a Síria, num manifesto apoio às alegadas acusações do governo britânico sobre o envolvimento sírio no terrorismo internacional.

As sanções, ainda que limitadas — proibição de novas vendas de armamento, suspensão de visitas de alto nível à Síria, restrição das actividades diplomáticas daquele país no seio da comunidade, reforço das medidas de segurança em torno da companhia aérea síria — não deixarão de provocar um aumento das tensões no Médio Oriente para cujo processo de paz a Síria é reconhecida indispensável.

Recorde-se que a campanha de Londres contra a Síria foi desencadeada com base no pretenso envolvimento de Damasco na tentativa falhada, em Abril passado, de fazer explodir em pleno voo um avião de passageiros israelitas. A acusação baseia-se em declarações contraditórias de um indivíduo de nacionalidade jordana preso em Londres como responsável por ter tentado introduzir a bomba no

avião através da bagagem da respectiva namorada.

A sucessão dos acontecimentos assemelha-se a uma bola de neve: apesar dos desmentidos das autoridades sírias e da inconsistência das «provas», o governo de Margaret Thatcher corta relações diplomáticas com a Síria, prontamente secundado pelos EUA que se afirma na disposição de aplicar sanções políticas, económicas e diplomáticas contra Damasco e a subida de tom das ameaças de Israel contra aquele país.

A orquestração desta campanha aponta, como foi denunciado na URSS, para o facto de se estar perante uma séria escalada de violência no Médio Oriente e uma provável agressão militar à Síria. Indícios disso, segundo a Tass, não faltam: envio de urgência para as instalações militares britânicas em Chipre de uni-

dades especiais de desembarque, que se mantêm em estado de alerta reforçado; ordens do Pentágono às forças de intervenção rápida norte-americanas colocadas na região do Médio Oriente; entrada em estado de alerta das tropas israelitas nos Montes Golan; apelo directo do primeiro-ministro sionista, Isaac Shamir, para um ataque militar à Síria «no caso de as sanções no domínio diplomático se revelarem ineficazes».

A similitude desta campanha com que antecedeu o criminoso ataque dos EUA à Líbia não po-

dia ser maior. A responsabilidade assumida pelos países membros da CEE ao juntarem-se às hostilidades abertas pelo trio Grã-Bretanha, EUA e Israel, é por demais preocupante. Como assinalava recentemente a Liga Árabe, numa declaração de solidariedade para com a Síria, «a tomada de posição britânica serve essencialmente os designios de Israel» e insere-se nas «tentativas das autoridades sionistas para neutralizar toda a resistência árabe à sua política». O que está longe de contribuir para a paz no Médio Oriente.



Eleições nos EUA

Política de Reagan perde votos

«Preciso da vossa ajuda. Votem, peço-vos, e votem nos republicanos» — esta a mensagem de Reagan, divulgada pelos três canais da televisão norte-americana nas vésperas do acto eleitoral de 4 de Novembro para a renovação das duas câmaras do Congresso — o Senado e a Câmara de Representantes (respectivamente representação igualitária dos Estados e em função do número de habitantes).

Antes de mais, os resultados eleitorais representam de facto um não a este último apelo de Reagan. A abstenção ultrapassou os 60 por cento (a abstenção nos Estados Unidos é sempre muito elevada, reflectindo também a descrença do eleitorado numa diferença de opções e políticas entre os dois partidos que rotativamente se substituem no poder, republicanos e democratas). A votação reforçou a posição dos democratas na Câmara dos Representantes, onde já eram maioritários (253 democratas e 182 republicanos antes das eleições, 257 e 173, hoje). E inverteu as posições relativas no Senado, descendo os republicanos de 53 para 45, e subindo os democratas de 47 para 55.

O porquê

Diferenciados factores se reflectem nos resultados eleitorais. Importa não forçar paralelos entre realidades diferentes, outras evoluções históricas, outros quadros políticos, outro enquadramento dos trabalhadores e movimentos sociais diversos de que também os trabalhadores participam.

Mas nada disso impede os pontos comuns, que nos podem tornar a realidade norte-americana mais próxima e compreensível.

O porquê do recuo do Partido Republicano e mesmo de forma directa do presidente Reagan (dado o seu empenhamento na campanha), tem muito a ver, talvez mesmo fundamentalmente, com a grave situação de deterioração económica que se vive nos Estados Unidos. Económica e social.

A anunciada «recuperação», de 84, já perdeu o fôlego. Hoje os Estados Unidos são o país mais endividado do mundo. No último trimestre o índice da produtividade baixou de 3,5 por cento e o do crescimento económico 0,6 por cento. As fábricas laboram a 78 por cento da sua capacidade. Graves crises atingem sectores como a agricultura, a indústria do aço, a automóvel, confecções, entre outras. O sector da construção registou a terceira quebra mensal sucessiva da produção. Sucodem-se as falências na banca.

Tudo isto se traduz em pesados custos sociais. Em primeiro lugar pelo avolumar dos núme-

ros do desemprego. Em segundo lugar porque de todas as formas são os trabalhadores que pagam os encargos da dívida de Washington, também através de mais cortes nas despesas sociais — já brutalmente reduzidas. A cínica afirmação de que «quem quer saúde paga-a» é particularmente verdadeira nos EUA.

De par da degradação da realidade económica e social, problemas internacionais tão vitais como o da Paz têm também o seu peso (o que não significa necessariamente que tenham a sua tradução em votos). De acordo com números avançados pelo «US News and World Report», de Setembro, 66 por cento dos norte-americanos considera muito importante o controlo dos armamentos nucleares e apenas 8 por cento não consideram importante a melhoria de relações entre os Estados Unidos e a URSS. Factos que vão objectivamente ao arrepio da política de Reagan.

Que perspectivas?

Conhecidos os resultados eleitorais, responsáveis do Partido Democrático dos Estados Unidos apressaram-se a prometer uma alteração na política externa norte-americana, em particular no que respeita à América Latina, e directamente em relação à Nicarágua.

Repressão no Chile

O Secretariado da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa (JCP) enviou, na passada sexta-feira, à representação diplomática do Chile em Lisboa, um telegrama de protesto contra as «recentes acções repressivas e as detenções efectuadas pela polícia» contra estudantes que tinham ocupado um liceu de Santiago exigindo liberdade e democracia para o Chile. Num comunicado divulgado a propósito, a JCP apela à juventude portuguesa para que continue a expressar das mais variadas formas a sua solidariedade para com a luta do povo chileno contra a ditadura.

Entretanto, também na semana passada, a polícia chilena prendeu mais dezassete pessoas em Valparaíso, que diz estarem implicadas no atentado falhado contra Pinochet.

Agrava-se a crise na África do Sul

A greve de vinte e cinco mil mineiros sul-africanos por aumentos salariais; o facto inédito de mais de trezentos polícias municipais negros se terem amotinado no *ghetto* de Katlehong, na sequência de uma luta igualmente de carácter reivindicativo; o boicote de milhares de habitantes do Soweto à circulação dos transportes públicos, como forma de protesto contra o brutal aumento das tarifas recentemente decretado pelas autoridades racistas (mais 17,5 por cento); o abandono da África do Sul de crescente número de importantes empresas multinacionais, a exemplo da Coca Cola e da General Motors; e a entrada em vigor das sanções aprovadas contra Pretória em diversos países ocidentais, está a provocar um verdadeiro caos na vida política e económica sul-africana.

Enquanto no campo social o governo racista não encontra «soluções» fora do âmbito da repressão — que gera revoltas cada vez maiores —, no campo económico a falta de alternativas acentua-se. De acordo com os próprios dados oficiais, o país atravessa a sua mais grave crise desde a «grande depressão» dos anos trinta. Só este ano, o número de falências aumentou 56 por cento em relação ao ano passado, enquanto a taxa de inflação subiu para 21 por cento, o maior índice dos últimos 65 anos! A cotação do rand baixou para 34 centimos do dólar, o mais baixo nível dos últimos anos.

Entretanto o presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Oliver Tambo, encontrou-se em Moscovo com o dirigente soviético Mikhail Gorbachov; no encontro, que classificou de histórico, Oliver Tambo recebeu a confirmação de que a URSS está decidida a contribuir ao máximo para a ajuda ao ANC, à SWAPO e aos povos da região, no sentido de alcançarem os seus objectivos e liquidarem o *apartheid*.

Combate ao terrorismo em Moçambique

Joaquim Chissano, o novo presidente da República Popular de Moçambique, afirmou no final da semana passada em Maputo que o combate aos terroristas da Renamo e a sua liquidação constituem «a mais sagrada e fundamental das tarefas» do povo moçambicano, que não admite «compromissos de espécie alguma».

Chissano falava num comício em que participaram centenas de milhares de pessoas, após a sua tomada de posse como Chefe de Estado. A sua intervenção salientou também a necessidade da recuperação económica nacional e reafirmou o empenhamento de Moçambique no reforço da cooperação com os países da África Austral, no combate ao regime de *apartheid* no âmbito da actividade da Linha da Frente e no aprofundamento das relações de fraternidade com os outros países africanos de expressão oficial portuguesa, bem como com a comunidade socialista.

A Renamo anunciou entretanto no início desta semana um ataque à vila de Angónia, onde afirma ter capturado cooperantes europeus (um britânico, dois espanhóis e três alemães, entre os quais uma criança). A localidade fica próximo da fronteira com o Malawi, o que aponta para a colaboração deste país com os bandidos armados, como o malogrado Samora Machel vinha denunciando.

Brasileiros vão às urnas

Os brasileiros vão às urnas no próximo sábado para renovar os poderes executivo e legislativo nos vinte e três estados do Brasil. Em jogo, está sobretudo a eleição de mais de 500 parlamentares (deputados federais e senadores), a quem caberá a importante tarefa de integrar uma Assembleia Nacional Constituinte, para a elaboração da nova Constituição do Brasil.

De acordo com as últimas sondagens o grande favorito é o PMDB (que juntamente com o PFL formam a Aliança Democrática que apoia o governo do presidente Sarney), um partido que no tempo da ditadura se caracterizou pela defesa dos princípios democráticos mas que hoje integra elementos que estiveram com o regime militar e uma grande parte da burguesia liberal.

Morreu Pere Ardiaca

Pela morte do camarada Pere Ardiaca, o Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido dos Comunistas da Catalunha, o telegrama que reproduzimos:

Foi com pesar que tomamos conhecimento do camarada Pere Ardiaca, Presidente do Partido dos Comunistas da Catalunha, destacada figura do movimento comunista em Espanha, que consagrou toda a sua vida à causa da luta da classe operária e do povo de Espanha, à causa da democracia, do socialismo e do comunismo.

Nesta hora de dor e luto enviamos-vos as nossas sentidas condolências.

Internacional

Revolução de Outubro, 69 anos depois

«Não perdemos o nosso papel de pioneiros»

«O processo iniciado pela Revolução de Outubro em 1917 continua (...) Não perdemos o nosso papel de pioneiros.» Palavras pronunciadas na reunião solene no Kremlin por ocasião do 69.º aniversário por Egor Ligatchov, membro do bureau político e secretário do CC do PCUS. E que muito dizem do salto revolucionário neste momento em curso na União Soviética, que se traduz, como também foi sublinhado na reunião no Kremlin, numa consolidação e desenvolvimento dos princípios do socialismo, na criação de condições para a utilização eficaz das suas potencialidades.

O processo decisivo em que neste momento está empenhado o povo soviético, correspondendo ao actual momento histórico, baseia-se naturalmente em tudo — o muito — que para trás foi feito. Os factos falam por si.

A riqueza nacional da União Soviética ultrapassará muito proximamente em 50 vezes o nível pré-revolucionário, o que excede em 10 vezes o crescimento do correspondente nível nos Estados Unidos.

Mas nem só de riqueza nacional se trata, ainda que tal incremento testemunhe também das imensas potencialidades do so-

cialismo (apesar da contra-revolução e da intervenção estrangeira, apesar das destruições da guerra). Trata-se também da forma como essas riquezas são distribuídas, a quem vão beneficiar.

Os números estatísticos reflectem uma realidade objectiva em que os rendimentos reais da população cresceram 12 vezes nas cidades e 19 nas zonas rurais. O emprego, a participação na administração dos assuntos da sociedade e do Estado, o ensino e a assistência médica gratuitos, o direito a uma velhice calma e segura, o direito à habitação —

estão garantidos a todos. 240 milhões de pessoas (a população total da URSS é de 280 milhões) vivem em edifícios construídos nos últimos 30 anos.

Hoje entretanto vive-se o início de uma nova fase de desenvolvimento. «A reestruturação está a ganhar ímpeto, e toda a sociedade se encontra em movimento e renovação, processo que atingiu a sua vida política, económica e cultural», sublinhou Gorbatchov em encontro com responsáveis do PCUS. Disso mesmo são já testemunho os resultados entretanto alcançados nestes primeiros passos no processo de reestruturação.

Nos primeiros dez meses do corrente ano foram alcançados os mais altos ritmos de crescimento do rendimento nacional e da produção industrial dos anos 80.

Os ritmos de crescimento da produção agrícola ultrapassaram mais de duas vezes o nível médio anual previsto pelo plano quinquenal (1986-90). A produção total de cereais — que este

ano vai atingir os 210 milhões de toneladas — excede em 30 milhões o nível médio anual previsto para o passado período de 1981-85.

De par da dinâmica do desenvolvimento económico, também no plano social se registam novos avanços. Foram aumentados já este ano os salários dos professores e funcionários do ensino primário e secundário. Foi entretanto anunciado um novo e considerável aumento dos salários dos médicos e pessoal paramédico. Está a ser preparado um aumento de 20 a 30 por cento dos salários dos trabalhadores directamente ocupados na produção de bens materiais. As pensões de reforma serão igualmente revistas.

Esta intrínseca ligação entre desenvolvimento económico e desenvolvimento social, inerente à realidade do socialismo, é afirmada de forma inequívoca quando, de par dos planos que fixam a duplicação do rendimento económico da URSS até ao ano 2000, se aponta para a du-

plicação das despesas com as necessidades das pessoas, visando a melhoria da sua vida quotidiana.

Esta melhoria da vida quotidiana tem a ver com o crescimento salarial. Tem a ver com boas condições de abastecimento, com a qualidade das mercadorias, com serviços adequados que correspondam às necessidades de um quadro familiar em que todos trabalham ou estudam. Tem a ver com serviços de saúde e um ensino que prepara hoje trabalhadores para o século XXI.

E tem a ver também com o desenvolvimento multiforme de cada pessoa. O estímulo à participação na vida do país, do bairro, do colectivo de trabalho. O aprofundamento da democracia socialista.

É o «factor humano» que está em causa. Factor decisivo em socialismo. É exactamente no domínio social que se encarnam os objectivos supremos do socialismo, que se manifesta a sua natureza humanista.

Saudação do PCP ao PCUS

O Comité Central do Partido Comunista Português enviou ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, por ocasião do 69.º aniversário da Revolução de Outubro, a saudação que a seguir transcrevemos:

Queridos Camaradas

Por ocasião do 69.º aniversário da Revolução de Outubro, acontecimento de extraordinário alcance histórico que marca o início de uma nova época na longa caminhada da Humanidade pela sua completa emancipação, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Comunista da União Soviética e, por seu intermédio, a todos os comunistas e ao povo soviético as calorosas e fraternais saudações dos comunistas portugueses.

Ao fazê-lo estamos inteiramente seguros de expressar, não apenas os sentimentos de todo o nosso Partido, mas também os sentimentos da classe operária e da maioria do nosso povo que, na sua longa e dura luta contra a ditadura fascista e a guerra colonial, nas jornadas da Revolução de Abril e do avanço do processo revolucionário, no complexo e difícil combate dos últimos dez anos em defesa das conquistas revolucionárias contra a ofensiva de sucessivos governos reacçãoários apoiados pelo imperialismo, sempre teve ao seu lado a amizade e fraternal solidariedade dos comunistas e do povo soviético, encontrando na realidade da grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas um poderoso estímulo à sua própria luta.

Para os comunistas portugueses, celebrar o aniversário da Revolução de Outubro nunca foi um acto de carácter formal. O PCP existe para defender os interesses das massas trabalhadoras e do povo português, para encabeçar a sua luta por uma vida melhor, para concretizar a missão histórica libertadora da classe operária: a edificação em Portugal da sociedade socialista. Na luta em que nos encontramos empenhados por uma alternativa democrática jamais perdemos de vista esta perspectiva, guiando-nos simultaneamente pela ideia de que a realização de uma política externa de independência nacional, paz e cooperação, é a maior contribuição que o povo português pode dar à causa da paz.

Nas gloriosas jornadas da Revolução de Outubro, na rica experiência do proletariado russo e do Partido Bolchevique, na vida, na obra e na acção de Lênine, encontramos elementos de inspiração e preciosos ensinamentos que se mantêm inteiramente válidos para a actividade dos comunistas e dos revolucionários dos nossos dias.

Com a Revolução Socialista de Outubro inaugurou-se uma etapa de profundas transformações revolucionárias que marcam decididamente as condições em que hoje se desenvolve a

luta dos trabalhadores e do povo português, como a luta dos trabalhadores e dos povos de todo o mundo pela liberdade, a independência nacional, o progresso social, o socialismo e a paz. A formação e as extraordinárias realizações do sistema mundial do socialismo, o fortalecimento do papel revolucionário da classe operária nos países capitalistas, o desmoronamento do sistema colonial do imperialismo com as vitórias históricas do movimento de libertação nacional, a nova realidade dos países progressistas, constituem outros tantos golpes vibrados nas posições do imperialismo que aprofundaram a sua crise, mudaram radicalmente a correlação de forças no plano mundial, criaram condições mais favoráveis para a aceleração do processo de emancipação nacional e social dos trabalhadores e dos povos.

As forças do imperialismo e da reacção sempre resistiram e resistem tenazmente ao avanço do processo revolucionário. Hoje, tentando a todo o custo suster e se possível inverter o curso do desenvolvimento mundial, o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, pratica uma política militarista agressiva que encerra perigos gravíssimos, sem precedentes, para a própria existência da Humanidade. A luta em defesa da paz, sempre vinculada à luta pelo progresso social, tornou-se assim tarefa central e urgente, comum aos trabalhadores e aos povos do mundo inteiro. Pôr fim à louca corrida aos armamentos

na Terra, impedir a sua extensão ao espaço cósmico, acabar com as experiências nucleares, dar início ao desarmamento, e em primeiro lugar o nuclear na perspectiva da liquidação de todas as armas nucleares e outras armas de destruição massiva — são objectivos fundamentais da luta dos povos pela salvaguarda da paz.

Na sua luta por estes objectivos, o PCP aponta o imperialismo, e em primeiro lugar o imperialismo norte-americano como responsável pelo perigoso agravamento da tensão internacional, em contraste com a activa e persistente política de paz e de coexistência pacífica da URSS e dos países socialistas. A proposta da URSS visando a liquidação das armas nucleares até ao fim do século, a moratória soviética sobre as experiências nucleares, as propostas apresentadas pelo camarada Gorbatchov na Cimeira de Reykjavik, constituem contribuições da mais alta importância para a defesa da paz e para a urgente viragem do clima internacional no sentido do desarmamento e do desanuviamento.

Os perigos que pesam sobre a paz não afectam a confiança do PCP em relação ao futuro progressista e socialista de toda a Humanidade. No caminho aberto pelo glorioso 7 de Novembro de 1917, as forças do progresso social e da paz cresceram, tornaram-se muito poderosas e se unidas estão em condições de obrigar o imperialismo a recuar nos seus propósitos de hegemonia mundial e defender a paz.

Para tanto é de capital importância reforçar sempre mais a unidade do movimento comunista e operário internacional e fortalecer a cooperação e a amizade das grandes forças do progresso social contemporâneo. Pelo seu lado o PCP continuará a agir com determinação por estes objectivos, a começar pelo fortalecimento das tradicionais relações de amizade, cooperação e solidariedade recíproca entre o PCP e o PCUS.

Queridos Camaradas

Para nós, comunistas portugueses, os países socialistas constituem a força determinante do progresso social e da paz. Pelas suas vitórias e realizações históricas na edificação do socialismo e do comunismo e pela sua política de paz e solidariedade internacionalista, a URSS exerce uma profunda influência na vida internacional, constitui um estímulo à luta dos explorados e oprimidos de todo o mundo. De todo o coração desejamos ao PCUS e ao povo soviético os maiores sucessos na aplicação das decisões do XXVII Congresso e em toda a vossa actividade sempre orientada pelos superiores ideais do socialismo, do comunismo e da paz mundial.

Viva o 69.º Aniversário da Revolução de Outubro!

Viva a Amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da União Soviética!

Viva o Internacionalismo Proletário!

«Um dos primeiros cuidados da Ditadura fascista foi a criação dos serviços da Censura à Imprensa, apesar de alguns protestos feitos pelos jornalistas, em Junho de 1926 e posteriormente em 1937, através duma exposição assinada por mais de 1500 pessoas e entregue à Assembleia Nacional.

Progressivamente, a Censura foi alargando o seu raio de acção, transformando-se rapidamente numa verdadeira «policia de espírito», completada com o Secretariado de Propaganda Nacional: tabelou por meio de circulares os assuntos INDESEJÁVEIS, multou, suspendeu, proibiu dezenas de jornais, permitindo, entretanto, o aparecimento de jornais fascistas como «A Nação» e «O Mensageiro», elaborou uma lista negra de jornalistas e escritores, cuja colaboração passou a ser sistematicamente cortada, o que equivalia a eliminar pela fome certos escritores; o mesmo aconteceu com certas publicações, que chegaram a ter 90% e até 100% da sua composição inutilizada pelo lápis azul.»

(...)

«De fonte de cultura que devia ser, a grande imprensa tornou-se numa arma ao serviço da conspiração contra a cultura, numa arma de propaganda do nazismo.»

«A Censura à Imprensa» — «Avante!», VI série, n.º 124, primeira quinzena de Outubro de 1948)

(...)

«Quando da mudança da hora, os grandes agrários salazaristas procuraram aproveitar-se dela para aumentarem as horas de trabalho dos camponeses, obrigando-os a começar o trabalho mais cedo e a ferrem ao meio-dia e meia-hora.

«Em ALPIARÇA os camponeses juntaram-se, uniram-se, lutaram e impediram mais esta nova exploração. Os camponeses de Alpiarça, pela sua luta decidida impuseram aos exploradores salazaristas só começarem a trabalhar com uma hora de sol e ferrem a uma hora. Os camponeses de Alpiarça impuseram ainda aos senhores salazaristas uma molhadura de 12 garaz, em vez da zurrapa que lhes estava sendo dada.»

«Vitória dos Camponeses» — «Avante!», VI série, n.º 66, segunda quinzena de Novembro de 1944)

(...)

«Procurando mais uma vez no estrangeiro o apoio que o povo português lhe nega, o governo fascista de Salazar cede novas bases em território nacional aos imperialistas, desta vez aos revanchistas alemães ocidentais, em troca do apoio político e do auxílio militar e financeiro alemão ao prosseguimento da guerra colonial. A instalação dos militaristas alemães na base de Beja é, além do mais, um insulto à dignidade e ao sentimento de independência do povo português. Como acto político, é um acto de traição nacional por parte do governo de Salazar.

«Paralelamente, com vistas, sobretudo, a enganar e confundir os meios internacionais, o governo promove uma série de iniciativas demagógicas tendentes a fazer acreditar num apoio interno, realmente inexistente, à sua criminoso política colonial.»

«Os alemães em Portugal!» — «Avante!», VI série, n.º 335, Novembro de 1963)

(...)

«Os alemães em Portugal!» — «Avante!», VI série, n.º 335, Novembro de 1963)

(...)

«Os alemães em Portugal!» — «Avante!», VI série, n.º 335, Novembro de 1963)



A MULHER caminhos da emancipação

○ processo de emancipação da mulher é um produto do devir histórico das sociedades e imbrinca-se, por isso, na questão mais vasta da libertação da Humanidade de todas as formas de exploração e opressão.

A emancipação da mulher é, como se diz no documento da nossa conferência, a «medida natural do grau de emancipação geral». A sua discriminação, o amesquinamento dos seus direitos, para além da vertente ideológica e mental tem, sobretudo, um fundamento objectivo. Existe a discriminação devida à própria condição feminina mas existe, primordialmente, a discriminação por via do lugar particular que determinada mulher ocupa na sociedade, consoante ela seja camponesa, burguesa, fidalga ou operária.

Daí que o caminho da libertação da mulher se jogue, de forma diferenciada, na luta pelos seus direitos específicos e na luta revolucionária mais geral por uma sociedade sem classes.

O que de seguida se apresenta não tem qualquer pretensão de natureza historiográfica que não seja o rigor na utilização das fontes que fundamentam as ideias expostas. Trata-se, tão só, de pequenos retratos, imagens fugazes deste lento e contraditório percurso da mulher portuguesa pela sua emancipação.

Desde sempre nos habituámos à ideia da mulher dona de casa. Eram os homens que faziam a história. As mulheres estavam na sombra dos heróis, curando-lhes as feridas da guerra. O Estado Novo, nos mitos que criou, não se cansou de propagar essa ideia.

E no entanto..., no entanto elas ali estavam no centro das grandes transformações sociais, na revolta manifesta ou surda contra os preconceitos.

Longe do binómio mulher-casa, da imagem da passividade feminina, a mulher sempre desempenhou, em cada época concreta, tarefas essenciais à sociedade. «Desmentindo o parecer de alguns historiadores, a mulher interveio sempre na produção não apenas numa economia de subsistência, mas numa economia de produção para o mercado».

A mulher na economia da Lisboa Quinhentista

Situemo-nos no século XVI. Em 1552, um homem, João Brandão, escudeiro fidalgo da casa de El-Rei D. João III, publicava um interessante «Tratado da Magestade e Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa». Esta obra dá-nos um quadro bastante vivo e pormenorizado da capital do império e, fundamentalmente, da sua intensa actividade económica. Ainda que os dados que apresenta possam não ser totalmente fidedignos — e há razões de sobra para acreditar que o não sejam — a verdade é que cotejando as suas informações com as que um autor coevo, Cristóvão Rodrigues de

Oliveira, numa obra similar apresenta, podemos ter um retrato aproximado desta Lisboa.

E o que observamos aí? A presença fundamental da mulher na vida da cidade.

Assim, João Brandão distingue na Lisboa do seu tempo cerca de duzentos e cinquenta e dois ofícios ou ocupações (em Cristóvão são duzentos e cinquenta e um). A dado passo refere João Brandão que «tenho dito do género de ofícios e tratos e modos que na cidade tem os homens pera ganharem dinheiro e muito, e quâtos são, direi dos das mulheres, que não são poucas, né os ofícios e tratos não são poucos. Aqui apontarei todas e os ofícios que tem e modos por onde ganhaõ dinheiro e muito».





«As mulheres reivindicam a liberdade de construir a sua própria vida em pé de igualdade com os homens, uma igualdade assente no respeito da mulher como ser, com o seu direito à diferença» (do documento da Conferência)



As tarefas desempenhadas fundamentalmente por mulheres ligam-se à actividade comercial, produtos alimentares e tecidos em particular. Quase todo o comércio a retalho passa por mãos de mulher. E diga-se que não é de pouca monta, senão vejamos. Existem setenta mulheres que «todo o ano vendem na Ribeira fruta secura com suas gamelas grandes. E acabada a fruta secura, tornã a verde. E sam ríquas e abastadas».

Há cento e quarenta mulheres que «vendem os pescados por seus donos. E ganhão muito dinheiro, por não daõ a seus donos senão o que querê. E té alvaraes da Camara e juramento pera dar a queda hũ o seu». Ou as dez mulheres que «vivem de alugar sacos pera descareguar naos e navios de trigo».

«Nam quero deixar de falar nas hamas, que saõ tantas que naõ há homé nenhũ por macarrequo que seja, que nã tenha huma.»

Diz-nos o autor que o negócio com as amas movimentava cerca de setenta mil cruzados.

E as referências podiam multiplicar-se. Por esta fonte apercebemos do lugar de relevo da mulher na vida económica de Lisboa na altura. Aliás, a emigração da população masculina na sequência dos descobrimentos, tinha colocado à frente de muitos negócios burgueses, grandes pequenos, as mulheres, viúvas ou filhas do homem que havia perecido em algum naufrágio ou combate.

Através destas descrições, o que ressalta é o lugar da mulher como intermediário entre o mundo da produção e os consumidores lisboetas. João Brandão, a dado passo, denuncia a existência de treze mulheres que «estão na Ribeira, junto do Paço da Madeira, com suas logeas cheas de sal, que não tratam nã vedê outra cousa somente sal. E sam muito mui-ricas e abastadas».

A compreensão gradual dos caminhos da emancipação

Contudo, é com a entrada em massa da mulher no mundo da produção industrial, em meados do séc. XIX que a problemática da emancipação da mulher começa a manifestar-se autonomamente.

Em meados do séc. XVIII as mulheres constituíam já cerca de 30% dos trabalhadores na indústria têxtil da Covilhã.

Vozes femininas começam a manifestar-se, a afirmar a sua condição e a exigirem a dignificação do seu papel na sociedade. Mas a compreensão das causas reais da discriminação era ainda bastante deficiente.

O acento tónico era então colocado na educação.

Em luta contra os que argumentavam que a cultura empurraria a mulher para a «promiscuidade», Maria Amália Vaz de Carvalho afirmava em 1886: «apesar de ter havido centenas de homens de grande talento e de laureado renome, cuja vida nem sem-

pre se pode dizer que fosse completamente edificante, ainda não ouvi proclamar como princípio, que o homem devia deixar de ser educado de modo tendente a desenvolver todas as suas faculdades». (1)

Para Maria Amália, «a primeira coisa que a mulher não aprende e que devia aprender é a pensar». «Dominar o seu destino, julgá-lo, modificá-lo quando seja conveniente, eis uma faculdade que só podem ter as que raciocinam e as que sabem», acrescentava. Para esta autora, o mundo da «verdadeira civilização», o século afinal do triunfo da burguesia e do capitalismo «a mulher representa um pouco o papel que no mundo pagão representaram os servos, que no mundo monárquico representaram os plebeus».

E não entanto, esta grande afirmação de dignidade feminina não era efectivamente desenvolvida. Para Maria Amália, grande poetisa e escritora da segunda metade do séc. XIX a educação da mulher devia consciencializá-la «do seu dever», espécie de

reserva espiritual do homem na luta «contra o mal». Sobre o trabalho, Maria Amália considerava que a mulher é, intrinsecamente, «uma doente» que a civilização fragilizou ainda mais. Deve-se fazer tudo para a cura, mas não obrigá-la a trabalhar. Em relação à participação política, dizia «quero a mulher no interior da sua casa e só a quero ahi; mas quero-a conscia do papel que tem a cumprir. Acho tão absurda e tão grotesca a mulher-deputada, como acharia a mulher-soldado ou a mulher-sacerdote».

E sobre o divórcio, e embora admita que «o casamento pode ser mau», não há outra solução. Em sua opinião, o divórcio não era a solução adequada a uma «mulher honesta». A educação da mulher devia levá-la a compreender, «a entender o seu papel», a «sacrificar-se pelos filhos».

Entretanto, com a sua entrada em massa no mercado do trabalho industrial crescia a consciência da mulher sobre os seus direitos. Ainda no séc. XIX, registam-se lutas e greves operá-

rias com uma activa participação de mulheres.

Já no final do séc. XIX, outra mulher, Virgínia de Castro Almeida, adiantava alguns passos mais na compreensão dos caminhos para a emancipação da mulher. É ela quem escreve: «foi assim que o feminismo me apareceu sob um aspecto desprezível, cómico, disparatado, absurdo, por vezes monstruoso. Essa nobre concepção dos verdadeiros deveres e direitos das mulheres, não encontrava um echo indulgente na minha consciência».

Pensava (e parece-me que... cheguei mesmo a escrevê-lo) que a missão da mulher era toda obediência, passividade e sacrifício. Entendia que o nosso mais bello título de glória era sermos, agora e sempre, as criaturas de submissão incondicional que o passado fizera de nós.» (2)

De facto, ela própria escrevia anos antes, em 1906, que «a harmonia do casal baseia-se em primeiro lugar na confiança e no respeito mutuos, não se esquecendo nunca a mulher de

que, esgotados os seus argumentos e ficando estes sem efeito, a sua obrigação é ceder aos do marido; a harmonia do casal baseia-se em segundo lugar, no conforto do home, na sua serenidade, na ordem, na correcção do ménage; em terceiro lugar é preciso que a apresentação da mulher na sociedade seja de molde não só a não acarretar ridículos e dificuldades ao marido, mas pelo contrário a auxiliá-lo e a contribuir para o colocar bem na opinião pública.» (3)

E a que se deve esta mudança tão brusca no pensamento de Virgínia de Castro e Almeida? Ela própria o diz: «Depois... depois tive uma grande mestra, a Vida. Essa grande mestra rude e prodigiosa cujos ensinamentos práticos nunca falharam.» (4)

Particularmente preocupada com o ensino, a educação (Virgínia de Castro e Almeida é além de romancista uma grande autora de literatura infantil e juvenil), esta mulher não deixou nunca de reflectir nas suas obras as realidades sociais do seu país, apesar de viver longe dele, em França e na Suíça, longos anos.

E na verdade Virgínia de Castro e Almeida avança bastante na compreensão do problema da emancipação da mulher.

De forma clara, a autora entrevê a importância crucial para a mulher da sua entrada em massa no mundo do trabalho. «A grande horda das trabalhadoras cada vez mais numerosa e mais forte, alcança uma vitória: em 1776 a lei franceza da liberdade industrial abre defronte dos dois sexos campos iguaes para o aproveitamento das suas energias. A maior dificuldade que a trabalhadora tem agora a vencer é a sua falta de preparação profissional. (...) A mulher do povo tinha conquistado a liberdade do trabalho, e, d'ahi por deante a sua condição, não isenta de dôr, é pelo menos igual à do seu companheiro».

E, diversamente de Maria Amália, é nesta perspectiva que Virgínia de Castro e Almeida entende o problema da educação. «Querer educar todas as mulheres tendo só em vista o seu lugar no lar, é tão absurdo como querer os homens tendo só em vista o seu lugar no campo de batalha».

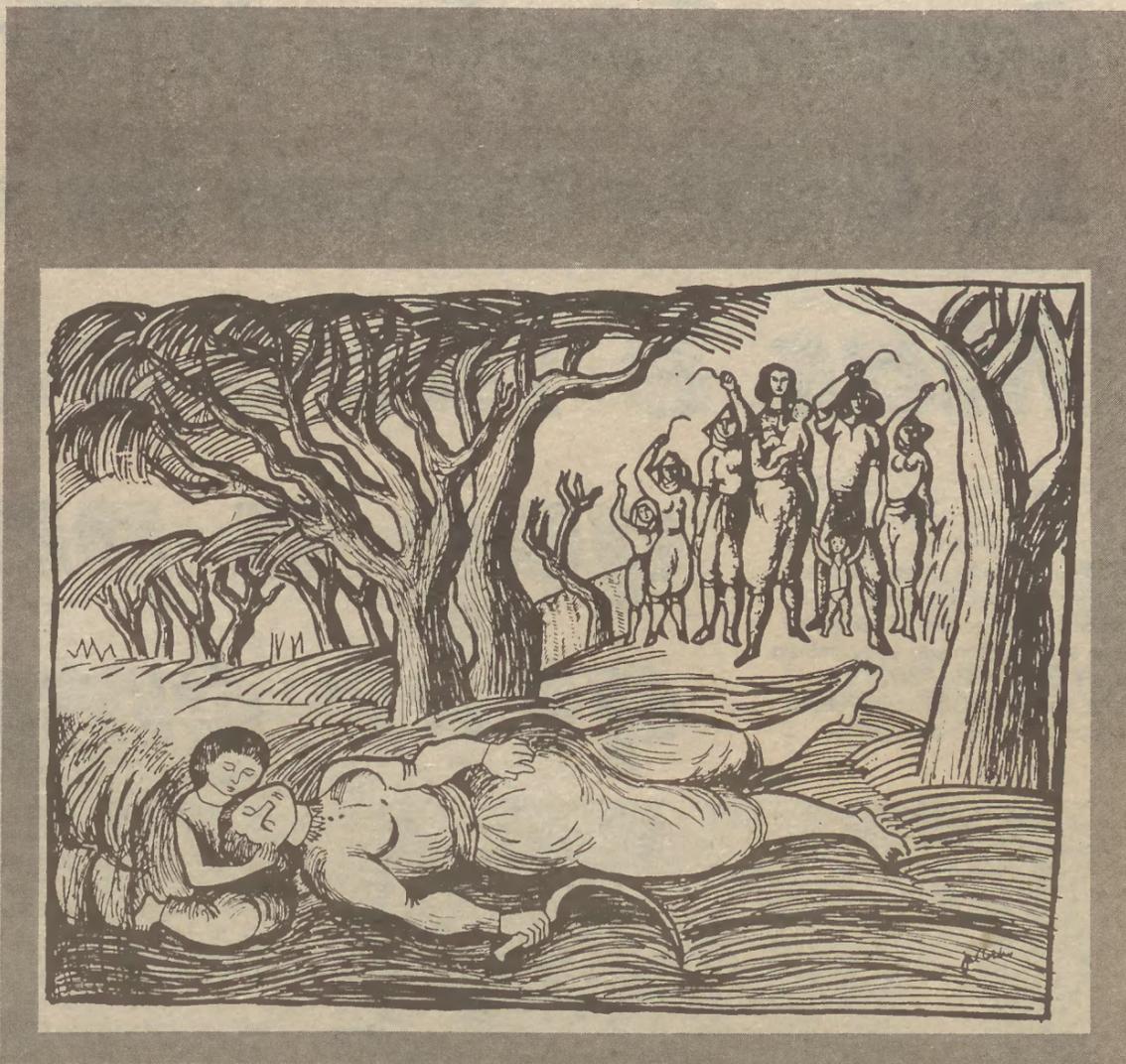
A República e o Fascismo

A revolução de 1910 introduziu profundas alterações no estatuto jurídico da mulher na sociedade. Instituiu-se «a obrigatoriedade do casamento civil e do direito ao divórcio independentemente da forma de casamento, extinção de privilégios por nascimento, obrigatoriedade de prestação de alimentos à mulher pobre de quem possuísse filhos ilegítimos, proibição do trabalho nocturno às mulheres, garantia do repouso às mães por ocasião do parto, descanso semanal, direito à greve, reforma do ensino com acesso a todos os cursos» (5). Em 1911 e ao cabo de uma luta persistente, a primeira mulher exercia em Portugal por sentença do juiz dr. João Baptista de Castro o seu direito de voto. Chamava-se ela Carolina Beatriz Ângelo, destacada militante da causa da emancipação da mulher em Portu-

gal, vice-presidente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e presidente da Associação de Propaganda Feminista. Carolina Beatriz Ângelo foi, além disso, a primeira mulher a exercer cirurgia no nosso país.

Ainda que muitas destas medidas profundamente progressistas para a época não tenham passado do papel, a verdade é que a implantação do fascismo vem colocar um travão muito forte ao processo de emancipação. A Constituição de 1933 declarava expressamente a igualdade dos indivíduos perante a lei «salvo no que se relaciona com o sexo, para as mulheres, considerando as diferenças da sua natureza e o bem da família».

A exploração desenfreada, o obscurantismo ideológico abateu-se durante anos sobre as mulheres como sobre todos os trabalhadores e o povo português. E desde a primeira hora, as mulheres tomaram o seu lugar na



luta. Foi aí, no terreno concreto da revolta contra a fome, na luta por melhores salários que muitas mulheres tomaram consciência do seu papel social, dos seus direitos específicos.

São muitos os nomes, os exemplos, as histórias da História da participação da mulher na luta contra o fascismo e depois na defesa do Portugal de Abril. As suas conquistas são, por inteiro, conquistas da luta da mulher. ■

(¹) Da obra *Cartas a Luiza*, editada no Porto, em 1886, por Barros e Filho Editores. Todas as citações de Maria Amália são extraídas deste livro.

(²) *A Mulher, A Mulher Moderna, Educação*, editada em Lisboa em 1913 pela Livraria Clássica Editora.

(³) *Como devo governar a minha casa*, edição de 1906 da Livraria Clássica Editora.

(⁴) *De A Mulher, A Mulher Moderna, Educação*. As citações que se seguem de Virgínia de Castro e Almeida são desta obra.

(⁵) Do documento da Conferência do Partido.

A mulher no «Avante!»

Uma viagem pelas suas páginas nas décadas de 40 e 50

O órgão central do Partido Comunista Português, repositório das mais ricas tradições de luta, unidade e solidariedade do povo português sempre, ao longo dos seus mais de cinquenta anos de vida, revelou o papel e intervenção da mulher na sociedade. Nas suas páginas, escreveram-se ao longo de meses e meses, os seus protestos, a sua luta, a sua revolta contra um regime hediondo que oprimiu o povo português durante quase meio século. Depois do 25 de Abril, a luta emancipadora das mulheres portuguesas pelo avanço da Revolução de Abril e das suas conquistas sempre ocupou um lugar destacado.

Mas não só pelo que relata, pelas informações que veicula, o «Avante!» está ligado às mulheres. Nas duras condições da luta clandestina, muitas mulheres escreveram e reproduziram nas tipografias clandestinas o jornal da classe operária e dos trabalhadores portugueses. Muitas conheceram a prisão e a tortura. O que se propõe de seguida é uma pequena viagem pelas páginas do «Avante!» clandestino em momentos já um pouco recuados no tempo, mas de crucial importância no desenvolvimento da luta de massas contra a ditadura, em busca da intervenção das mulheres nessa luta.

As jornadas pelo Pão e os Géneros na década de 40

Estávamos em 1943. A Segunda Grande Guerra fazia-se sentir em Portugal. Para além das afirmações hipócritas de Salazar, o povo português assistia ao envio em massa de géneros para o eixo, ao mesmo tempo que no nosso país, muita gente se debatia com a fome e a miséria. Em Janeiro desse ano, escrevia-se no «Avante!»:

«é cada vez mais angustiada a situação da mulher operária. De manhã à noite, em casa ou na fábrica, todo o seu pensamento vai para o problema da alimentação. Escassez de géneros de primeira necessidade, os preços exorbitantes que atingem quando aparecem, não lhe permitem adquirir o absolutamente indispensável. (...) Salazar ao enviar os artigos de primeira necessidade para o 'eixo',... ao mesmo tempo que impede o aumento de salários e procura forçar os trabalhadores — mulheres e homens — a trabalhar horas suplementares, criando um pseudo «abono de família», conduz a família portuguesa a uma miséria cada vez mais desesperada».

As páginas do «Avante!» desta época estão cheias de referências a lutas de populações contra o envio de géneros para o eixo.

Como em Coimbra, em Julho de 1943, em que as camponesas da região de Coimbra manifestaram-se em massa em frente do Grémio reclamando farinha e enfrentando por isso a intervenção de uma força policial que carregou sobre as manifestantes.

Estas lutas pelo pão ganharam uma grande amplitude no ano seguinte e nelas, as mulheres tiveram um

papel fundamental. Em Abril, «em Vila Nova de Foz Côa, a população formou uma manifestação, composta especialmente por mulheres, que se dirigiu ao presidente da Câmara, exigindo o fornecimento de mais pão. Perante a manifestação e a decisão do povo, o presidente da Câmara foi obrigado a dar providências e o pão apareceu com mais abundância».

A Paz, o Pão e a Liberdade: década de 50

No início da década de cinquenta nova vaga de lutas se desenvolve.

O fascismo havia sido derrotado na Europa. Em todo o mundo, a Humanidade dava passos importantes no caminho da sua libertação. Em Portugal e não obstante o apoio declarado que Salazar tinha prestado às forças nazifascistas, o imperialismo apoiava o fascismo português, no âmbito dos seus planos de guerra. Na luta pela Paz, como na luta por melhores salários, a luta avança. Cada vez mais mulheres vêm à luta.

Em 8 de Março de 1954 e a despeito das perseguições e do terror fascista, um grupo de mulheres reúnem-se em Lisboa e comemoram o Dia Internacional da Mulher. Em Junho do mesmo ano realiza-se em Copenhague o Congresso Mundial das Mulheres. Da tribuna, a grande democrata e militante da causa da emancipação da mulher, Maria Lamas, denuncia a situação da mulher portuguesa, «cuja maioria não tem direito a voto e recebe um salário que chega por vezes a ser um terço e metade

do salário dos seus companheiros de trabalho».

Neste mesmo ano, as operárias de uma firma têxtil do Porto, Os Ingleses, lançam diversas acções de luta. Noticiava em Setembro o «Avante!» que no mês anterior «foi despedida uma operária por se recusar a pagar uma multa arbitrária. As operárias e operários de todas as secções resolveram parar imediatamente o trabalho em sinal de protesto. A gerência viu-se forçada a readmitir a operária e a levantar-lhe a multa».

Durante uma reunião do Comité Central em Janeiro de 1952, afirmava-se já que «a unidade de acção das mulheres na luta pela Paz é fundamental» e que «é nossa tarefa mobilizar as mulheres operárias, camponesas e trabalhadoras para acções concretas de luta; as domésticas devem ser mobilizadas para a luta contra o desemprego e a carestia».

No ano seguinte, e a propósito das eleições nos sindicatos, escrevia-se no número de Novembro: «várias vezes o Partido tem sublinhado a necessidade de interessar na actividade dos sindicatos as amplas massas femininas neles inscritas».

(...) Basta dizer que de 557 616 sócios inscritos, segundo as estatísticas oficiais, em 1951, cerca de um quarto, 128 649, eram mulheres». Havia mesmo sindicatos onde o peso das mulheres era enorme. «Assim, nos sindicatos dos operários conserveiros 81,9% dos sócios são mulheres; nos sindicatos da indústria têxtil há 60,6% de mulheres».

Em Maio, os operários e operárias da «fábrica dos Ingleses» voltavam à luta e «expulsavam da fábrica o patrão inglês».

A polícia encerrava pouco depois a fábrica.

Catarina Eufémia

Nessa mesma época, no Alentejo, desenvolviam-se um conjunto de acções de luta dos camponeses e camponesas contra as péssimas condições de vida e pelo aumento das jornas. «Numa propriedade de Fernando Neves Ribeiro, no Monte do Olival (Baleizão), estava a trabalhar no dia 19 de Maio um rancho de camponeses de Penedo Gordo».

Os camponeses de Baleizão encontravam-se em greve por aumento de jornas e em conjunto, dirigiram-se à propriedade para falar com os camponeses de Penedo Gordo.

Recebeu-os uma força da GNR comandada pelo tenente Carrajola.

Dentre o grupo de mulheres destaca-se Catarina Eufémia. As imprecações do tenente Carrajola responde «o que quero é pão para matar a fome aos meus filhos. Quero paz. Tenho fome!».

O oficial da GNR aponta-lhe a pistola-metralhadora que trazia consigo e assassina à queima-roupa aquela camponesa alentejana.

Entre as mulheres portuguesas, aquela militante comunista tem, sem sombra de dúvida, um lugar destacado. Pelo seu gesto, pelo significado da sua acção. No número de Abril-Maio de 1954, o «Avante!» titulava: «os camponeses e camponesas alentejanos exigem pão, paz e liberdade e resistem vitoriosamente à ofensiva de fome e terror fascistas!». As forças da GNR metralham o povo e matam uma camponesa ■

Comunicações (CTT/TLP)

As GOPs falam de «franjas»

Mas é todo o tecido lucrativo que a privada quer empalmar

Por diligência de destacados militantes do sector, que o «Avante!» teve a seguir, tivemos acesso a um documento da máxima importância para um extenso ramo de actividades. Trata-se do projecto de lei de bases das comunicações. Elaborado pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da responsabilidade directa do respectivo secretário de Estado, Sequeira Braga, aquele documento que se presume seja apresentado à Assembleia da República no princípio do próximo ano, é considerado pelos trabalhadores que contactámos um dos mais violentos ataques ao sector empresarial do Estado e um negócio sem precedentes para o grande capital privado e especulador.

Os militantes do PCP que se deslocaram quarta-feira da semana passada à redacção deste jornal são Agostinho Santos Silva, de 39 anos, engenheiro, com 15 anos de actividade nos CTT, dirigente da Federação sindical do sector; Graciete Martins, também dos CTT, com 52 anos de idade e 28 de casa, actualmente na categoria de técnico postal, membro da CT da empresa; e José Carlos Pires, de 32 anos, técnico de telecomunicações com 13 anos de serviços nos TLP onde é membro da sub-CT da Andrade Corvo, em Lisboa.

Embora exerçam funções activas nas organizações sindicais e a nível das empresas, é na qualidade exclusiva de membros do Partido que os camaradas falam ao «Avante!»



Da esquerda para a direita na foto: Agostinho Santos Silva, Graciete Martins e José Carlos Pires

ordem: «I — Comunicações em geral; II — Comunicações individualizáveis de uso público; III — Disposições finais e transitórias». O grande alvo são os CTT/TLP.

Segundo Santos Silva, a «filosofia» do documento, sobre o qual nem o próprio Conselho de Ministros teria entretanto sido ouvido, consta em traços gerais das **Grandes Opções do Plano (GOP's)** onde se avisa que, para melhorar e ampliar os serviços de comunicações, se sujeitarão os mesmos serviços ao «regime concorrencial» em «certas franjas da sua actividade».

— Que franjas são essas?

O projecto Sequeira Braga não precisa de esconder franjas nenhuma. Graciete Martins chama-nos a atenção para os artigos 4.º, 12.º e 13.º do projecto. Depois de definir, separadamente, «operadores de correio e serviço postal» por um lado e «operadores de telecomunicações» por outro, o projecto SB afirma no art.º 12.º que só «em princípio» os serviços de comunicações «individualizáveis de uso público» (só «em princípio», note-se) são «explorados e geridos directamente pelo Estado ou outras pessoas colectivas de direito público». A expressão «em princípio» é suficientemente vaga para alargar as franjas a tudo o que dê lucro, ou possa dar.

— Ou são franjas larguíssimas, ou franjas é um sofisma como outro qualquer; isto é, não se trata de franjas, mas do próprio tecido. É isso ou não?

As franjas de que falam as GOP's não têm limites. Desde que não se trate de forças armadas, segurança, etc., «os serviços de comunicações individualizáveis de uso público — aponta o eng.º Santos Silva — podem ser explorados e geridos por pessoas colectivas de direito privado, mediante concessão ou licenciamento, nomeadamente nos casos de valor acrescentado, nos termos a definir por lei». Isto é — comenta o engenheiro dos CTT — essa parte que nós sublinhamos, apesar de tal definição, que esperamos não seja este Governo a pôr em prática, significa que todo o tecido lucrativo a curto prazo desaparecerá nos bolsos do capital privado, especulador.

— Desaparecerá, quer dizer entrar...

E já está a entrar, interrompe José Carlos Pires. Das «infra-estruturas das comunicações», tal como são definidas no projecto SB (ou de Sequeira Braga, ou do Governo, mas chamemo-lhe assim para abreviar), dessas infra-estruturas são retiradas, no art.º 13.º do mesmo projecto, «os postos

telefónicos privados e outro equipamento terminal de assinante ou utente». Mas todas as infra-estruturas pagas naturalmente com capitais públicos podem cair, segundo o projecto SB, no domínio privado, porque no ponto 5 do mesmo artigo (13.º) afirma-se sem lugar a dúvidas o seguinte: «As infra-estruturas das comunicações individualizáveis de uso público podem ser utilizadas por pessoas colectivas de direito público ou de direito privado», etc. É claro, não é?

— Mas quem são os candidatos a essas infra-estruturas montadas com dinheiro do Estado?

De momento nada se sabe com segurança, dizem os camaradas dos CTT/TLP. Mas esses candidatos aparecerão, não temos dúvidas. De resto,

o IPE, que tem 52 por cento do capital da Marconi, deve saber quem são eles, já que os próprios «Investimentos e Participações do Estado» funcionam também como empresa SARL, ou seja como uma unidade privada, e como tal é de supor que intervenham no mercado das comunicações e telecomunicações para tornar mais fácil o acesso do próprio capital privado. O IPE é gerido, já há anos, dentro da óptica capitalista mais retrógrada, que ultimamente eles consideram a mais avançada.

Uma via não capitalista de desenvolvimento é expressão que não significa nada quando é percorrida, quer dizer, dominada por governos de direita e por agentes do capitalismo internacional. ■



A administração dos CTT/TLP não se coíbiu de investir mais de um milhão de contos nos acabamentos ultraluxuosos do Forum Picoas, exemplo paradigmático, dizem as ORT's, da «construção de edifícios dimensionados por excesso, sem limitações orçamentais».

Ganhariam os utentes?

Da entrevista que nos concederam os camaradas dos CTT/TLP sobressai nitidamente um facto: como acontece em outros sectores públicos, o Governo e a administração pretendem acabar com o conteúdo prático do carácter social dos serviços de comunicações no nosso país.

— Ganharia o utente alguma coisa?

Os trabalhadores estão de acordo com a utilização das técnicas de marketing, na medida em que elas contribuam para uma melhor relação empresa-utilizadores dos serviços. Mas não concordam que em nome de uma falsa concepção de «espírito comercial» se sacrifiquem necessidades sociais que não são imediatamente lucrativas do ponto de vista comercial.

O equilíbrio económico terá que ser encontrado na actividade da empresa no seu conjunto.

Afirma José Carlos Pires que na aplicação prática desse «espírito comercial» quem perde são as pessoas e entidades que utilizam os telefones e o respectivo equipamento. Há empresas-fantasma, que vivem parasitando os TLP e os utentes, mal servidos mas bem cobrados por equipamentos que depois de instalados por essas «empresas» não funcionam e são os trabalhadores dos TLP que têm de ir repará-los e até montá-los de novo.

Sabe-se que uma série de serviços prestados até agora gratuitamente pe-

los TLP passaram a ser vendidos por «empresas» sem capacidade técnica e sem trabalhadores legalizados.

Para facilitar a vida a esses «empreendedores» privados, os TLP têm eliminado actividades produtivas, como a instalação de centrais, cabos e linhas, de equipamento terminal de assinante.

As «empresas» parasitárias não criam postos de trabalho e aumentam o trabalho precário, com prejuízo do próprio pessoal que empregam, e dos utentes.

Há empregatários num sector onde antes nunca entraram — o das instalações.

Quanto ao trabalho precário, o mesmo se passa nos CTT. É muito elevado nos CTT o nível da contratação a prazo.

Só o que exige grandes investimen-

tos tende a ficar no sector público, dizem os nossos entrevistados. Os CTT/TLP ficarão com o osso; o lombo iria — como já está a ir — todo para os privados. Mas o nível dos serviços prestados não tem melhorado com essa política de «espírito comercial». Nem melhorará, estamos certos. Aliás, por exemplo a publicidade dos CTT é de boa qualidade e os serviços que presta podem melhorar, sem necessidade de recorrer ao capital privado.

Recorde-se que as duas empresas CTT e TLP, sob uma mesma administração, têm apenas capital público. Os trabalhadores há muito que reclamam a sua fusão efectiva, através de legislação própria, designadamente a Lei Preambular e os Estatutos dos CTT/TLP.

A proposta ou projecto de lei de ba-

Logo a seguir à EDP, os CTT/TLP são o 2.º maior investidor em Portugal. Os Correios e os Telefones investiram, no ano passado, 40 milhões de contos. Os CTT/TLP empregam 41 400 trabalhadores em 1900 locais de trabalho por todo o País. A qualidade do serviço, que se pretende melhorar, a defesa das duas empresas em conjunto e os seus postos de trabalho, exigem que se concretize o projecto em andamento no sentido de criar uma comissão que englobe as três grandes empresas do sector, a nível de organizações representativas (ORTs), incluindo a Marconi. O trabalho assalariado está a diminuir nos CTT e os reformados não são substituídos. Os problemas são globais e devem ser encarados em conjunto por todas as ORT's do sector.

dois pontos, aspas

Diz o programa do Governo Cavaco:

«Como principais medidas sectoriais, propõe-se o Governo, entre outras, proceder à revisão da legislação geral e de regulamentação básica dos serviços públicos de correios e de telecomunicações, que dada a época remota em que foi elaborada, carece de actualização e de inovação».

Diz a CT dos CTT:

«A pretexto de inovar legislação, que aliás está por cumprir, e de modernizar, o que aliás é rotina nas comunicações e na empresa em particular, o Governo prepara-se para desmantelar os CTT, propondo-se: separar o sector rentável — telecomunicações — do sector deficitário, o postal; animar a participação dos capitais privados no sector das telecomunicações; dar à iniciativa privada a possibilidade de explorar novos serviços, ditos de «valor acrescentado», utilizando as infra-estruturas públicas de telecomunicações em regime mais ou menos proteccionista».

Diz o programa do Governo Cavaco:

«Será adoptada uma política de especialização e de automatização de negócios das actividades de comunicações».

Diz a CT dos CTT:

«O verdadeiro objectivo do Governo é «reforçar a acumulação capitalista pelo desvio de excedentes gerados nas telecomunicações» à custa «dos contribuintes, pois será o Orçamento do Estado que não só não contará com as habituais receitas dos CTT como terá que suportar os défices dos serviços postais e outros de carácter social»; à custa «dos trabalhadores dos CTT, cuja capacidade reivindicativa seria diminuída, com perda de direitos económicos e sociais adquiridos, incluindo a garantia dos postos de trabalho, a intensificação de ritmos de trabalho claramente discriminatórios, como já aconteceu em muitas estações de correio».

Diz o projecto SB/Governo Cavaco:

«De harmonia com a natureza das comunicações, os operadores podem ser: a) operadores de correio ou de serviço postal; b) operadores de telecomunicações». Quanto às telecomunicações, os «operadores» podem ser de «comunicações individualizáveis» e de «teledivisão».

Diz a Comissão de Defesa da Empresa (CTE):

«A atribuição à iniciativa privada da propriedade do equipamento terminal de assinante é uma medida que, dada a evolução possível das telecomunicações colocará nas mãos da entidade privada que dominar este «negócio» a capacidade de definir serviços e de ter uma importante parcela de fonte de receitas».

Confirmam os nossos entrevistados:

«Companheiro de trabalho: tal como de outras vezes, defender os CTT é uma tarefa de todos; derrotar o objectivo do Governo, impedindo a aprovação de tal projecto (projecto SB) é um dever de cada um».

Assim não

Para a Comissão de Defesa dos CTT é do desmantelamento da empresa que se trata. Todas as organizações representativas (ORTs) dos Correios e Telecomunicações, com peso efectivo no sector, repudiam as desnacionalizações. Além da Comissão que efectuou na passada quinta-feira a sua primeira reunião de «balanço» e «análise profunda», incluindo o projecto SB, a «tentativa de desmantelar os CTT/TLP é clara também para a Comissão de Trabalhadores, os Sindicatos (SNTCT e SINTEL), a FCT (Federação) e para a Célula do PCP nos CTT de Lisboa, que acaba de chamar a atenção dos 30 mil trabalhadores dos Correios para as recentes declarações do ministro Oliveira Martins, segundo o qual «os CTT têm, neste momento, indicações para completarem os estudos de novos serviços com uma análise das possibilidades técnicas de uma organização do mercado concorrencial».

O ministro do Governo Cavaco dirigia-se à revista «Comunicações», entre os patrocinadores da qual se encontram os próprios CTT. Segundo os trabalhadores comunistas, a revista serve de «trampolim» para «a privatização e liberalização», que são formas de desnacionalizar. A revista «esconde cuidadosamente»:

• Os aumentos de tarifas telefónicas locais, verificados nos Estados Unidos, como resultado da concorrência;

• Que a desregulamentação é uma mentira, já que nos Estados Unidos e na Inglaterra se tem legislado para proteger os novos concorrentes privados.

• A revista esconde, por último e sobretudo as enormes diferenças entre os EUA e os países europeus, quer em estrutura, quer em história, em organização e em dimensão. É simplesmente ridículo querer aplicar as regras dos gigantes jogos de interesses entre os potentados americanos aos candidatos ao lucro dos CTT portugueses. ■

Ganhariam os trabalhadores?

Nos projectos do Governo Cavaco não está qualquer ganho para os trabalhadores do sector nacionalizado das comunicações. Os 14,5 por cento obtidos nas últimas negociações salariais não foram nenhuma benesse do Ministério da Tutela ou do conselho de administração. Foram, nos CTT, resultado da luta contra a proposta inaceitável de 10 por cento, de onde os administradores e o Governo não queriam sair. Só saíram depois de a UGT se aproveitar dos resultados da luta unitária, e depois de outros divisionistas, nos TLP, terem recorrido ao autoritarismo para pôr termo às nego-

Mobilizar contra a desnacionalização de qualquer parcela dos CTT/TLP

Todas as organizações representativas (ORTs) dos trabalhadores dos

CTT/TLP têm advertido e mobilizado contra a desnacionalização. Trata-se de um sector próspero da economia portuguesa. É precisamente o seu futuro, designadamente nas telecomunicações, que excita o apetite da privada. A criação recente da Comissão de Defesa da Empresa, em que participam a Federação (FCT), os sindicatos unitários do sector (SNTCT e SINTEL) e a CT dos Correios, proporcionou contactos mais alargados na empresa, junto dos trabalhadores, com a realização de plenários em locais de trabalho, e com os partidos, grupos parlamentares e instituições

democráticas no sentido de ganhar apoios contra o projecto SB (Sequeira Braga).

A ser implantado esse projecto, perder-se-iam sem contrapartida centenas de postos de trabalho. A privada recorrerá ainda mais ao prazo, à tarefa, ao precário. Os interesses parasitários ligados às multinacionais pensam apenas no aumento imediato dos lucros. O Estado limitar-se-á a fornecer as infra-estruturas: as criadas e a criar. As ORT's apelam à utilização de todos os meios legais disponíveis contra o projecto de lei de bases das comunicações. ■

COMENTÁRIO

Da entrevista donde destacamos estas páginas desprende-se que os trabalhadores dos CTT/TLP, e entre eles os mais conscientes, não estão contra as mudanças; não estão contra as reestruturações necessárias.

Apoiam, pelo contrário, um melhor aproveitamento das capacidades da empresa e uma melhor qualidade dos serviços.

Mas estão decididamente contra o aproveitamento político-partidário (no pior sentido da expressão) dessas mudanças (exemplo: a chamada opção digital quando esse aproveitamento é feito por um Governo retrógrado, de recuperação capitalista acelerada, para o qual as perspectivas de desenvolvimento social são remetidas para o «São Nunca à Tarde» do capital especulador ligado às multinacionais. ■

■ Henrique Custódio

MONTIJO

APU avisa PS/PSD:

Poder Local não é

«local de poder»!

Visível, no Montijo, só a APU. A gente entra e começa a ver panos a cruzar ruas e praças, onde as afirmações são claras e simples: «a APU vencerá o PS/PSD» ou «Montijo é mais cidade com uma junta APU». São frases de pré-campanha eleitoral, espalhadas pela cidade e pelas cinco Freguesias em disputa eleitoral no próximo dia 14 de Dezembro. À mesa da «bica», num café da Praça da República, afirmaram-nos no meio de conversa accidental: «Acha que só a APU é que está visível? Pois está visível e invisível, porque tudo o que aí se pôs debaixo do chão ou pela terra acima, foi feito por eles!» Conversa de apoiantes, é claro, mas que acendeu sorrisos nos silêncios à volta. E francas gargalhadas quando os primeiros concluíram: a grande novidade da Câmara actual foi inventar a «Feira do Porco»!

Pelo que nos foi dado ver, não há por ali grande radicalização. As duas forças em confronto — APU de um lado e a coligação PS/PSD do outro (mais uma vez «coadjuvados» pela UDP) — apresentam ao eleitorado um passivo demasiadamente desequilibrado para inflamar os espíritos: é que se a APU, em seis anos de gestão, não apenas resolveu os problemas básicos do município, criou as estruturas de uma autarquia eficaz e desenvolvida, como habituou o Concelho a uma actuação transparente, democrática, de diálogo aberto quer com as populações quer com as outras forças políticas, a actual gestão PS/PSD (ou PSD/PS?), em escassos 11 meses, conseguiu deitar por terra o espírito democrático que se vivia no Concelho, nas autarquias e nos organismos camarários, transformando o seu quotidiano autárquico num «mistério» que ninguém conhece e de que apenas chégam a público arrazoados demagógicos.

Ora os arrazoados, sobretudo se demagógicos, rendem ainda menos quando se confunde — como o está a fazer o PS/PSD na Câmara do Montijo — Poder Local com «local de poder»...

É sabido que as campanhas eleitorais soltam a língua e produzem exageros na proporção directa da falta de razões e factos que as sustentem. Dos produzidos pela coligação PS/PSD contra a APU daremos conta mais à frente, pela voz de Sérgio Pinto, vereador da APU e presidente da Câmara do Montijo no anterior mandato. Para já, convém caracterizar a situação que se vive no município da «santa aliança», o que faremos a partir de um encontro com a nossa reportagem onde estiveram presentes, além de Sérgio Pinto, três camaradas também directamente ligados ao trabalho autárquico (Acácio Soares, membro da Assembleia Municipal, Francisco Saragaço, mandatário da APU e Antero Lúcio Brotas, presidente durante 11 anos e meio da Junta de Freguesia do Montijo e de novo

candidato pela APU), diversos outros da organização do Partido (Valdemar Santos e Virgolino Rodrigo, ambos da DORS, Graça Figueiredo, João Tabora e Manuel Marques, todos da Concelhia do Montijo) e ainda com Porfírio Alves Pires, do Partido «Os Verdes», que concorre nestas eleições em coligação com a APU.

Antes de entrarmos na matéria, recordemos que as eleições que irão ocorrer no Concelho do Montijo no próximo dia 14 de Dezembro resultam da criação de três novas Freguesias — Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia e Pegões — as duas primeiras saídas do Montijo e a terceira de Canha. O escrutínio realizar-se-á nas cinco autarquias, como é de lei, e dele poderá sair uma profunda alteração do perfil político-partidário que controla actualmente o município. É que se a aliança

PS/PSD ganhou em Dezembro passado, por escassas centenas de votos, a gestão da Câmara, o mesmo não conseguiu em relação à Assembleia Municipal, onde a APU conquistou a maioria. O controlo (e que controlo!) deste importante órgão, conseguiu-o o PS/PSD (e com a vantagem de um elemento apenas!) através dos seus presidentes de Junta, cuja presença na AM é inerente ao cargo. Se, como tudo aponta, a «santa aliança» perder Freguesias nestas eleições, muita coisa irá mudar no belo Concelho da margem sul.

Ca grandes «democratas»!

Ora os aliançários do Montijo começaram cedo a mostrar o que entendiam por «Poder Local democrático»: logo à entrada, na distribuição de pelouros, não entregaram um único à APU, apesar desta ser, individualmente, maioritária (três vereadores, contra dois para o PS e dois para o PSD). Sérgio Pinto pormenorizou:

Imagine-se que tiveram o desplane de propor que os vereadores da APU funcionassem como «auxiliares» dos outros vereadores!

De facto... Mas como se passavam as coisas no tempo da APU, quando esta detinha a maioria absoluta? Sérgio Pinto riu-se:

Como se passava? Então como é que se havia de passar? Toda a gente tinha pelouros distribuídos, que geria com absoluta autonomia! Se queres saber em pormenor, regista aí que o PS e o PSD estavam à frente dos pelouros de Jardins e Zonas Verdes, Mercados e Feiras, Trânsito e Transportes, Cemitério e Sanidade Popular!

Acácio Soares, membrô da Assembleia Municipal, pegou na palavra:

Quanto à Assembleia Municipal, nós ganhámo-la nas urnas, obtendo

11 mandatos contra 10 da coligação, mas como os presidentes de Junta também têm assento, a coisa inverteu-se e ficou 12-13. Os «frutos» não tardaram: a «democrática» aliança recusou-nos a cedência de um gabinete de trabalho. Mas não se ficou por aí: recusou igualmente a formação de comissões permanentes — que o regulamento prevê, e sempre existiram — dando como argumento que «não eram preci-

sas», tal como recusou a formação de comissões «ad-hoc» para matérias específicas, nomeadamente para o Ano Internacional da Paz e para o caso das geadas de Abril.

Geadas de Abril?

Foi uma catástrofe que prejudicou fortemente os agricultores da região, este ano. Propusemos uma comissão para tratar com o Poder Central, no sentido de defender os interesses desses municípes. Foi



«Os Verdes», que se implantaram recentemente no Montijo, concorrem coligados com a APU na freguesia da cidade, propondo-se fazer campanha autónoma. Apresentam três candidatos cuja média de idade é de 19 anos e meio, com um lugar de eleição garantida, outro provável e o terceiro suplente. O seu mandatário informou-nos que a presença de «Os Verdes» nestas eleições se relaciona fundamentalmente com a defesa do meio ambiente, que no Montijo está gravemente ameaçado, sendo intenção do seu partido sublinhar bastante este aspecto, no âmbito da campanha da APU. Serão denunciadas questões como a destruição da zona do sapal, com consentimento tácito da Câmara (sapal: margens do Tejo com importante papel na depuração das águas e como território de aves migratórias, que estão a ser destruídas com entulhos, vazamento de terras, etc.), o problema da poluição provocada pela suinicultura, que devido a graves carências sanitárias, polui as águas de superfície e pode vir a poluir os lençóis de água, etc.

Outro dos projectos de «Os Verdes» é o lançamento de uma campanha a nível nacional para a compra e recuperação de um antigo cacilheiro (na foto) enterrado no lodo do Tejo, junto ao Montijo, que tem cerca de 100 anos e constitui um precioso exemplar de arqueologia industrial. Após restauro, servirá como centro cultural e de convívio, no ambiente soberbo das margens do Tejo, no Montijo.



Indiferente à opinião das populações (a quem, por outro lado, procura cativar eleitoralmente com «obras» à pressa), a gestão PS/PSD cai em absurdos como o que documenta a foto — o corte de uma estrada de acesso à Atalaia, sob a pretensa preocupação de abrigar o património histórico da vibração dos camiões, sem, contudo, prever um percurso alternativo. Resultado: as populações «furaram» a barreira e improvisaram caminhos... pelo interior da própria zona histórica a preservar!



Visível, no Montijo, só a APU, apesar da Câmara PS/PSD ter inaugurado, na cidade, a «moda» de arrancar propaganda alheia

recusada, com o argumento de que «a Junta de Freguesia tratará do caso». A Junta, imagine-se! E o órgão máximo do Concelho alheia-se da questão!

As «dívidas» da APU

Mas havia (e há) mais exemplos de marginalização da APU, que os nossos interlocutores foram desafiando e de que destacamos dois: **Primeiro**, a APU não foi convidada nem ouvida sobre o Plano de Actividades para 1986 (elaborado bastante tarde — em Abril), ao arripio do que era prática corrente nas anteriores gestões; **segundo**, na última reunião de Câmara, impediram a inclusão na ordem de trabalhos de uma proposta da Aliança Povo Unido em relação às necessidades das 46 colectividades do Concelho, argumentando que «estavam a tratar do assunto». Acácio Dores ironizou: «Agora até temos de ser bruxos e adivinhar o que eles andam a fazer!».

Ora uma das coisas que «eles» andam a fazer, é a acusar a APU de ter deixado um montão de dívidas, o que sendo uma diátribe clássica nos arsenais deste pessoal, não deixa de merecer resposta. Sérgio Pinto, rindo-se de novo, não demorou a dá-la:

O mau seria a Câmara não ter dívidas, o que só poderia significar inércia! Mas onde vão eles buscar as «grandes dívidas» deixadas pela APU? Uma, é a que a Câmara tem,

qualquer executivo (e eles sabem-no bem) pois os fornecimentos são sempre pagos *depois* de serem feitos.

Como vê, trata-se de acusações sem fundamento, que apenas a má fé explica. De resto (e ao contrário do que agora se passa), tudo isto era do conhecimento público, pois as gestões APU foram sempre sem «mistérios» e pautadas pela transparência. A população (tal como o PS e o PSD), sabem-no bem.

Os cucos

Mas outra coisa que a coligação PS/PSD faz é arengar acerca das suas obras, que são apresentadas como a 8.ª maravilha. Os nossos interlocutores entreolharam-se, sorriram de novo e voltaram a desfiar:

Sim, lançaram-se agora à pressa numas eleitoralices que, olhadas com atenção, dão o que se segue: gabam-se de ter conseguido a Escola Secundária n.º 2, a construir no próximo ano, «esquecendo-se» que se trata de uma reivindicação do executivo anterior e que teve, por coincidência, a luz verde neces-

vaco a fingir lançar um «contrato de desenvolvimento» de «habitação social» que não é uma coisa nem outra (pois nada disso existe já, juridicamente), mas apenas uma «construção a custo controlado», o que é uma coisa bem diferente; desataram a pôr para aí uns candeleros em obras já feitas anteriormente, (como, por exemplo, a rotunda

de Montijo/Alcochete) para depois afirmarem que foi «tudo deles»; finalmente, e como obra mesmo deles, enterraram 3000 contos num muro de suporte junto à Igreja do Cruzeiro, que não está no plano de actividades, é de utilidade discutível e não se preocupou minimamente com a preservação da zona histórica em que está inserido. En-

tretanto destruíram a «MONTIAGRI», um certame que polarizava e dinamizava já há cinco anos toda a vida económica e comercial do Concelho, para a substituírem por uma incrível «Feira do Porco» (que já fazia parte da Montiagri), e plantaram umas palmeiras no cais dos vapores (arranjado pelo anterior executivo) para poderem dizer que era obra desta Câmara.

Pelos vistos — concluímos nós — o actual executivo tem uma «filosofia de cuco» na gestão do município do Montijo: quer pôr os ovos nos ninhos alheios. Com uma desvantagem para eles: é que este País já não é uma cucaria. ■

Montijadas

● Os «maioritários» PS/PSD são-no tanto ou tão pouco que não conseguiram apresentar listas conjuntas na totalidade das cinco Freguesias agora em disputa, nem apresentar o número normal de candidatos (efectivos, mais 100% de suplentes): enquanto a APU avançou, antes de todos, com os seus 97 nomes para as listas, o PS/PSD só mais tarde «manquejou» com 74. Será por isso que ocorreram histórias como a que consta no Montijo sobre um candidato PS/PSD «arrebanhado» à força por um conhecido vereador da «maioria», sob ameaça de lhe cortar os apoios camarários?

● Por falar em pressões, sabiam que o ambiente de trabalho imposto pelo novo executivo nos serviços administrativos da Câmara é de tal modo policiesco, persecutório e indigno que uma trabalhadora, farta de ser molestada com admoestações sem sentido, propôs solicitar **por escrito** qualquer deslocação que necessitasse fazer à casa de banho, registando os tempos consumidos? E que a proposta foi aceite? E ainda que se andou a espalhar pela Câmara formulários que pretendiam constranger os trabalhadores a filiarem-se no sindicato dos amarelos da UGT?

● De repente o executivo PS/PSD deu-lhe para as piscinas. Quer avançar com elas à viva força, sem que estejam previstas no Plano de Actividades, sem contactar organismos oficiais à procura de projectos tipo, sem informar minimamente a vereação, quando se está à beira de elaborar o Plano para 1987 e de disputar eleições. E quer entregar o projecto sem concurso e localizá-las num lugar discutível — longe, por exemplo, da futura escola secundária n.º 2, quando o «argumento» para esta pressa toda é «servir a população escolar». Não há dúvida que toda esta pressa pretende servir alguém. No Montijo procura-se perceber quem...

● A Câmara PS/PSD é teoricamente hegemónizada pelo PS (que até figura em primeiro lugar na sigla) só que, na prática, o único vereador a tempo inteiro é o PSD (e ainda por cima com um pelouro tão vital como o das Obras), enquanto o presidente da Assembleia Municipal é um dos maiores construtores civis do Concelho, também do PSD. Um PSD em... «construção». À custa do PS, é claro!

● No tempo da-APU, as sessões de Câmara realizavam-se sempre à noite para facilitar a presença dos munícipes e a afluência máxima de público. O PS/PSD (ou PSD/PS?) mudaram o horário para de dia, impossibilitando, na prática, a presença dos munícipes. Devem precisar de muito «sossego», estes gestores. Por este andar ainda acabam sozinhos... e na rua!

● «Somos os melhores porque dialogar directamente com o Poder Central!», prometiam, aceleradíssimos, os coligados na última campanha eleitoral. Quando o primeiro-ministro visitou recentemente o Montijo, o «diálogo» com o Poder Central, que estava mesmo ali a jeito, traduziu-se no arrancar de faixas postas pela população com as suas reivindicações, ordenado pelo próprio executivo camarário...

● A visita de Cavaco inspirou ao actual presidente da Câmara, o socialista Primo Jaleco, inflamados discursos sobre a «dinamização da iniciativa privada no Concelho», traçando, do Montijo, um quadro de fartura e bem estar. E ele próprio se sentia tão bem, que se esqueceu de referir o aumento do desemprego no Concelho (4000, segundo o INE), os 300 postos de trabalho ameaçados na MUNDET, os outros 300 na EMPCOR e os 90 despedimentos já concretizados na TOFAL. Só se lembrou da CERTECNICA, que referiu como «criadora de 42 postos de trabalho», quando esta foi feita sobre os escombros da «Sociedade Nacional de Tijolos», extinta em 1984 deixando os trabalhadores com salários em atraso e sendo agora milagrosamente «ressuscitada» como CERTECNICA, com os tais 42 «novos» postos de trabalho... a prazo. E viva o diálogo com o Poder Central!

● A UDP, que concorre apenas no Montijo sem qualquer hipótese de eleger alguém, lá vai procurando dar a ideia que existe e vai a todas. Entretanto os seus «manifestos» consomem-se, quase inteirinhos, em ataques à APU. Afinal, para a UDP o inimigo está à esquerda...

● A única vez que o executivo actual chamou a APU para uma deliberação camarária, foi a propósito de um estranho subsídio de 4200 contos para apoio à grave situação que se vive no Clube Desportivo do Montijo (CDM), pretendendo alienar terrenos camarários para obtenção de tal verba. A APU, reconhecendo a delicada situação do CDM, contrapropôs que se diligenciassem, primeiro, apoios urgentes junto das entidades oficiais (que subsidiam os grandes clubes) para evitar na medida indispensável do seu funcionamento, após o que se reexaminaria a questão em sessão de Câmara, passados 30 dias. Isto tendo também em vista não desequilibrar as relações da Câmara com as restantes 45 colectividades do Concelho.

Reacção da maioria PS/PSD: encerramento da discussão do assunto, com a conclusão de que não valia a pena, de futuro, «procurar consensos com a APU». É o que se chama um conceito de «democracia de arreata»...

● A MONTIAGRI, grandioso e prestigiado certame anual realizado ininterruptamente desde 1980, expõe toda a realidade económica do Concelho e levando ao Montijo um dinamismo até aí desconhecido, foi este ano brutalmente interrompida pela Câmara e substituído por uma coisa chamada «Feira Nacional do Porco». A suinicultura (que sempre esteve representada condignamente na MONTIAGRI) passou assim a exclusiva representação económica do Concelho. Seria por isso que o ministro da Agricultura a visitou tão entusiasmado, quando nem sequer respondia aos convites sempre endereçados pela MONTIAGRI? Ou, mais simplesmente, quis apenas assistir ao degradante espectáculo da «caça ao porco», que também pela primeira vez ao Montijo atraiu o eng. Sousa Veloso, da «TV Rural», para uma empolgada e empocilante reportagem?! ■



Os nossos interlocutores no Montijo, da esquerda para a direita: João Taborda, Porfírio Alves Pires, Valdemar Santos, Sérgio Pinto, Acácio Dores, Francisco Saragaço, Graça Figueiredo, Virgolino Rodrigo e Manuel Marques

à semelhança da generalidade dos municípios do País, para com o Fundo de Fomento de Habitação (extinto entretanto pelo Governo) e que, também à semelhança do que se passa nas outras autarquias, será negociada com a Caixa Geral de Depósitos; *outra*, refere-se a um empréstimo de 100000 contos à Caixa Geral de Depósitos (tipo de compromisso a que também recorreu a generalidade dos municípios do País) e que o PS/PSD quer transformar em «dívida»; a última (e onde põem particular acento) trata-se de 30000 contos a pagar a fornecedores, o que é normal em

sária na sequência de uma proposta da APU numa reunião de Câmara, em 9 de Abril último, e aprovada por unanimidade, a exigir do Poder Central uma resolução rápida para o problema; na Atalala fizeram a ligação apressada dos esgotos a instalações que estavam previstas, no mandato anterior, para uma elevação de tratamento de esgotos, e o resultado é já uma fossa deficiente, a produzir maus cheiros e queixas da população; lançaram o nó rodoviário da Mobil e gabam-se disso, «esquecendo-se» de novo que se trata de uma obra projectada no mandato anterior; velo para aí o Ca-

Vocações

Vai haver, parece, uma nova agência de viagens em Portugal. Segundo a imprensa bem informada destas coisas de empresas que são criadas — e que normalmente informa pela rama sobre as consequências da destruição de muitas outras — a agência chamar-se-á UGTOUR. O nome sugere logo qualquer coisa e parece, ao ouvido, ficar bem numa organização que se ocupa de tempos livres e não de trabalho. Vai-se a ver e sabe-se que é a UGT que se prepara para fundar a tal agência. Finalmente, a UGT descobre a sua vocação. Nunca é tarde...

Quem tem «lobbies» é que toca guitarra

Um «lobby» é um grupo de pressão; ou uma data de gente que pretende influenciar o poder ou os seus órgãos em determinada direcção. Isto é uma coisa que quem lê, em Português, certos jornais, já sabe. Passa-se geralmente na América, onde existe figura jurídica ou quase para dar cobertura a tais grupos de pressão. Mas a nossa intenção não é discorrermos sobre linguagem nem sobre os

meandros da política dos EUA. Só que... isto diz respeito aos portugueses. Pois um semanário da nossa praça vem anunciar que o «Governo português vai passar a dispor de um «lobby» permanente no Congresso norte-americano». Só dele! É preciso que se diga que isto não é uma novidade completa, pois o «Semanário» esclarece que o Governo Regional dos Açores já tinha uma coisa assim. Mas agora é melhor. Porque quem tem «lobbies» é que toca guitarra — ou pelo menos banjo. E nós a pensarmos que era só os Estados Unidos é que tinham disso em Portugal e que o Governo de Cavaco era um seu «lobby»!

Fia-te e nãourras!

A presidente Aquino, das Filipinas, tem andado bastante assoberbada de tarefas. Rodeada entre os amigos, de alguns inimigos que à última hora de Marcos decidiram mudar e apoiá-la. Sob as pressões dos guerrilheiros e as traições de ministros, as intrigas de generais. Socorre-se do apoio popular. Mas deve ter pensado que não chega. E virou-se para Fátima. Diz-se que mostrou vontade de ter uma imagem. Ninguém tem nada com isso, uma crença é uma crença. Mas também é de crer no dito

Pontos Cardeais

popular: «Fia-te na Virgem e nãourras!»
O ditado tem tanto mais valor quanto foi Adriano Moreira quem pretendeu levar a imagem salvadora à presidente das Filipinas. Que ela se fie na Virgem, ainda vá. Que se fie em Adriano é que pode ser muito mau.

Depressões

Houve por aí debate. Sobre o Estado Novo, uma velha maneira de dizer fascismo. Fascismo foi palavra pouco usada no colóquio, porque aquilo era a puxar muito mais para o fino. Até houve um especialista americano que veio para explicar que fascismo não houve. Isto porque ele é que tinha experiência e os portugueses não. Isto porque mesmo alguns portugueses também já tinham afirmado o mesmo e não têm sido levados a sério. A última sobre este precioso

colóquio foi um médico que a disse: que Salazar tinha depressões psíquicas! Há sempre alguém para chamar taradinho a um fascista. Já o Hitler também era maluco, coitado.

Sobe e desce

Em maré de depressões, veio o «Expresso» e disse das eleições de Almada: «PSD e PS sobem». É bem verdade que os actos políticos têm muitas leituras. É sobretudo verdade em eleições — cada leitura corresponde, por um lado, ao modo de olhar — de classe — os resultados; por outro lado, de os usar na luta política, porque não são umas eleições que a fazem parar. Mas, neste caso, ler um acontecimento — que foi redondamente a vitória da APU nas oito freguesias de Almada — da maneira que o «Expresso» leu, não é ler. É tresler.

Gazetilha

por **Ignotus Sum**

I

Ô notícia malfadada!
O que coisa mais tramada!
Vejam lá:
Não é que o senhor doutor
foi acusado de amor
amor já antigo, à «FLA»...

E o que disse, na hora brava?
Disse que não se lembrava
de tais frutos.
Torna-lhe o Almeida: O quê?
Não se lembra? Foi você
que escreveu os estatutos...

Aqui o doutor seráfico
estratégico-geográfico
respondia
que ora bem... que talvez sim...
que fora tudo, tudo, enfim,
tudo pela... democracia...

Mas ninguém vai nessa, Mota,
ninguém vai numa anedota
com tal cabo.
É como se alguém — ô céus! —
por causa do amor a Deus
vendessee a alma ao diabo...

II

Gasolina baixa, baixa
e é a terceira vez que baixa
mas é a Espanha quem despacha
entre nós preço não. racha
o governo cavacacha
e diz que não, que não acha
etc, e atarracha...

Quem quiser poupar na taxa
vai a Espanha: tem bolacha
e a gasolina mais baixa.

Que gestão mais mamarracha!

III

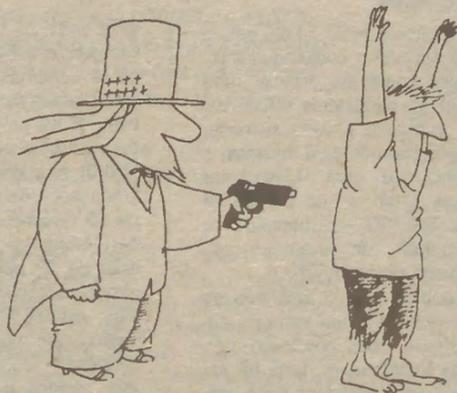
O Governo magano
fez um ano
e Cavaco todo ufano
e demagogo nos diz
do seu intuito:
que gosta muito
do seu petiz.
Claro que os trabalhadores, esses, não
não são da mesma opinião...

Crescem as prepotências
as falências
só em Lisboa, este ano,
sem falar doutros lados
o tal magano
já fez mais de dez mil desempregados.

O magano
se num ano
já fez o que fez
veja só a porcaria
que ele faria
em dois ou três...

Se o governo de Cavaco
um buraco
fez um ano e anda de gatas
não é por sua ginjeira
mas por cegueira
dos democratas.

O magano
fez um ano.
Triste fado!
Eh, democratas — vos pergunto eu —
não achais
que o pimpolho já viveu
tempo demais?...



Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII
N.º 672

13 de Novembro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



A Emancipação da Mulher no Portugal de Abril

Conferência do PCP - Lisboa - Sábado - 9.30 h - Pavilhão dos Desportos



Os Magustos da Amizade

organizados pelo PCP

Domingo, dia 16
Guarda

Parque Municipal
a partir das 15.30

Parede
Frente
ao Centro de Trabalho
15 h.



Pré-campanha para eleição de Assembleias de Freguesias

na zona do Porto

- Sexta-feira

Baguim do Monte

Às 21.30,
sessão de esclarecimento
na escola primária
de Monte Pedro

- Sábado

Rio Tinto

A partir das 21.30,
sessão de esclarecimento
e convívio
com magusto e fado.
Na Escola Primária
de Boucinha Nova-Triana

- Domingo

Águas Santas

Porta-a-porta a partir das 9 h.

ANTOLOGIA

MLECZKO



MLECZKO, Andrzej - Polónia - in «Projekt» Revista de Arte, n.º 1 de 1979

edições
Avante!
DOSSIER

MALHAS QUE O CAPITAL TECE

- Por que motivo mandou Reagan bombardear a Líbia?
 - O que visam as cimeiras do «clube dos ricos», como a que recentemente se realizou em Tóquio?
 - Que razões levam o imperialismo a jogar na agudização da situação internacional?
 - Que sugerem os que afirmam ter começado já a Terceira Guerra Mundial?
- Quantas e quantas perguntas não formulam os portugueses, particularmente os trabalhadores, muitas vezes sem conseguirem encontrar as respostas. Daí a importância de livros como este. Que pode não nos dar a resposta expressa, directa. Mas que nos fornece os elementos indispensáveis para, nós próprios, encontrar-mos as respostas para as perguntas que formulamos.

MALHAS QUE O CAPITAL TECE

Já à venda

TV **O Programa**

Quinta ¹⁸

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Vereda Tropical», 153.º Epis.
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Show Bis
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela - «Corpo a Corpo», 178.º Epis.
21.00 - Europa
21.30 - Face a Face
22.00 - Série - «Uns e os Outros», real. Claude Lelouch (5.º Epis.)
23.00 - 24 Horas
23.30 - Remate.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Europa TV - Às 18.30, Eurodesportos
20.00 - Notícias
20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
20.30 - Série - «Doce e Amargo»
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - A Quinta do Dois
23.05 - Contas Claras
23.20 - É de Ler.

Sexta ¹⁴

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela - «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
13.35 - Ciclo Preparatório TV
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Show Bis
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Telenovela - «Corpo a Corpo» (último episódio)
21.00 - Este é o Meu País
21.15 - Duarte & C., 10.º Epis.
22.15 - Hitchcock Apesenta - mais um pequeno filme de suspense, este com argumento e real. de John Byrum
22.45 - 24 Horas
23.15 - Remate.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.15 - Notícias
16.25 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
20.30 - Série - «Doce e Amargo», último episódio
21.00 - Jornal das Nove
21.30 - Contraponto



- 22.30 - O Bravo Soldado Schwelk - 1.º Epis., adaptação para série TV do romance de Jaroslav Hasek. Real. Wolfgang Liebeneiner, interpr. Fritz Muliar
23.30 - Uma Boa Idela
23.40 - É de Ler.

Sábado ¹⁵

RTP1

- 09.00 - A Quinta do Dois - (repetição)
10.45 - Série - «O Corpo Humano», 20.º progr.
11.15 - Juventude e Família
12.30 - Moda Outono/Inverno
13.00 - Sumário
13.10 - Jornalinho
14.00 - Parlamento
14.30 - ABZ, de Júlio Montenegro, transmissão dos estúdios do Porto
18.15 - Série - «A Super Avozinha»
18.45 - Super-Trinta
19.45 - Totoloto
20.00 - Jornal de Sábado
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - 7 Folhas
20.45 - Faz de Conta
22.30 - Série - «Dinastia», último episódio a transmitir pela RTP
23.30 - Pela Noite Dentro - «Hercules, o Conquistador».

RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
13.00 - Os Anos não Contam
13.50 - Meu Bicho, Meu Amigo
14.05 - Os Pratos da Balança, de Luís Laureano Santos. Tema: «Despejos de Habitação»
14.30 - Novos Horizontes
15.00 - Quem te Viu e Quem TV
16.00 - Troféu (desporto)
20.00 - Eurocinema (Europa TV)
22.00 - Magazine de Informática
22.15 - Concordo ou Talvez Não - «Combate à Droga»
23.30 - Video Clube.

Domingo ¹⁶

RTP1

- 09.00 - Eucaristia Dominical
10.00 - Série - «Linhas de Pesca», sobre a poluição que vai acabando com o peixe no Tejo
10.30 - TV Rural
11.00 - Juventude e Família
12.00 - 70 Vezes 7
12.30 - O Almoço está na Mesa, de Maria de Lurdes Modesto
13.00 - Sumário
13.10 - Série - «As Irmãs Chadwick», últ. epis.
14.00 - Arco-Iris
15.35 - Cinema - «A Descoberta da Vida», real. Eric Till (Canadá)
17.25 - Amigos Disney
19.05 - Série - «Espaço»
20.00 - Jornal de Domingo
20.30 - Boletim Meteorológico
20.35 - Histórias de Cidades - «Évora, Coração de Pedra»
21.15 - Série - «Coração»
22.05 - Super Estrelas da Magia
23.00 - Desporto.

RTP2

- 12.30 - Magazine Açores - «Os Ilhéus das Formigas»
13.00 - Caminhos



Corpo a Corpo, «fim feliz»... - sexta-feira, RTP-1

- 13.15 - Música na América
14.00 - Um Dia na Vida de... Um Cozinheiro de Rua
14.30 - Deslizes da TV
15.15 - Série - «Os Anos Trinta», 1.º Epis.
16.15 - Fantasia e Realidade
17.00 - O Novo Mundo Selvagem
17.30 - Série - «Hill Street»
18.30 - Série - «As Vagas do Tempo»
19.00 - Entrada Livre
19.30 - As Fontes do Som, 4.º Prog. (A Escola de Évora)
20.00 - «Arte Nova» e «Deco» no Norte
20.30 - O Mundo é um Palco (sobre Teatro e a sua História).
21.30 - Cine-Clube - «Difamação», real. Alfred Hitchcock, interpr. Ingrid Bergman, Gary Grant (EUA/1946).

Segunda ¹⁷

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Série: «Viver a Vida»
20.40 - Série: «Sim Sr. Ministro»



- 21.10 - Deixem Passar a Música Fernando Tordo
22.10 - Série: «Pedras Brancas»
22.35 - 24 Horas.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.20 - Sumário
16.25 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «Quinta Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Série: «Resgate»
22.25 - Informação Desportiva
22.50 - Série: «Reggie»
23.20 - É de Ler.

Terça ¹⁸

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Série: «Viver a Vida»
20.45 - Primeira Página
21.35 - Série: «Dempsey and Makepeace»
22.35 - 24 Horas.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.30 - Sumário
16.35 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «Quinta Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Cinema Dois - «O Lírio de Manila», real. Lino Brocka (Filipinas/1976)
23.10 - É de Ler.

Quarta ¹⁹

RTP1

- 10.00 - Às Dez
12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
13.00 - Jornal da Tarde
18.00 - Sumário
18.05 - Brinca Brincando
18.50 - Concurso: «Par ou Ímpar»
19.30 - Telejornal
20.00 - Boletim Meteorológico
20.10 - Vamos Jogar no Totobola
21.10 - Lotação Esgotada: «Paixões sem Freio», real. Vincente Minnelli (EUA/1955)
23.20 - 24 Horas.

RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
16.30 - Sumário
16.35 - Europa TV
20.00 - Notícias
20.05 - Série: «Quinta Dimensão»
20.30 - Série: «Uma Família às Direitas»
21.00 - Jornal das 9
21.30 - Giselle, pelo Ballet de Kirov
23.15 - Idelas
23.30 - É de Ler

Cinema

A selecção

Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
B	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
C	Cortina Rasgada	★★	—	—	★★	—
D	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★	★★★★
E	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
F	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
G	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
H	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
I	Verdade dos Factos	★★★★	★★★	★★★	★★★★	—

Classificação de * a *****

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.
 B — Real. Steven Spielberg — S. Jorge 3 (14.30, 18.00, 21.15) — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.
 E — Real. Tibe Hooper — Alfa Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.
 F — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 G — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 H — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.
 I — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

• LISBOA

Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.

Ángelo de Sousa, pintura (anos 60). Gal. EMI-Valentim de Carvalho, R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 23/11).

Artesanato («Fazarte»), R. S. Pedro Alcântara, 63, 1.º (até Dezembro).

Artur Pastor, fotografia. Junta de Freguesia de Santiago. De 3.ª a 6.ª/20 às 22.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 22/11).

Arqueologia (5 anos de pesquisa), organizada pelo Inst. Port. do Património Cultural. Gal. Almada Negreiros, Av. República, 16.

Cargaleiro, Charters de Almeida, Maluda, Noronha da Costa: pintura, escultura, azulejos. Gal. S. Bento, R. do Machado, 1. Todos os dias/15.00 às 20.00; de 3.ª a sáb. também das 11.00 às 13.00 (até 25/11).

Cesário Verde — Exposições bibliográficas e iconográficas, no 1.º centenário da morte do poeta: Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/11); Centro de Arte Moderna — Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Gérard Castello Branco — «Insignificâncias», fotografia. Centro de Arte Moderna — Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 16/11).

Graham Walker (Inglaterra), pintura. British Council, R. Ceclílio de Sousa, 65. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 14.00 às 20.00 (até 21/11).

Henrique Silva e Maria Irene Ribeiro, gravura em metal. Atelier 15, R. Freitas Gazu, 24-D. De 2.ª a 6.ª/18.00 às 20.00, sáb./15.00 às 19.00 (até 5/12).

João Costa, fotografia. Ass. Port. de Arte Fotográfica, R.



Carlos Botelho

Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./10.00 às 13.00.

Emília Nadal, pintura. Gal. S. Mamede, R. Esc. Politécnica, 175. Todos os dias, 10.30 às 13.00 e 15.00 às 19.30.

Escultura Africana em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).

«Estado Novo — das origens ao fim da autarquia», fotográfica, e documental sobre o período 1926-1959. Biblioteca Nacional, Campo Grande, 83. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30 (até fim do ano).

Esther Gorbatov, aquarelas, Roland Laboye, fotografias. Institut Franco-Portugais, Av. Luís Bivar.

Manuela de Sena, pintura. Espaço Aliança, R. Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00 (até 29/11).

Maria Amado e Maria Soares, pintura e serigrafia. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00 (até 15/11).

Pedro Casqueiro, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de Aguiar, 56, 5.º. D.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 3/12).

Pedro Proença, pintura. Galeria Cósmicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 22/11).

Robert Schad (RFA), desenho e escultura. Galerias das Exposições Temporá-

das Chagas, 3.ª e 6.ª/17.00 às 21.00 (até 25/11).

João Moniz, pintura. Gal. Quadrum, R. Alberto Oliveira — Coruchéus. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb./15.00 às 19.00.

João Cutileiro — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00 (até Dezembro).

Lima de Freitas — «Uma Lisboa Marginal», pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00, sáb. 10.00 às 13.00.

W. J. P. Levi (Bélgica), pintura. IAM Gal., R. Misericórdia, 92, 1.º. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00.

rias da Guibenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.

Romualdo, pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 21/11).

Silva Palmeira — «Paisagem de Retorno», pintura. Atrium da Casa da Imprensa, R. Horta Seca (até 14/11).

Teresa Ferrand, pintura. Gal. Leo, Trav. Queimada, 48. De 3.ª a sáb./14.30 às 19.30 (até 2/12, a partir de 15/11).

Vera de Castro, pintura. Gal. Ana Isabel, R. da Emenda (até 29/11).

Vitor Belém, pintura. Gal. Olharte, Calçada do Cardeal, 18. De 3.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/11).

Vitor Fortes, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 (até 20/11).

W. J. P. Levi (Bélgica), pintura. IAM Gal., R. Misericórdia, 92, 1.º. De 2.ª a sáb./15.00 às 20.00.

• PORTO

Colectiva — «Doze Pintores Contemporâneos». Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 3.ª a dom./16.00 às 20.00 (até 21/11).

Manuel Moides (Galiza) e Maria Mendes, pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.00 às 19.30 (até 16/11).

Manuel de Oliveira, pintura e desenho (1972-1986). Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1.

Manuel de Oliveira, pintura e desenho (1972-1986). Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1.

Manuel de Oliveira, pintura e desenho (1972-1986). Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1.

Manuel de Oliveira, pintura e desenho (1972-1986). Cooperativa Árvore, R. Azevedo Albuquerque, 1.

José de Guimarães, desenhos. Até 14/11, Centro Cultural de S. Lourenço. ALMANSIL.

«Germinal» — reproduções das gravuras que ilustraram a 1.ª edição do romance de Zola — e exposição documental sobre José Relvas. Gal. da Câmara Municipal. CHAMUSCA.

Colectiva de Pintura (António Olaiço, João Dixo, Armando Azevedo, António Melo). Edifício Coimbra, Av. Fernão de Magalhães/R. João Machado. COIMBRA.

Maria do Carmo Patrício, tapeçaria. Museu Municipal. ÉVORA.

Cruzelo Seixas, desenho e pintura. Gal. Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 28/11). GUIMARÃES.

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.

Paz — Exposição até 31/11, na secção «Resistência» do Museu de PENICHE.

Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.

Branco Cardoso e Manuel Vieira, pintura e desenho. Casa de Bocage-Galeria Municipal de Artes Visuais. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.00 e 14.00 às 17.30; sáb. e dom./15.00 às 18.00 (até 23/11). SETÚBAL.

Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena. SINTRA.

Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários». Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.

Lima de Freitas, pintura e desenho. Até 15/11. Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda. TORRES NOVAS.

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 a 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado, Filho Gouveia, enc. César Oliveira.

Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota.

D. Maria II, Rossio — Sala Experimental. De 3.ª a sáb./21.45, dom./16.30. Jonas, de E. G. Berreby, adapt. Fernanda Rodrigues, enc. e interpr. Domingos Semedo.

María Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.

Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder, enc. Carlos Fernando, pelo Grupo Teatro Hoje.

• PORTO

Cooperativa do Povo Portuense, Rua de Camões, 588. A Seiva Trupe, apresenta diariamente às 21.45. Toda a Nudez Será Castigada, de

Nelson Rodrigues, enc. de Angel Facio. Sala do Realejo, R. dos Mercadores, 132 (à Ribeira). De 4.ª a dom./21.30. Drácula Junior, texto e enc. Fernando Gomes.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, 6.ª e dom./21.45. Nô Cego, de Carlos Vereza; 5.ª e sáb./21.45. B... em Cadeira de Rodas, de Ronald Radde; sáb./17.30. Faça uma Cara de Inteligente..., de Marcos Rey — Grupo «Teatro Espaço», encenação de Agueda Sena.

• ESTORIL

Teatro Mirita Castimiro, Av. Fausto de Figueiredo, 6.ª e sáb./21.30, dom./16.00. Galileu Galilei, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

Para Crianças • LISBOA

ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e dom. às 11.00. Fecha os Olhos... Entra Na História, de Alexandra Solnado, enc. Joselita Alvarenga.

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. Nós de um

Segredo, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando».

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75, B-2.º. Sáb/16.00, A Rua dos Fantásmas, de Javier Villafaña.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. No Reino da Fantasia, texto e enc. Agostinho Macedo.

• PORTO

Sala Pé de Vento, Rua das Virtudes. Sáb. e dom. às 16.00. Na Ilha do Tempo, de Álvaro Magalhães, enc. de João Luiz.

Teatro, Rua do Heroísmo. História Breve da Luz, de António Gedeão.

...e ainda

Música, debates, etc.

Cinema

Escassas as estrelas e o cinema de qualidade em cartaz, sessões especiais e ciclos chegam e sobram (em Lisboa...) para as nossas possibilidades de tempo e dinheiro.

Assim: No Estúdio 444 e na Sociedade Portuguesa de Autores o ABC Cine-Clube de Lisboa prossegue o ciclo que organizou sobre o realizador e produtor de origem húngara Alexander Korda. Amanhã, sexta, às 18.45, no Estúdio 444, O Terceiro Homem, realizado em 1949 por Carol Reed e interpretado

por Orson Welles; na terça, às 18.30, na SPA, A Conquista do Ar, realização de Zoltan Korda (1936) com interpretação de Lawrence Olivier.

No Forum Piccos prossegue um outro ciclo: «Cinema e Música», esta semana com três dos filmes inspirados na «Carmen» de Bizet. Hoje e amanhã, Carmen Jones, de Otto Preminger, com Harry Belafonte; dias 15, 16 e 17, Carmen, de Carlos Saura, com António Gades, Laura del Sol, Paco de Lucía; dias 18 e 19 (e 20), Carmen, de Francesco Rosi, com Plácido Domingo. Sessões às 19 e

21.45, sáb. e dom. também às 16.00.

Na Cinemateca passam esta semana alguns filmes de Satyajit Ray (ciclo de Cinema Indiano), os dois primeiros legendados em inglês: às 21.30, hoje O Reino dos Diamantes (1980), amanhã Plakoo (1981), sábado A Casa e o Mundo (1983) — este último às 18.30. Também no dia 15 mas às 21.30, um filme sobre o realizador feito por Shyam Benegal, igualmente legendado em inglês.

Ainda na Cinemateca e integrada no ciclo «90 Anos de Cinema Português», Homenagem ao ac-

tor António Silva com exibição, hoje, de A Canção de Lisboa (18.30), As Pupilhas do Sr. Reitor (amanhã, 18.30), Bocado (sábado, 15.30), Maria Papoia (segunda, 18.30).

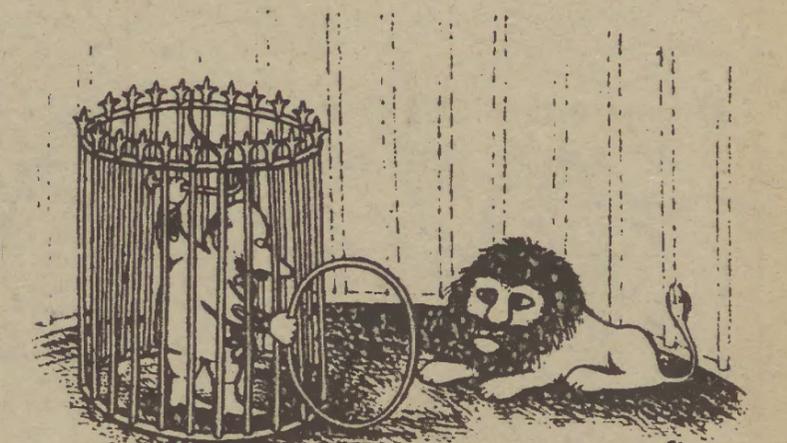
Cinema português ainda num outro ciclo a decorrer no Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 91, que comemora o seu 2.º aniversário. Sempre às 18.30, hoje O Pálio das Cantigas, terça-feira Kilas, o Mau da Fita.

O Quarteto exhibe a partir de amanhã, em cada sessão de uma das suas salas, filmes do recente Festival de Tróia.

Bailado

No Teatro Municipal de S. Luiz, a Companhia Nacional de Bailado repete hoje um programa composto de vários Pas-de-Deux e Pas-de-Quatre, com solistas da Companhia. Às 21.30.

Na Gulbenkian — Grande Auditório, o Ballet Gulbenkian sob a direcção de Jorge Salavisa interpreta «Escargot», (Louis Falco/Ralph Mac Donald), «Inter-Rupto»



e Também... circo

(C. Trincinhas/Samuel Barber), «Danças dos Espíritos» (Christopher Bruce/Música tradicional da América Latina). Às 21.30 da próxima quarta-feira, 19 programa a repetir nos dias 20, 21, 22).

Música

Concerto na Gulbenkian: hoje, às 18.30, Max Rabino-vits, maestro e solista em violino, e a pianista Elizabeth Allen

interpretam obras de Mozart, Schumann, Prokofiev. No grande Auditório.

E um outro concerto — este coral — no Palácio Nacional de Queluz. No domingo, às 16 horas, com entrada livre, assinalando o 65.º aniversário dos Bombeiros Voluntários de Queluz. Participam o Grupo Coral de Queluz sob a direcção de Alexandre Branco e o Coral Phydellius dirigido por José Robert.

Música de Jazz como habitualmente no Hot Clube de Portugal: hoje, amanhã e sábado à noite, com Naná Sousa Dias, Miguel e Bernardo Moreira, José Salgueiro.

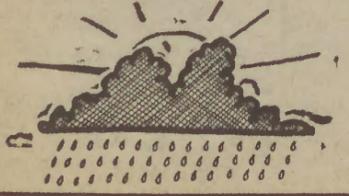
Na Aula Magna, amanhã, às 21.30, espectáculo com Janina e Vitorino.

Ópera No Teatro Nacional de S. Carlos segunda representação

do espectáculo de inauguração da temporada de ópera: no dia 15, sábado, às 20.30, O Navio Fantasma, de Richard Wagner. Dir. musical de Wolfgang Renert, encenação de W.-S. Wagner, produção do Teatro Maximo de Palermo. Solistas, Coro e Orquestra de S. Carlos e o Coral Vértice.

Esta mesma produção será apresentada no dia 19, às 20.30, no Teatro Rivoli do Porto.

Tempo Fim de Semana



Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, teremos no sábado períodos de céu muito nublado, vento fraco e moderado de noroeste e aguaceiros; pequena descida de temperatura. Para domingo, o INMG antevê céu geralmente muito nublado, vento moderado de sudoeste por vezes mais forte na região norte; períodos de chuva, em especial no norte e no centro.

a TV

Ninguém nos conta. A gente vê

Cada vez mais, o Governo considera a televisão como propriedade sua. A última grande operação de propaganda foi a sua digressão por Trás-os-Montes.

Não há palavras para descrever como tudo se passou a nível da «reportagem».

Talvez uma ideia possa ser dada se transcrevermos as palavras do repórter quando referiu que se tratara de uma visita cuja tónica foi a justiça social e a correcção das assimetrias regionais e que tal visita fora marcada pelo entusiasmo e apolo significativo do povo de Trás-os-Montes ao Governo de Cavaco Silva.

Assim, sem tirar nem pôr.

Aqui está como se transforma a informação em instrumento de propaganda, fenómeno que dia após dia se verifica diante dos nossos olhos. Sim, porque ninguém nos conta. A gente vê...

Depois disto, depois das negras perspectivas que nesse, como em todos os aspectos, se adivinham, espanta e dói como certas forças democráticas cruzam os braços e deixam andar...

Será então que a História não lhes ensina mesmo nada?...

O escândalo de um complexo

Claro, como não podia deixar de ser, veio à baila o complexo do Cachão que o mesmo é dizer, o «escândalo do Cachão».

Foram anunciadas por Cavaco Silva medidas de que o telespectador comum não atinge as dimensões exactamente porque a televisão não tem procurado dar-lhe a informação honesta e séria. Nas águas turvas, Cavaco pesca. E para poder pescar à vontade, é que turvaram as águas...

Ainda há pouco tempo o PCP, através da Direcção Regional de Trás-os-Montes afirmava que «o Governo PSD/Cavaco Silva pretende tapar com o manto da demagogia a nudez crua da verdade».

E a DORT do PCP falava ainda da **corrupção, compadrio, clientelismo, incompetência, desleixo, irresponsabilidade e má gestão**, relativamente ao complexo do Cachão. A acusação era grave. Mas a RTP não ouviu. Não ouviu porque as suas orelhas estão orientadas numa única direcção...

Não pode ser assim. É imperioso e urgente, que se abra já um debate sobre tão grave questão. Porque a televisão não é propriedade do Governo.

Nem a televisão nem o País.

De quem a RTP gosta e de quem não gosta

Os critérios informativos na RTP não passam de uma caricatura. Não passam de uma arma de luta de classes e da submissão às forças agressivas americanas, utilizadas sem qualquer reboço.

Vejamos dois aspectos.

As comemorações do Aniversário da Revolução de Outubro foram objecto, no telejornal, de tratamento precário, superficial e especulativo. A tónica não foi posta naquilo que era a própria essência da Festa: o amor da Paz, do Trabalho, da construção do Socialismo. Passaram completamente por alto (tão alto que não se viu nada...) a participação popular, motor dessa transformação. O que mais interessava o telejornal era demonstração militar, a qual «aparentemente» não terá apresentado grandes novidades. De facto as novidades eram outras, eram novidades pacíficas, boas novidades, portanto para todo o mundo. Mas na táctica violentista do telejornal, isso não tinha a menor importância...

Outro pormenor significativo foi a morte, aos 71 anos, de Artur London, de origem checoslovaca, anticomunista de grande cadastro. Telejornal celebrou-a em grande estado — mercê de colaboração da engrenagem anticomunista internacional.

Desses escritores gosta muito a RTP. Dos escritores portugueses é que ela não gosta nada. Podem morrer à vontade que o telejornal não lhes dedica nem uma imagem.

Nem uma lágrima.

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Eleições USA

Três recortes para ilustrar as recentes eleições legislativas norte-americanas. «Somos astronómicas, domínio do marketing televisivo, partidos enfraquecidos, ausência total de debate ideológico» é assim que o panorama é definido por um «insuspeito» comentador.

A campanha à americana

«Temos o melhor Congresso que o dinheiro pode comprar». A frase é de Mark Twain, parodiando uma expressão corrente nos EUA (o americano não diz «tenho uma boa casa», mas «tenho uma casa de tantos mil dólares»). Na ética protestante, o dinheiro não é sujo). Nas eleições e na actividade do Congresso norte-americano, o dinheiro é fundamental — e abundante.

Segundo alguns cálculos, a eleição, na passada terça-feira, dos 34 assentos em causa no Senado custou aos cidadãos cerca de 400 milhões de dólares, o que dá uns 4 milhões por cadeira, mais ou menos. Quem os pagou foram sobretudo os PAC's (Comités de Acção Política), que são uma particularidade americana. Há PAC's para tudo: para eleger ou para derrotar candidatos, para sustentar «lobbies», para forçar uma medida. Nenhuma lei os rege: quem tem dinheiro junta os amigos e faz um PAC.

Há PAC's poderosíssimos, como o dos judeus. Há o dos médicos. Há a *National Rifle Association*, sustentada pela indústria de armas, que tem impedido restrições ao uso e porte das mesmas. É formada pela gente mais conservadora que existe nos EUA — e tem contra ela todas as associações policiais do país, também geralmente conservadoras. Mas não se trata de ideologia, antes de dinheiro.

Sem PAC's não há candidato que se agente, porque o dinheiro faz uma eleição. As campanhas fazem-se cada vez mais através da televisão, e esta, nos EUA, é privada. Vende espaço por bom preço, seja a quem for. No passado domingo, à noite, Ronald Reagan fez um apelo final ao voto nos candidatos republicanos, no horário nobre das três cadeias nacionais: cinco minutos que custaram ao partido 500 mil dólares. Na Califórnia, os dois candidatos rivais ao Senado — o democrata Alan Cranston e o republicano Ed Zshau — pagaram 30 mil dólares por 30 segundos no «Cosby Show», da NBC, um dos programas mais populares do país.

Em Outubro, cada um deles gastou três milhões de dólares em spots televisivos.

«Se alguém quiser ter uma ideia de como será o futuro da política neste país deve estudar a campanha na Califórnia», diz o professor Austin Ranney, da universidade de S. Francisco. No Estado mais populoso dos EUA (27 milhões de habitantes) que, se fosse independente, era a sétima potência industrial do Mundo, existem 75 estações de TV e 17 milhões de televisores. É um mer-

cado político colossal, o que se reflecte nos preços (o mesmo espaço no «Cosby Show», para os candidatos do Dakota do Norte custou apenas mil dólares, trinta vezes menos).

Somos astronómicas, domínio do «marketing» televisivo, partidos enfraquecidos, ausência total de debate ideológico: o panorama californiano e a sua «cultura visual» ganham progressivamente o resto do país.»

(José Pedro Barreto, «Semanário», 8 de Novembro)

O novo Senado

«De entre os democratas que agora conquistaram a maioria no Senado, há muitos que são mais conservadores que os republicanos. É por isto, e por outras coisas, que o partido de Ronald Reagan não terá sofrido nestas eleições um revés tão grande como os números poderiam indicar. Larry Speakes, porta-voz da presidência, não está a fugir muito à verdade quando diz que a maioria democrata no Congresso «não implica uma modificação no programa do presidente».

Só um mais pormenorizado «perfil» da nova constituição legislativa permitiria adivinhar o destino de algumas medidas. Mas alguns sectores acreditam que se manterá no Congresso uma «maioria ideológica» capaz de evitar ao presidente um final de mandato demasiado penoso. Talvez alguns programas de política externa se vejam prejudicados, como o apoio aos «contras» nicaraguenses e a outros movimentos de guerrilha anticomunista. A Iniciativa da Defesa Estratégica não dará um grande salto em frente, mas também não estava previsto que desse. De qualquer forma, não será difícil à administração Reagan encontrar compromissos que lhe permitam prosseguir a sua acção.

O maior erro de Ronald Reagan foi, talvez, ter-se empenhado demasiado nestas eleições. Fê-lo mais do que é costume a um presidente. Viajou por treze Estados, pedindo que votassem nele «pela última vez». Disse que não procurou ser reeleito «para ser um presidente com apenas seis anos de mandato». Mas não terá medido correctamente a motivação profunda do eleitorado e o grau de *desideologização* do seu voto: em mais de metade dos Estados que visitou, os democratas locais ganharam.

(José Pedro Barreto, «Semanário», 8 de Novembro)

Um défice orçamental record

«No caso dos Estados Unidos, o défice orçamental ultrapassou recentemente todos os records, o que tem constituído motivo de grandes preocupações nos meios políticos e económicos. Essas preocupações estiveram na base da polémica lei Grann-Rudman, cujo objectivo é eliminar progressivamente o défice orçamental até 1991. Na sua versão original, declarada inconstitucional, a lei prevê cortes automáticos nas diversas rubricas das despesas do Estado, caso o défice orçamental aprovado pelo Congresso fosse superior ao previsto pela lei. (...)

O problema do défice orçamental vai ocupar um lugar central na ordem de trabalhos do 100.º Congresso Americano, eleito em 4 de Novembro. Apesar do presidente Reagan ter permitido o controlo do Senado em favor dos democratas, as mudanças operadas no Congresso não são de molde a gerar alterações profundas no modo de condução da política económica. De facto, muitos dos democratas nomeados para as diferentes comissões económicas são mais conservadores que os seus antecessores republicanos. Ambos os partidos rejeitam publicamente a possibilidade de um aumento de impostos. No entanto, os elevados custos políticos inerentes às reduções necessárias dos gastos do Estado, torna essas reduções improváveis. Para já, tanto democratas como republicanos parecem querer fazer acreditar que podem derrotar as leis da aritmética e conseguir reduzir o défice, de forma a cumprir os limites estabelecidos pela lei Grann-Rudman, sem aumentar os impostos ou reduzir as despesas. Não falta quem aposte que não vai ser por muito mais tempo que os americanos se vão poder gabar de terem uma taxa máxima de imposto sobre o rendimento inferior à taxa mínima inglesa...

(Sérgio Rebelo, «Diário de Notícias», 10 de Novembro)

Xadrez

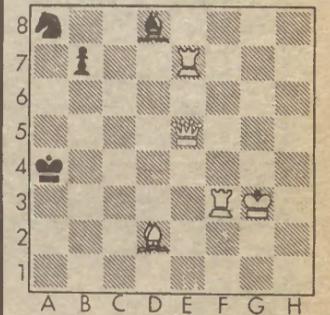
LXXVII - 13 de Novembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 77

Por: F. Blaschke

3.º Prémio «Schach Echo», 1953

Pr.: (4): Pb7-Ca8-Bd8-Ra4



Br.: (5): Bd2-Ts.67,f3-D65-Rg3
Mate em 2 lances

JOGO N.º 77

Tilburgo, 1986

Br.: R. Hübner
Pr.: V. Kortchnoi

1. e4, e5; 2. Cf3, Cc6; 3. Bb5, a6; 4. Ba4, Cf6; 5. 0-0; C:64; 6. d4, b5; 7. Bb3, d5; 8. d:é5, B66; 9. Cbd2, Cc5; 10. c3, B67; 11. Bc2, Bg4; 12. T61, Dd7; 13. h3, Bh5; 14. Cf1, Td8; 15. Cg3, Bg6; 16. Cd4, 0-0; 17. Bf5, C66; 18. Bg4, Cc:d4; 19. c:d4, c5; 20. Cf5, Da7; 21. C:e7+, D:67; 22. B63, c:d4; 23. B:d4, Tc8; 24. Dd2, Tc2; 25. D63, Db4; 26. B:66, f:66; 27. f3, Tc8; 28. Tad1, h6; 29. a3, D67; 30. Tc1, Dh4; 31. T:c2, Txc2; 32. Tf1, Bf5; 33. Tf2, Tc4; 34. f4, Dh5; 35. Rh2, Dd1; 36. Td2, Db1; 37. Bc3, T64; 38. Df2, T61; 39. T62, Th1+; 40. Rg3, B:h3; 41. g:h3, Dg6+; 42. Rh4 e as brancas abandonaram, dada a sequência indicada pelos analistas: 42. Df5; 43. Dg3, g5+; 44. f:g5, T:h3!; 45. Dh3, D:g5 mate!

SOLUÇÃO DO LXXVII

Chave: 1. Th7!

1. b5; 2. Da1 ++
1. b6; 2. Ta7 ++
1. Cb6 ou c7; 2. Da5 ++
1. Ba5 ou B67 ou Bf6 ou Bg5 ou B67 ou Bf6 ou Bg5; 2. Da5 ++
1. Bb6; 2. D68 ++
1. Bc7; 2. Th4 +++
1. Bh4+; 2. T:h4 +++

A. de M.M.

Damas

LXXVII - 13 de Novembro de 1986

PROPOSIÇÃO N.º 77

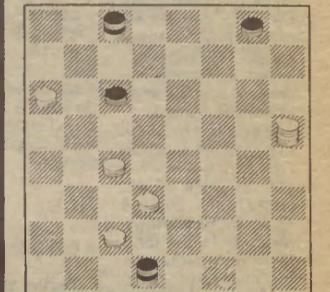
Por: Amadeu Martins Coelho

- Boliqueime

«Vamos Decifrar» N.º 210,

23.VIII.1952

Pr.: (3)-23-29-(31)



Br.: 7-11-15-(17)-24

Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 77

Br: Hermínio Medalha da Silva

Pr: N.N.

1. 12-16, 21-17; 2. 10-14, 22-19; 3. 5-10, 19-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 1-5, 26-21; 6. 14-19, 23-14; 7. 10-19, 21-18; 8. 7-11, 28-24; 9. 11-20, 24-15; 10. 19-23, 27-20; 11. 16-23, 29-26; 12. 4-7, 26-22; 13. 7-11, 15-12; 14. 8-15, 22-19; 15. 15-22, 31-27; 16. 22-31, 25-21; 17. 31-13, 17-1; 18. 23-27, 30-23; 19. 11-15 (Br: 2-3-6-9-15 Pr: 1-21-23-32 J.Br.G.1 Antes de continuar... qual jogaria?) 19. 21-18??; 20. 9-13, 18-9; 21. 15-19, 23-14; 22. 6-10, 14-5; 23. 3-6, 32-28; 24. 6-11 e 11-15 e as brancas ganham!

GOLPE N.º 77

Campeonato do Porto (data?)

Br: Francisco Pereira

Pr: Dr. Cândido de Sena Carneiro

1. 10-14, 21-18; 2. 14-21, 25-18; 3. 5-10, 23-19; 4. 12-15, 19-12; 5. 8-15, 22-19; 6. 15-22, 26-19; 7. 10-13, 27-22; 8. 7-12, 28-23; 9. 13-17, 23-20; 10. 11-15, 20-11; 11. 6-15, 32-28; 12. 17-21, 28-23; 13. 2-6, 23-20; 14. 6-11, 20-16; 15. 1-5, 16-7; 16. 3-12, 19-14; 17. 12-16? Perdentel! 14-7; 18. 4-11 (Br: 5-9-11-15-16-21 Pr: 18-22-24-29-30-31) J.Pr.G.

SOLUÇÕES DO LXXVII

N.º 77 (AMC): 17-61, 3-7; 24-28 e 6-2 ++ Falsa solução: 24-28? 3-26! GOLPE 77 (CSC): 18. 22-19; 19. 15-22, 31-27; 20. 22-31, 29-26; 21. 31-13, 26-1=D++ A. de M.M.

CAMINHO
JOVENS

Mildred D. Taylor

Ilustrações de Rui M. Filipe

TROVÃO, OUVI O MEU GRITO

Este livro foi distinguido com o Prémio Newberry de 1977, o mais importante galardão da literatura infantil e juvenil dos Estados Unidos